

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

REGI MORAIS PEREIRA

QUANTAS MAIS PRECISARÃO MORRER? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA
VIOLÊNCIA DE GÊNERO PRESENTES NOS COMENTÁRIOS DO *FACEBOOK*

CAMPO GRANDE/MS
2019

REGI MORAIS PEREIRA

**QUANTAS MAIS PRECISARÃO MORRER? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA
VIOLÊNCIA DE GÊNERO PRESENTES NOS COMENTÁRIOS DO *FACEBOOK***

Dissertação apresentada à Comissão
Julgadora da Fundação Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
como requisito final à obtenção do título de
Mestre(a) em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade
Lopes

CAMPO GRANDE/MS
2019

QUANTAS MAIS PRECISARÃO MORRER? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PRESENTES NOS COMENTÁRIOS DO *FACEBOOK*

REGI MORAIS PEREIRA

Dissertação apresentada como exigência de obtenção do grau de Mestra em Psicologia (PPGpsi/UFMS) à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Campo Grande.

Prof^a. Dr^a. Alexandra Ayach Anache
Coordenadora do PPGpsi/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos(as) professores(as):

Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes
Orientadora - UFMS

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi
Membro Externo - UFRGS

Prof^a Dr^a Jacy Corrêa Curado – UFMS
Membro Interno - UFMS

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório
Suplente – UFMS

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.”

Marielle Franco

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, a vida não nos convida, mas nos intima as atualizações necessárias para nosso próprio progresso, e foi dessa forma que me vi ingressando no mestrado. Porém na vida tudo tem seu tempo para começar, durar, terminar e quando a vida nos sinaliza que um ciclo está se fechando, aceite o fato, leve o que foi de bom, aprenda com as adversidades e agradeça à aqueles(as) que estiveram ao seu lado durante esse ciclo.

É difícil agradecer à todas as pessoas que, de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram parte dessa conquista, por isso primeiramente agradeço a todos(as) que direta ou indiretamente contribuíram para que o mestrado fosse concluído, pois nenhuma batalha é vencida sozinha.

Agradeço aos meus familiares, minha mãe, minhas irmãs, meus cunhados, minha sobrinha e meus sogros, que me proporcionaram a tranquilidade e o conforto que tanto precisava para vencer esta etapa. Sem a força de vocês eu não conseguiria seguir em frente.

Ao meu pai (*in memoriam*) que não pode estar presente neste momento da minha vida, mas se hoje consegui concluir o mestrado, devo muito a ele. Seus ensinamentos e valores alimentaram minha alma e conduziram meus passos até aqui, e sei que me guiarão por muitos outros ciclos de minha vida. Saudades eternas!

Ao meu namorado/marido (estamos nessa fase transição), meu grande incentivador, que por mais que fosse difícil compreender meus momentos de dedicação exclusiva a escrita da dissertação, e a pouca atenção que lhe foi dada, jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigada pelos chás durante as extensas horas de escrita, por aguentar minhas crises de estresse, ansiedade e meus choros. Sem você do meu lado o encerramento desse ciclo não seria possível.

Agradeço a todos(as) os(as) professores(as), especialmente a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes. Obrigado, por exigir de mim muito mais do que eu imaginava ser capaz de fazer. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

Agradeço ao Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi e a Prof^a. Dr^a Jacy Correa Curado, primeiramente, por terem aceitado participar desta pesquisa, por meio do exame de qualificação e defesa, pela leitura gentil e provocadora, que muito estimulou a conclusão de mais uma etapa.

A Ludmar, secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela atenção e por ser solista em ajudar na compreensão das burocracias durante o mestrado. Agradeço a coordenadora do curso Prof^a. Dr^a. Alexandra Ayach Anache pela dedicação nas melhorias do curso, mesmo com todas as dificuldades existentes.

As colegas de turma, mulheres guerreiras, que fazem a diferença na pesquisa acadêmica, que ocupam esse espaço de forma brilhante. Agradeço as musas, Rayane Matos, Patrícia Silveira e Simone Grisolia, pela força, pelos inúmeros conselhos, frases de motivação e puxões de orelha. As risadas nos cafés e nos bares, que vocês compartilharam comigo nessa etapa tão desafiadora da vida acadêmica, também fizeram toda a diferença. Ninguém solta a mão de ninguém, que nossos caminhos continuem a se cruzar. Agradeço em especial as musas Veridianna Queiroz e a Letícia Aquino, por compartilhar tantas coisas boas e por marcar tantas lembranças sobre nós. Por sempre serem honestas comigo, serem gentis e estarem sempre presentes quando necessito, por permitir ser o equilíbrio de vocês.

Agradeço a todos(as) colegas do grupo de estudos GENPSI, pelas discussões enriquecedoras sobre gênero, que tanto contribuíram na minha pesquisa e na minha forma de ver o mundo e por fazerem acontecer, mesmo diante de todas as barreiras, nosso anual Seminário da Psicologia Social e Pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida no segundo ano desta pesquisa - Código de Financiamento 001.

Por fim, agradeço as mulheres fortes que vieram antes de mim e o caminho que abriram para a minha liberdade de ser quem sou e por lutarem para que hoje, eu possa ocupar esse espaço acadêmico. Que eu possa, assim como elas, continuar essa caminhada, e que mais mulheres se sintam encorajadas a fazerem aquilo que desejam fazer.

RESUMO

O feminicídio é um fenômeno cada vez mais presente na sociedade, passando ser destaque nas mídias após o sancionamento da Lei em 2015 que o inclui numa modalidade de homicídio qualificado. Trata-se de assassinatos mulheres pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de atribuições sociais discriminatórios ao feminino. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as representações sociais sobre o feminicídio veiculadas nos comentários dos(as) usuários(as) do *Facebook*, a fim de analisar a compreensão e o posicionamento desses(dessas) usuários(as) da referida rede social, frente a violência em razão do gênero. O estudo fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais, nos estudos de gênero e na compreensão da mídia, especificamente o *web* jornalismo na constituição da subjetividade e das representações sociais. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e de análise qualitativa. A coleta dos dados foi realizada nas páginas oficiais do *Facebook* de dois veículos de notícias da mídia, sendo um de repercussão regional e outro nacional, que estão em primeira posição no *ranking* de maior acesso no Brasil, dados esses extraídos do analisador de tráfego *Alexa*. Os comentários foram coletados na primeira notícia após doze, vinte quatro e trinta horas do assassinato de Marielle Franco e de Mayara Amaral. Foram selecionados os dez primeiros comentários de maior relevância, a partir da própria ferramenta do *Facebook*, que prioriza como relevantes aqueles comentários com maior número de reações e/ou respostas, para análise mediante a técnica de Laurence Bardin, denominada análise de conteúdo, sendo este um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise dos comentários dos(as) usuários(as) do *Facebook* nas notícias de feminicídios veiculadas nas páginas oficiais dos *web* jornais revelam que as representações sociais dos casos em questão estão intimamente ligadas as atribuições sociais impostas ao gênero feminino, instauradas pelas relações hierarquizadas de poder marcadas no gênero, produzidas socialmente e reafirmadas pela mídia, principalmente na forma como a mídia veicula tais casos. Os resultados indicam as representações de invisibilidade, de desqualificação, fragilidade e culpabilização, minimizam as mulheres enquanto vítimas e dão destaque aos seus algozes, tanto nas notícias como nos comentários, colocando a mulher em posição de inferioridade com relação ao homem mesmo no momento de sua morte. O *web* jornalismo mantém seu lugar na manutenção da desigualdade gênero relacionada a fatores que envolvem a violência de gênero e o feminicídio, mesmo com o poder de romper com estas antigas representações para que se possa construir novos saberes e significados dessa realidade tão cruel para as mulheres. O estudo possibilitou destacar as representações sociais constituídas pelos sujeitos na relação com a cultura e com a história, demarcando nesta pesquisa, sua constituição pelas mídias como elementos culturais, uma vez que possuem o poder de influência na formação dos saberes dos sujeitos.

Palavras-chaves: Teoria das Representações Sociais; Feminicídio; Mídia; *Web* jornal; *Facebook*.

ABSTRACT

Femicide is an increasingly present phenomenon in society, becoming prominent in the media after the enactment of the Law in 2015 that includes it in a mode of qualified homicide. These are murders of women because they are women. Their most usual motivations are hatred, contempt or a sense of loss of control and ownership over women, common in societies marked by the association of discriminatory social assignments with women. In this context, the objective of this research was to analyze the social representations about feminicide conveyed in the comments of the users of Facebook, in order to analyze the understanding and positioning of these users of said social network, against violence based on gender. The study is based on Theory of Social Representations, on gender studies and on the understanding of the media, specifically web journalism in the constitution of subjectivity and social representations. This is an exploratory research and qualitative analysis. The data collection was carried out on the official Facebook pages of two media news vehicles, one of regional and another national repercussion, ranking first in the highest access ranking in Brazil, data extracted from the Alexa traffic analyzer. The comments were collected in the first news after twelve, twenty four and three hours of the murder of Marielle Franco and Mayara Amaral. The first ten comments of greater relevance were selected from the Facebook tool itself, which prioritizes as relevant those comments with the greatest number of reactions and / or responses, for analysis using the technique of Laurence Bardin, called content analysis, this being a set of communication analysis techniques that uses systematic procedures and objectives to describe the content of messages. The analysis of the comments of the Facebook users in the feminicide news published in the official web pages of the newspapers shows that the social representations of the cases in question are closely linked to the social attributions imposed on the feminine gender, established by the hierarchical relations of power, socially produced and reaffirmed by the media, especially in the way the media conveys such cases. The results indicate the invisibility, disqualification, fragility and blame representation, minimize women as victims and highlight their executioners, both in the news and in the comments, placing the woman in a position of inferiority with regard to the man even at the moment of his death. Web journalism maintains its place in maintaining gender inequality related to factors that involve gender violence and feminicide, even with the power to break with these old representations so that one can construct new knowledge and meanings of this reality so cruel to women. The study made it possible to highlight the social representations constituted by the subjects in relation to culture and history, demarcating in this research, their constitution by the media as cultural elements, since they have the power of influence in the formation of the subjects' knowledge.

Keywords: Theory of Social Representations; Feminicide; Media; Web newspaper; Facebook.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama geral dos eixos temáticos e categorias de análises	103
Tabela 2 - Comentários na íntegra da categoria A1 (Eixo A)	104
Tabela 3 - Comentários na íntegra da categoria A2 (Eixo A)	106
Tabela 4 - Comentários na íntegra da categoria B1 (Eixo B).....	108
Tabela 5 - Comentários na íntegra da categoria B2 (Eixo B).....	109
Tabela 6 - Comentários na íntegra da categoria C1 (Eixo C).....	110
Tabela 7 - Comentários na íntegra da categoria C2 (Eixo C).....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PROCESSOS IDENTITÁRIOS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: O MOVIMENTO DE FORMAÇÃO.	18
1.1 A Teoria das Representações Sociais e a constituição do sujeito.	19
1.2 A cultura e o social na constituição histórica do sujeito.....	24
1.3 Contribuições da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Histórico Cultural na constituição do sujeito.....	28
1.4 Constituição dos processos identitários: a dinâmica entre o eu e o outro para a constituição do sujeito social.	30
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA NO CONTEXTO DA PESQUISA..	36
2.1 A mídia como processo educativo.....	36
2.2 A globalização e a comunicação midiática	38
2.3 Representações Sociais e mídia.....	42
3 GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA.	46
3.1 Os estudos de gênero e sexualidade na constituição das relações sociais.	47
3.1.1 Constituição das identidades masculinas e femininas.	51
3.2 Gênero e suas relações de poder.	54
3.3 Violência de gênero.	58
3.3.1 Feminicídio, uma questão de gênero.	62
4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS MÍDIAS SOCIAIS.....	68
4.1 A violência na mídia e seus reflexos na sociedade.....	69
4.2 As relações hierarquizadas e a violência de gênero dirigida à mulher sustentadas pelas mídias sociais.....	74
5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.	80
5.1 Objetivo Geral.....	81
5.2 Caracterização da pesquisa.....	81
5.2.1 Pesquisa Qualitativa.....	82
5.2.2 Etnografia virtual.	82
5.3 Campo de pesquisa.	83
5.3.1 Era digital: a ascensão da internet.	84
5.3.2 Web jornais.	86
5.3.3 Mídias sociais e jornalismo.	88
5.4 Feminicídios na mídia e as representações das mulheres.	93
5.4.1 Marielle Franco e a manipulação midiática.	93
5.4.2 Mayra Amaral, assassinada duas vezes.	96
5.5 Procedimentos metodológicos.....	100
5.6 Organização e análise dos dados	102
5.6.1 Pré-Análise.	102

5.6.2 Frequência de temas.	103
5.7 Descrição dos eixos e categorias	104
5.7.1 Eixo temático A – Invisibilidade da vítima	104
5.7.2 Eixo temático B – Vítima de feminicídio	107
5.7.3 Eixo temático C – Sobre crime	109
6 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA GÊNERO.....	113
6.1 Eixo – Invisibilidade da vítima	113
6.1.1 Assassino como vítima/monstro	113
6.1.2 Questões políticas e partidárias.....	118
6.2 Eixo – A vítima de feminicídio.....	120
6.2.1 Culpabilização da vítima	121
6.2.2 Desqualificação da vítima.....	123
6.3 Eixo – Sobre o crime	125
6.3.1 Julgamento virtual	125
6.3.2 A violência representada e vivida	128
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.	135

INTRODUÇÃO.

O título escolhido para esse estudo representa os altos índices de violência contra as mulheres no país, em sua versão original “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, escrita por Marielle Franco em seu *Twitter* uma noite antes de seu assassinato, remete ao assassinato de jovens da favela do Rio de Janeiro. A violência contra as minorias só cresce no país, e estudos sobre essas temáticas devem ser realizados cada vez mais, para que se possa encontrar soluções para minimizar esses índices. Cabe aqui ressaltar, que ao se falar de minorias, remete-se a minorias em questão de poder e não em quantidade, assim como aponta Moscovici (2011) que é importante salientar que uma minoria social não se define por sua inferioridade quantitativa. Existem elementos que singularizam a minoria em relação à minoria hegemônica e a caracterizam como um corpo social capaz de protagonizar uma luta, reivindicar direitos esquecidos dentro e fora dos aparatos institucionais do Estado e do Mercado. As minorias são dispositivos simbólicos com objetivos ético-políticos contra hegemônicos. São, portanto, grupos marginais ante a ordem jurídico-social instituída.

A violência configura-se enquanto fenômeno complexo, polissêmico e de difícil compreensão. Considerado como problema de ordem psicossocial, multifacetado e parte integrante da história, sendo movimento constante evidenciado por Arendt (2009, p. 59) como “um contra todos e todos contra um”. Todo o ser humano é interpelado por este fenômeno em algum momento de sua vida, desde as primeiras organizações sociais.

Em meio a grande diversidade de versões e definições de violência e sob as mais distintas concepções teóricas, expõe-se nesse estudo a concepção apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que define violência como “uso da força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, comunidades, que resulte em sofrimento e/ou alguma espécie de dano” (OMS, 2002).

Para Minayo (2004) a violência é questão social e está ligada à saúde, pois causa impacto na vida do sujeito ao afetar sua integridade física, mental e evidência. Não está restrita ao dano físico, também alcança outras formas de violações. A autora sugere o uso do termo no plural, “violências”, como terminologia mais adequada devido às suas especificidades e se caráter pluralista. De acordo com Minayo e Souza (1997, p. 66):

Tal como uma epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta, que alimenta e mantém ativos os focos específicos de

violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, classes e no interior das instituições.

Isso significa que para entender o fenômeno da violência, implica em compreender as relações sociais a partir dos aspectos históricos, políticos econômicos, culturais e sobretudo ideológicos. Suas manifestações específicas estão presentes nos diversos grupos sociais e constituem uma rede intrínseca na qual todos, cada um a seu modo, são vítimas e autores a um só tempo.

Lopes (2009) em seus estudos contribui com este pensamento ao afirmar que há um crescimento expressivo de mortes motivadas por violência, configurando pandemia. A pesquisadora investigou as Representações Sociais acerca da violência de gênero e destacou significados e experiências vividas por mulheres agredidas. Para a autora, a violência contra a mulher trata-se de problema antigo, de grandes proporções, ainda não solucionado.

O papel da mídia na visão do senso comum sobre a violência, seja ela sofrida ou praticada, é crucial para situar os sujeitos que se envolvem em episódios de violência. Ela tem o poder de formar opiniões, pois informa a população sobre os crimes que ocorreram, caracteriza os agentes da violência, apresenta os motivos que desencadearam e até justificam assassinatos. Também, reforça valores maniqueístas, tais como “bem” e “mal”; “certo” e “errado” entre outros princípios que se expressam em dualismos e oposições. Mulheres envolvidas em episódios de violência podem ser facilmente convertidas em “santas” ou em “putas”.

Analisar o fenômeno da violência contra a mulher sob a ótica das representações sociais e dos estudos de gênero é buscar compreender como o fenômeno é interiorizado e quais os impactos causados pela violência sofrida.

Moscovici (2003) pontua que as representações sociais se caracterizam como conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem evocar um acontecimento, fato, fenômeno e articulação com os conhecimentos já existentes de quem os representam. São constituídos por meio do compartilhamento de ideias e opiniões dos diferentes grupos. Nesse sentido, identificar a representação elaborada dos crimes de violência contra a mulher é relevante, pois assim é possível verificar como estes conhecimentos são compartilhados, como os sujeitos se apropriam e elaboram determinados conceitos, criando realidade prática e cotidiana, além de poderem contribuir, ou não, para a perpetuação de uma cultura que justifique e banalize a violência contra a mulher.

E quanto à articulação das Representações Sociais com os estudos de gênero, busca-se em Arruda (2002) algumas dessas análises. Essa pesquisadora realiza um diálogo entre a Teoria das Representações Sociais e os estudos de gênero. A autora salienta que ambos fazem uma crítica ao pensamento binário, ao reducionismo e a crença na neutralidade da ciência. Ambos não separam o sujeito social e o seu saber concreto do seu contexto, assim como, a subjetividade também não pode ser analisada de forma isolada do sujeito e da cultura.

Destaca-se que o conceito de gênero, surge no final dos anos oitenta por meio dos estudos feministas, sendo utilizado para designar a construção social sobre a categoria “mulher”. Contudo, esse conceito passa por novas configurações e atualmente é empregado para a compreensão das relações sociais, das diferenças entre masculinos e femininos na sociedade, passando a ser utilizado como categoria de análise.

Para Silva (2011) as relações de gênero devem ser entendidas a partir de sua construção social com base na diferenciação biológica dos sexos, que são reconhecidas através das relações de poder e subordinação, representadas pela discriminação de funções, atividades, normas e condutas esperadas para homens e mulheres.

O termo violência de gênero surge para demarcar as relações sociais que se estabelecem de forma hierárquica entre os gêneros, expressa pelas diferentes manifestações de poder e desigualdade (SAFFIOTI, 1995). Salienta-se que a violência de gênero pode ocorrer entre pessoas do mesmo sexo, contudo, o vetor mais comum é do homem contra a mulher.

Evidencia-se que existem inúmeras formas de violação imbricadas e que são orquestradas pelas desigualdades entre os gêneros e que legitimam a violência. Uma dessas manifestações, trata-se do feminicídio. Segundo Garcia, Freitas e Höfelmann (2015, p. 253) “uma mulher é morta de maneira violenta a cada meia hora no país. As vítimas foram mulheres de todas as faixas etárias, etnias e níveis de escolaridade. Todavia, as principais vítimas foram mulheres jovens, negras e com baixa escolaridade”. Os autores trazem uma estimativa de feminicídio no Brasil entre os anos de 2009 e 2011, a qual indica a importância de se estudar os processos educativos formais e informais voltados a prática não sexista, sabendo-se que eles ocupam um papel importante na modificação de estruturas da sociedade reproduzidas pelos sujeitos, como é o caso da mídia.

Conforme aponta Benevides (2007) a educação é entendida aqui como um conceito amplo, não restrito ao âmbito escolar, baseada nos Direitos Humanos. É vista como um

caminho no combate à violência, por interferir significadamente na constituição do sujeito, capaz de produzir mudanças culturais.

Além dos processos educativos formais, é necessário identificar como se dá a construção dos conhecimentos no cotidiano, para que assim seja possível produzir e efetivar mudanças. Conforme Lopes (2009) aponta em seu estudo, a violência é exercida nas relações sociais, onde se estabelecem os processos de conquista de espaços, obtenção de poder e domínio.

Conforme Arendt (2009, p.10) “a violência se manifesta onde o poder está em risco, mas deixada o seu próprio curso, ela conduz a desaparecimento do poder”, ou seja, na distinção feita pela filósofa, a violência aparece quando os mecanismos de poder encontram-se ameaçados e se manifesta como forma de manutenção e domínio.

Lopes (2009) por sua vez destaca que no caso da violência de gênero, o poder está relacionado ao polo masculino que exerce a dominação sobre o feminino. Apoiada nos estudos de Scott (1995) a autora revela que gênero é considerado uma categoria de análise e, por ter um caráter relacional, ambos os polos sofrem o controle dos corpos, a manutenção da sexualidade e a determinação de atribuições sociais.

Modificar as estruturas sociais requer amplo conhecimento e análise crítica da sociedade, a fim de não reproduzir padrões e estereótipos que legitimam as relações desiguais e a hierarquização de poder.

As representações sociais orientadas pelo núcleo central influenciando a forma de ser dos sujeitos, ditam o que é ser homem e/ou ser mulher. Todavia, ainda que alguns elementos constituintes do sistema periférico se modifiquem neste processo social, a estrutura permanece a mesma, contribuindo para a lógica patriarcal, a reprodução do machismo e as práticas violentas, mais especificamente o feminicídio.

Os estudos apresentados nessa introdução subsidiaram a organização deste trabalho com a finalidade de discutir os componentes relacionados à mulher e à compreensão dos fatores que geram a violência de gênero.

Esta pesquisa teve como intuito analisar as representações sociais sobre a violência de gênero dirigida à mulher, especificadamente a tipificada como feminicídio. Optou-se por realizá-la sob o ponto de vista dos(as) usuários(as) do *Facebook* por meio dos seus comentários em notícias veiculadas nas páginas oficiais de dois *webs* jornais.

A escolha do campo de pesquisa se deu por meio do elevado número de pessoas que fazem uso da mídia social *Facebook* com o intuito de manter relações com outros que compartilham de forma similar o modo de pensar e agir sobre determinado assunto. Tais

assuntos são veiculados na referida mídia social através dos *web* jornais, que detém o poder de influenciar a forma de compreensão de mundo dos(as) usuários(as), dessa forma, o uso da Teoria das Representações Sociais e dos estudos de gênero serviu de aparato para identificar a forma como esses(essas) usuários(as) compreendem o feminicídio, possibilitando assim, o acesso a indicativos importantes sobre a constituição identitária, bem como, as representações sociais expressas nos dois casos selecionados no contexto das relações de gênero.

O apreço por essa temática iniciou-se com o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Psicologia, onde a pesquisadora teve o primeiro contato com estudos envolvendo mídias sociais. Desde então as inquietações sobre os estudos com as mídias sociais se impulsionaram, obtendo na pós-graduação a chance de serem investigadas com mais profundidade.

O recorte da violência de gênero dirigida à mulher desta pesquisa veio por interesse da pesquisadora em investigar como os(as) usuários(as) assimilam e compartilham sua opinião sobre o que é, e como é veiculada a mulher que sofre violência nesses meios, pautando-se na forma como são constituídas as relações de gênero.

O apoio na concepção de ser humano da teoria histórico cultural serviu como parâmetro para o uso da Teoria das Representações Sociais como forma de compreender a interação desses(dessas) usuários(as) na sociedade, nos levando assim, às suas representações de feminicídio.

Cabe agora destacar a estrutura desta pesquisa. O capítulo 1 destina-se à constituição do sujeito e de seus processos identitários com base nos aspectos da Teoria das Representações Sociais e nos aspectos históricos e culturais de tal constituição, para que assim, seja possível compreender o sujeito e sua interação com a sociedade, nos levando às suas representações sobre feminicídio.

Assim, o capítulo 2 apresenta as contribuições da Teoria das Representações Sociais sob o enfoque da pesquisa, ou seja, a teoria vinculada as mídias, como uma forma de explicitar como as representações são construídas nesses meios, originando um novo processo de formação de conhecimento.

O capítulo 3 apresenta a discussão sobre as atribuições sociais destinadas socialmente às identidades de homens e mulheres que implica em superar a ordem hierárquica das relações de gênero que se expressam pelas diferentes manifestações de poder e desigualdade, formando a partir desses aspectos a submissão feminina perante o masculino e, conseqüentemente a perpetuação da violência de gênero.

O capítulo 4 destina-se a tratar de como a mídia tem veiculado a imagem da mulher, tendo em vista uma sociedade patriarcal e machista que inferioriza mulheres, e busca compreender como os casos de violência de gênero dirigida à mulher são veiculados pela mídia, considerando que as informações veiculadas pelos *web* jornais, meios de comunicação da mídia, influenciam diretamente nos saberes e ações dos indivíduos.

As delimitações dos procedimentos metodológicos desta pesquisa são descritas no capítulo 5, no qual aponta a estruturação da pesquisa, coleta de dados, campo de investigação, os casos a serem analisados e os procedimentos adotados durante o percurso desta pesquisa.

O capítulo 6 foi dedicado à análise dos comentários, seus elementos e as ideias expressas pelos(as) usuários(as) do *Facebook*. Nele foi possível conhecer os elementos, ideias ou representações que estão ocultas nos comentários e conteúdos que não se manifestam diretamente.

Por fim, apresentam-se as considerações finais que o estudo proporcionou para a análise das representações sociais do feminicídio.

1 PROCESSOS IDENTITÁRIOS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: O MOVIMENTO DE FORMAÇÃO.

*Nove tiros
de uma arma carregada de silêncio
tentaram calar
a empoderada
o amor livre
a voz negra
a revolucionária
a vereadora
a Dandara
a professora
a mãe que trabalha
a Maré que resiste.
Quiseram matar
o povo que batalha...
Mas a gente sobrevive,
escapa, existe.*

(Trecho do texto: À memória de Marielle, de Bernardo Correa, 2018)

O trecho do texto “À memória de Marielle” (2018) de Bernardo Correa, foi previamente selecionado para a abertura deste capítulo¹, pois o escritor retrata as identidades atribuídas socialmente à Marielle Franco. Trata-se de uma mulher, negra, mãe, criada na favela, que se tornou socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos, sendo a quinta mais votada. No dia quatorze de abril do ano de dois mil e dezoito foi assassinada. O carro onde estava recebeu treze disparos de uma arma de fogo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Algumas organizações globais cobram a identificação dos culpados de tal crime, pairando suspeitas de envolvimento de nomes da cena política do Rio de Janeiro e milicianos.²

Tentaram silenciar Marielle Franco por meio de um crime bárbaro contra a sua vida, “quem mandou matá-la mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte”.

¹ Os capítulos desta pesquisa serão apresentados por meio de epígrafes relacionadas aos casos de feminicídios de Marielle Franco e Mayara Amaral, a fim de familiarizar o leitor com os casos selecionados para este estudo. Tais casos foram amplamente destacados na mídia, e serão estudados por meio da Teoria das Representações Sociais e dos estudos de gênero.

² Fonte: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>

Com essas palavras com uma entonação um tanto emocionadas, dá-se início à apresentação do capítulo, ainda que se trate de um texto científico, ao falar de mortes de mulheres, tipificadas como feminicídio, não há possibilidade de não trazer elementos da emoção.

No capítulo será desenvolvida a contextualização das identidades dos sujeitos que atuam no *Facebook*, investigando como se formam seus processos identitários e sua constituição sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais, tomando principalmente os estudos de Serge Moscovici e Denise Jodelet, uma vez que, compreender o sujeito, sua constituição e sua interação na sociedade nos levará a compreensão de suas representações de feminicídio localizadas nas páginas oficiais dos *web* jornais na referida mídia social.

Considerando também a aproximação da Teoria das Representações Sociais com alguns elementos teóricos da abordagem histórico cultural da psicologia postulada por Lev Vygotsky, o capítulo se pautará em desenvolver a discussão sobre os fatores biológicos, sociais e históricos que, de modo articulados, mais precisamente em processos de mediação, constituirão os indivíduos. Assim sendo as abordagens teóricas convergem para a explicação entre o sujeito e a sociedade, evidenciando que esse processo não ocorre de forma inata, mas sim a partir de construções sociais ligadas a elementos da interação entre o sujeito e a sociedade. Assim as representações sociais podem se constituir em elementos mediadores, com potencial significativo no processo de formação integral de cada ser humano e de suas relações nos grupos sociais.

1.1 A Teoria das Representações Sociais e a constituição do sujeito.

Na Psicologia Social, as representações sociais tornaram-se um conceito de significativa importância para explicar o ser humano, suas relações e contextos sociais. A Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici, apresentada por ele na obra intitulada *A representação Social da Psicanálise*, cujo título original é *La Psychanalyse, son image, son public*, constitui um campo teórico-metodológico pautado nas explicações dos fenômenos sociais que tem como ponto fundamental o olhar integral do sujeito, sem dissociações entre indivíduo e sociedade.

O conceito de representações sociais indica as formas de familiarização com aspectos considerados estranhos para os sujeitos, constituindo-se de “uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres

sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante” (MOSCOVICI, 2003, p.209).

Denise Jodelet define a representação como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22).

Para Moscovici (2003) não se pode separar o sujeito de seu contexto histórico e social, é necessário considerar os processos que constituem o sujeito em constante interação com o meio no qual está inserido, não perdendo de vista as ações entre sujeitos e sociedade. Esse pensamento contribui para o entendimento das relações sociais, do cotidiano e de como os indivíduos se apropriam de determinados conhecimentos. Sob esse ponto de vista teórico, os saberes psicológicos e sociais não podem ser compreendidos de forma isolada, para que não se perca de vista o movimento das relações sociais e do saber prático que guia as ações dos sujeitos na sociedade.

Entende-se as representações sociais como um conjunto de conceitos e afirmações produzidas cotidianamente, que têm sua origem desencadeada por meio da comunicação estabelecida em grupos, formando um tipo conhecimento a ser partilhado, isto é, o senso comum. Se organiza através de um saber sobre a realidade estruturada na interação do sujeito com a sua realidade social (MOSCOVICI, 2001). As representações sociais, necessariamente, são fenômenos sociais referentes aos processos grupais de uma realidade social, sendo assim, sua formação não pode ser considerada individual (CAMARGO, 2016).

A representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social. Esse sujeito não é visto apenas como produto do que precede da sociedade e nem produtor independente, pois as representações são sempre resultados das condições em que surgem e circulam em nosso meio. Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender as relações que são formadas no cotidiano, lugar onde se constituem os processos identitários e constitutivo do sujeito.

Sendo assim, para Moscovici (1978) não se deve considerar sujeito como um aparelho intrapsíquico, mas como produtor e produto de uma determinada sociedade. A sociedade como produto humano é, na verdade, uma reconstrução, uma reelaboração humana. É nesse espaço físico e simbólico que circulam as representações sociais, em que diversos grupos se apropriam, guiando suas ações.

De acordo com Abric (1998), as representações sociais esclarecem aquilo que está presente na realidade e que ditam as práticas sociais, explicam ações e atitudes. Dessa

forma, as representações sociais norteiam uma realidade individual sem a separar do social, ou seja, é na relação indivíduo e sociedade que as representações são constituídas.

É nesse sentido que a Teoria das Representações Sociais se apresenta como uma área da Psicologia Social, que visa explicar os fenômenos sociais. Ao olhar para o ser humano sem fazer a dissociação entre indivíduo e sociedade, e pensar sua constituição, justamente por considerar essa interação, que a teoria que fundamenta esse estudo não perde de vista as ações dos sujeitos nas sociedades. Dessa forma, ao evidenciar a constituição do sujeito e a construção de sua identidade, consideramos também esse sujeito inserido e se constituindo em um espaço social, nesse caso, o das mídias sociais.

As representações sociais, por sua vez, nos levam a compreensão de como esses sujeitos assimilam e se posicionam frente aos casos de feminicídio veiculados pelos *web* jornais em suas páginas oficiais no *Facebook*. Uma vez que as representações desses sujeitos sobre essa tipificação da violência de gênero dirigida à mulher são compartilhadas nesse espaço social, sua relação com o outro é possibilitada e conseqüentemente sua construção como sujeito social, encontrando seu lugar no mundo por meio do modo como atribui sentido a ele.

O estudo da Teoria das Representações Sociais possibilita a compreensão da sociedade, de um grupo e de uma comunidade, bem como, seu núcleo estruturante, sua gênese, sua cultura, sua linguagem, e os aspectos emocionais envolvidos. Não há isolamento de ideias e de informações, pois tudo está interligado, influenciando na produção de sentidos e significados para o sujeito, como aponta Jodelet (2001):

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, as vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrenta-lo. Eis que as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (JODELET, 2001, p.17).

Os estudos de Sandra Jovchelovitch (1995) possibilitam o entendimento da relação sujeito-sociedade, onde a constituição do sujeito vem por meio do resultado de sua relação com a esfera social. A autora destaca o lugar das representações sociais nessa constituição a partir da seguinte reflexão:

A Teoria das Representações Sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômenos psicossociais, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de outros (JOVCHELOVITCH, 1995, p.65).

Torrão Filho (2005) compreende que as representações sociais influenciam significativamente na forma que o sujeito vê o mundo que o cerca, como ele se constitui, como se relaciona com este meio e como suas decisões são desencadeadas. Segundo Jovchelovitch (1999), a constituição do sujeito se dá na compreensão do outro e por meio de mediações sociais como: as ações simbólicas, a intersubjetividade, a objetividade e a identidade, permitindo assim, que o sujeito se reconheça e seja reconhecido socialmente. Esses elementos são essenciais na compreensão do processo de construção do eu e da realidade social, pois se não houver o reconhecimento de um outro, não é possível existir essa produção de sentidos, bem como a forma simbólica, a linguagem e as identidades.

Segundo Jovchelovitch (1999), é a partir das mediações sociais que emergem as representações sociais, produzindo um sistema de conhecimento coletivo, capaz tanto de conferir uma identidade social a um grupo, como de produzir formas de enfrentamento do cotidiano e de relacionamento com os objetos.

A autora afirma que as representações sociais são instrumentos de mediações sociais que se expressam no espaço onde o sujeito busca compreendê-las para assim construir o mundo, indo além da sua própria individualidade para entrar em um espaço social. Jovchelovitch (1995) também afirma que “as representações sociais emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade” (JOVCHELOVITCH, 1995, p.82).

Seguindo nos estudos de teóricos(as) sobre as representações sociais da constituição do sujeito, destaca-se Denise Jodelet, considerada uma importante autora e especial continuadora da obra de Moscovici. Jodelet (2009) destaca a importância da subjetividade nos estudos de representações sociais, uma vez que a noção de subjetividade nos conduz a considerar os processos que operam no nível dos indivíduos eles-mesmos.

Ainda que nossas pesquisas visem a deduzir os elementos representacionais partilhados, seria reducionista eliminar de nosso exame aquilo que corresponde aos processos pelos quais o sujeito se apropria e constrói suas representações.

Esses processos podem ser de natureza cognitiva, emocional, e dependem de uma experiência de vida (JODELET, 2009, p.696).

Dessa forma, a noção de subjetividade corresponderia a reconstrução interna, sua individuação, resultante de experiências coletivas e individuais, em um rearranjo interno e que se configuram e se estabelecem nas experiências de vida dos sujeitos. Segundo Jodelet (2005) as experiências vividas possuem devida importância na elaboração das representações sociais, pois correspondem a consciência do sujeito sobre o mundo em que vive e ao contato social consigo mesmo e com outros, podendo assim constituir as representações e a si mesmo.

As experiências de vida são necessárias para que os processos que operam nos sujeitos sejam evidenciados, pois é através desses processos que os sujeitos se apropriam e constroem suas representações. É importante compreender, de acordo com Jodelet (2009), que os sujeitos não são entendidos como pessoas isoladas, mas como atores ligados a contextos sociais inscritos em processos que os conduzem a estabelecerem interações com os outros. Assim, os processos de trocas e interações favorecem a construção de um universo consensual enraizado nos elementos que formam os significados simbólicos que possibilitam o desenvolvimento da representação.

Para Jodelet (2009), quando se pretende estudar indivíduos e grupos situados em contextos concretos de vida e revelar a gênese e as funções simbólicas das representações sociais é preciso usar um esquema que comporte localizar o seu estudo no jogo das construções subjetivas. Dessa forma, Jodelet (2009) deu um passo à frente com seus estudos sobre subjetividade, avançando nas discussões com a proposta de três esferas de pertença que possibilitaram a explicação da formação e das funções das representações sociais produzidas por sujeitos e grupos inseridos em espaços concretos de vida, nos quais se apropriam e, portanto, se constituem.

As representações sociais podem ser compreendidas pela relação dos níveis de atuação ativa do sujeito (subjetivo), de interação com os outros sujeitos (intersubjetivo) e àquilo que é comum ao coletivo (transubjetivo). De acordo com Jodelet (2009), a subjetividade dentro das esferas de pertença remete a processos que operam no nível dos sujeitos eles-mesmos. Apesar de as representações comporem o pensamento compartilhado em grupo, ela “respeita aos processos através dos quais o sujeito se apropria e constrói estas representações” (JODELET, 2007, p.61).

A autora considera que a intersubjetividade remete às situações que, em um dado contexto, contribuem para o estabelecimento de representações elaboradas na interação

entre os sujeitos que atuam através das relações interpessoais. São espaços de interlocução, com trocas dialógicas, produtos da “transmissão de informação, a construção de saber, a expressão de acordos ou de divergências a propósito de objetos de interesse comum” (JODELET, 2009, p.697). A última esfera, a transsubjetividade, é formada por elementos que ultrapassam tanto o nível subjetivo quanto o intersubjetivo. Se manifesta pelo acesso de informações oriundas do aparato cultural, como os meios de comunicação de massa, as instituições sociais e outros meios, remetendo a espaços sociais, ideológicos e públicos em que transpõem os espaços de vida locais.

De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais estão sempre em ação na vida social, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Assim, elas devem ser estudadas integrando a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.

As representações sociais estão relacionadas na difusão e assimilação de conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição de identidades pessoais e sociais, na expressão e nas transformações sociais. Dessa maneira, pode-se perceber que as representações sociais estão presentes em tudo à volta do sujeito, influenciando-o de diversas formas e consequentemente o constituindo.

1.2 A cultura e o social na constituição histórica do sujeito.

Para a compreensão do sujeito nesse estudo fez-se interlocução com a Teoria histórico cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky, uma vez que essa e a Teoria das Representações Sociais possuem singularidades bastante próximas. Foi durante um curso realizado em Nova York que Moscovici se familiarizou com os estudos de Vygotsky, levando em consideração as ideias do autor referentes à cultura, pensamento e linguagem, ou seja, os processos de formação do sujeito. Vygotsky, assim como Moscovici, detinha uma preocupação com o social, uma característica de sua Psicologia. (MOSCOVICI, 2003).

O sujeito da Teoria das Representações Sociais e da abordagem sócio histórica, visto em sua integralidade epistêmica, cultural e subjetiva, é constituído por meio de sua experiência de assimilação do conhecimento interno e pelos conteúdos extraídos do meio. Como afirma Vygotsky (2001), o comportamento do sujeito é constituído a partir das condições biológicas e sociais do seu desenvolvimento. É possível observar então, que as relações sociais possuem papel primordial para que o indivíduo se constitua enquanto

sujeito.

Todas as manifestações que ocorrem com o sujeito social no decorrer de seu desenvolvimento acontecem devido às relações e produções sociais. Vygotsky (2001) foi o precursor de uma psicologia que possibilitou a construção de um sujeito social e que compreendesse os sistemas psicológicos dessa constituição num processo de individuação.

Considerar esses princípios é fundamental para a compreensão da teoria do desenvolvimento humano elaborada por Vygotsky, que aponta que o sujeito é constituído por meio de sua experiência de assimilação do conhecimento interno e pelos conteúdos extraídos do meio. Os estudos desenvolvidos por Vygotsky (1999) superam o marco do processo biológico como elemento único do desenvolvimento dos indivíduos, pois ao encontrar no desenvolvimento humano elementos que afirmam que o sujeito não nasce dotado de todas as características humanas essenciais, mas é formado a partir de suas características biológicas em interação com o meio cultural, pode-se então compreender que somente o aspecto biológico não consegue definir por completo o ser humano e que sua humanização advém também de seu nascimento cultural.

Entretanto, a constituição do sujeito para Vygotsky não está desvinculada dos fatores biológicos, pois sem tais especificidades, o sujeito social não poderia ser construído. O fator biológico não é o primordial na construção social do sujeito, mas participa dessa construção, sendo possível estabelecer uma relação entre a natureza organizada do ser humano e sua condição histórico-cultural (DUARTE, 1988).

O processo de constituição do sujeito, considerando os seus aspectos biológicos, envolve a ação permanente do sujeito com seu meio social, pois é através desse meio que deriva os conteúdos e a dinâmica que constitui seu sistema psicológico e sua personalidade. De acordo com Vygotsky (2001), quando o sujeito entra em contato com esses conteúdos, as suas estruturas psíquicas primitivas evoluem, sendo mediadas pelo uso de instrumentos, pela divisão social e até mesmo pela necessidade de interagir socialmente. Essa evolução descrita pelo autor é denominada de Funções Psicológicas Superiores.

As funções psicológicas superiores (FPS) são de origem social e para que as representações sociais se constituam as funções psicológicas superiores se vinculam a processos de significativa relevância, como memória, pensamento inteligente, afetos, entre outros que se reportam a cognição. De acordo com Vygotsky (1999), as FPS resultam da interação entre os fatores biológicos e culturais e da interação do indivíduo

com seu contexto cultural e social. Dito de outra forma, se referem às experiências que são adquiridas durante a vida do sujeito, considerando este um ser que se relaciona com o mundo, sua cultura, por meio de instrumentos físicos e simbólicos. Assim, o controle consciente do comportamento, atenção, lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, e demais processos psicológicos cognitivos e afetivos, são exemplos destas funções, tipicamente e unicamente humanas.

Nesta perspectiva, para Molon (2011) o fator determinante para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está na utilização de instrumentos, pois é através deles que ocorre a mediação social. De acordo com a autora, as funções psicológicas superiores são mediadas porque são formadas e permanecem por conta dos instrumentos psicológicos, dos signos, sendo assim, pode ser considerada como "quase social". A respeito disso, Molon (2003) coloca que:

O processo de conversão de algo interpsicológico em algo intrapsicológico não acontece por mera reprodução, mas por reconstituição de todo o processo envolvido, no qual as funções psicológicas permanecem sendo "quase sociais". Nas relações sociais algumas atividades interpsicológicas são convertidas em atividades intrapsicológicas, pois nem tudo que é social é interpsicológico e nem tudo que é interpsicológico é intrapsicológico. A dimensão intrapsicológica acontece a partir da conversão de signo interpsicológico em signo intrapsicológico, acontece pela mediação dos signos (MOLON, 2003, p.63).

A conversão é o processo de constituição do sujeito no campo da intersubjetividade. Realizadas essas reflexões iniciais sobre a constituição do sujeito, o conceito de intersubjetividade possui fundamental importância nos estudos da psicologia histórico cultural sobre a constituição do sujeito. Para Molon (2011, p.618), “a constituição do sujeito acontece no campo da intersubjetividade, configurado como o lugar do encontro e do confronto e como o palco de negociações dos mundos de significação privado e público”. Diante desta afirmação, a intersubjetividade caracteriza-se como o estado onde o sujeito é constituído a partir da sua relação com o outro. Não é só a existência do outro que representa a condição intersubjetiva do sujeito, mas sim a relação que é estabelecida entre ambos em seus diversos contextos sociais, sendo assim, a constituição do sujeito se torna intersubjetiva e dialética, determinando por meio destes aspectos o caráter social e dialógico do ser humano.

Para Molon (2003), na discussão de Vygotsky sobre a constituição do sujeito, o autor apresenta em sua teoria a concepção do eu, onde o eu se constrói na relação com o

outro, onde a palavra tem a função de estabelecer o contato social, ao mesmo tempo em que auxilia na formação do comportamento social e da consciência. Nessa concepção, Molon (2003) afirma que:

O sujeito não é reflexo, não é comportamento observável, nem reações não manifestadas e nem o inconsciente, mas o sujeito é uma conformação de um sistema de reflexos - a consciência -, na qual os estímulos sociais desempenham um papel importante na operacionalização do eu, já que o contato com os outros sujeitos permite o reconhecimento do outro e por meio disso, o autoconhecimento (MOLON, 2003, p.84).

A constituição do sujeito acontece na e pela sua relação com o outro. É importante ressaltar que, para Vygotsky, de acordo com Molon (2003), só existe o reconhecimento do eu no reconhecimento do outro. O outro determina o eu, ambos mediados socialmente. Essa mediação só se torna possível por meio da linguagem, se destacando como temática central e essencial na constituição do sujeito bem como na constituição e veiculação das representações sociais.

É por meio da linguagem, qualquer modo de linguagem e comunicação que as representações sociais são difundidas. A linguagem perpassa todos os conceitos centrais da Psicologia Histórico-cultural, ao ponto de, nessa linha de discussão, Vygotsky e Luria (2007, p.50) afirmarem: “O principal atributo das funções psicológicas superiores, são os signos”. Sendo assim, elemento fundamental na relação do sujeito com o meio em que vive. Para Vygotsky (2012), o desenvolvimento da linguagem é a comprovação que o ser humano se constitui através dos planos de desenvolvimento biológico e cultural.

A linguagem é um sistema de comunicação específico e exclusivo da raça humana, está ligada ao pensamento e é mediada por produções sociais e culturais reconhecidas como signos. De acordo com Zanella (2013), os signos são meios de comunicação, que sob essa condição, nos indicam os significados sobre algo que vem a ser partilhado pelo outro, que pode modificar na medida em que as relações que no cercam as modificam. O signo só é reconhecido através de sua significação e dos sentidos a ele atribuídos, sendo esses, sociais e historicamente produzidos e continuamente transformados e reinventados.

Para Vygotsky (2003), a palavra é o signo que representa o objeto, atribuindo sentido como uma característica do pensamento. À medida que a fala fica mais complexa, o pensamento também se torna mais desenvolvido. Cada estágio do desenvolvimento do

significado das palavras representa também um novo estágio de desenvolvimento na relação entre o pensamento e a fala.

Por esses processos descritos por Vygotsky é que o sujeito, cada vez mais, pode ampliar suas trocas com o mundo e, assim, expandir as representações do meio ao seu redor, formar novos conceitos e desenvolver a consciência de si e da realidade. Daí a compreensão de que o sujeito é produto e produtor de sua história, constituição possível, justamente, por seu caráter histórico-social. Dessa forma, compreende-se que a teoria histórico-cultural não é apenas uma vertente da Psicologia a ser estudada, mas algo profundo, voltado para a compreensão do desenvolvimento do sujeito e partir das questões culturais e históricas.

As contribuições sobre a constituição do sujeito das teorias desenvolvidas por Serge Moscovici e Vygotsky, apresentadas neste estudo, possuem articulações e existe um entendimento entre esses autores na forma como as nuances sobre o sujeito articulam-se em ambas as produções. Dentre as semelhanças, destaca-se a importância dada ao social, porém cabe uma análise mais minuciosa, num estudo comparativo, que destaque os pontos comuns através do período histórico, apontados na próxima sessão.

1.3 Contribuições da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Histórico Cultural na constituição do sujeito.

A Teoria das Representações Sociais e a abordagem sócio histórica abrangem a constituição do sujeito como dependente da interação do sujeito com o ambiente e com a cultura, sendo assim, Moscovici e Vygotsky concordam que o ser humano é construído socialmente. Segundo Magalhães (2014), existe um entendimento entre esses autores na forma como se constitui o sujeito, mas para compreendê-las, faz-se necessário a análise sobre determinados conceitos a fim de situar o leitor sobre a produção de cada um no contexto em que eles estão inseridos.

Magalhães (2014) dedicou seus estudos a compreender essas duas teorias, realizando um diálogo entre os dois autores. Para o autor, ambos possuem propostas semelhantes no que está relacionado ao olhar sobre o sujeito, o aspecto sociocultural para as constituições e cultural como uma estrutura dialética, capaz de fornecer signos e símbolos que criam elementos rígidos e que guiam as ações dos sujeitos.

Nesse sentido, o pensamento desenvolvido nas matrizes vygotskiana e moscoviciana endossa a tese de que a realidade do sujeito e a realidade sócio histórica são interdependentes. E, no que se relaciona à questão do sujeito, a dinâmica dos processos geradores das relações entre o todo e suas partes irá compor o motor das mudanças e permanências de seu desenvolvimento, que, de um ponto de vista dialético, preconiza o conflito gerador entre cultura e cognição como desenvolvimento de transformação de sua realidade subjetiva, tomando-se a atividade simbólica como o seu demarcador central (MAGALHÃES, 2014, p.50).

Vale destacar que ambos, Moscovici e Vygotsky, vivenciaram em épocas diferentes a crise mais importante da psicologia do século XX. De acordo com Lane (1984), na década de 60 surgiram questionamentos sobre os conhecimentos psicossociais que não conseguiam explicar e nem prever os comportamentos dos indivíduos em sociedade e nem suas novas demandas, estabelecendo então a chamada “crise da Psicologia Social”, onde muitos resultados de pesquisas se contradiziam e nenhuma solução concreta foi implantada para enfrentar os problemas sociais dos países.

De acordo com Spadoni, Zanatta e Andrade (2017), essa crise se instaurou na tentativa de superar os modelos individualistas que até então dominavam. Ambos os autores apresentaram teorias eficazes para responder as questões colocadas por essa crise. Vygotsky fez uso da psicologia do desenvolvimento, que evidenciava a natureza social do sujeito enquanto que Moscovici defendeu uma Psicologia Social que estudasse os processos responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade.

Com essas explicações, segundo Spadoni, Zanatta e Andrade (2017), Vygotsky e Moscovici respondem ao principal problema da psicologia do século XX, que era compreender como os processos sociais influenciam os processos psicológicos. E ambos dão a mesma resposta: os processos sociais não apenas influenciam os processos psicológicos, mas eles são constituidores do próprio ser humano.

Moscovici explica esse fato através da ideia da existência de um conhecimento compartilhado, construído na sociedade, repassado na socialização através de gerações, que assume aos olhos individuais tamanha força que se apresenta para cada um como a realidade (MOSCOVICI, 1978). Vygotsky explica esse fato através do conceito de mediação, pois a criança conhece o mundo através das relações interpessoais na qual as pessoas próximas vão inserindo a criança em uma cultura. Entre a criança e o mundo existem as lentes culturais que permitem a criança compreendê-lo.

Vygotsky deixa evidente o papel da linguagem como instrumento de organização do pensamento, sendo, portanto, mediadora do comportamento e da produção dos conhecimentos. A linguagem na Teoria das Representações Sociais é o instrumento que

nos possibilita que as imagens se tornem uma realidade e não elementos do pensamento. Esse é um processo contínuo, ou seja, não paramos de transformar representações em realidade. Expressamos primeiro a imagem e depois o conceito como se fosse realidade. “Cada caso implica uma representação social que transforma palavras em carne, ideias em poderes naturais, nações ou linguagem humanas em linguagem de coisas” (MOSCOVICI, 2009, p.77-78).

Conforme evidencia Flores (2011, p.82), “é possível apontar as Representações Sociais como elementos que poderão se constituir como mediadores dos processos de socialização e constituição subjetiva e identitária dos sujeitos sociais”.

Lopes (2009), em seus estudos, ressalta este aspecto ao abordar como as representações sociais de gênero medeiam o comportamento dos sujeitos e sua constituição identitária. Dessa forma, afirma:

Quando Vygotsky (1989) indica os processos intra e intrapsíquicos como objetivação da relação singular e universal permeados do processo de mediação, ele delinea a concepção dialética da formação da psique. A mediação é descrita como o elemento que permite a estruturação do pensamento, bem como a internalização do social e a constituição do individual. Tal abordagem estabelece estreita relação teórica para compreensão da representação social de gênero na constituição das identidades masculinas e femininas (LOPES, 2009, p.121).

Pode-se dizer, então, que as representações sociais promovem a mediação do comportamento do sujeito e as formas de apropriação do conhecimento, que vão mediar o processo de constituição identitária e guiar as ações e condutas frente a determinada realidade e/ou objeto. Neste sentido, considera-se relevante conhecer a maneira como os usuários representam o feminicídio *facebook*, identificando a forma como os conhecimentos são produzidos, apropriados e compartilhados pelos sujeitos.

1.4 Constituição dos processos identitários: a dinâmica entre o eu e o outro para a constituição do sujeito social.

Discutir a questão dos processos identitários se torna algo desafiador devido à intensa diversidade conceitual dedicada a essa temática, com inúmeras variações, cada uma com seu campo de conhecimento. De acordo com Costa (1991), “os termos identidade, self, caráter e personalidade têm sido usados para definir a unicidade que diferencia o indivíduo dos outros; uma distinção clara entre os termos é, no entanto, difícil de estabelecer” (COSTA, 1991, p.20). Todavia, tem havido uma preocupação de

diferentes autores em clarificar e compreender o processo de construção dos processos identitários, procurando a identificação dos acontecimentos, etapas e elementos que intervêm, com maior relevo, nesse processo. Desta forma, nesta sessão, apontaremos os estudos de alguns autores da Psicologia Social sobre a constituição dos processos identitários sob o viés desse campo de estudos.

Coutinho (1999) aponta que no campo da Psicologia Social os estudos sobre identidade estão associados ao processo de socialização dos seres humanos como meio de se apropriar das características do outro e do ambiente, o que se justifica, segundo a autora, pelo fato de que “cada pessoa, com suas características singulares, se constrói através desse processo, constituindo sua identidade pessoal através das relações sociais” (COUTINHO, 1999, p. 31-32).

Logo, na perspectiva da Psicologia Social, a identidade pode ser definida como um conjunto de características próprias de um indivíduo, que o tornam diferente de outros e que vão sendo construídas nas e pelas relações sociais, bem como através dos aspectos de um contexto cultural e histórico e das diferentes atribuições sociais que esse indivíduo desempenha ao longo de sua trajetória existencial.

A constituição das identidades para Maheirie (2002) é marcada pela ambiguidade. Essa autora aponta que o processo de formação das identidades tem essa marca pois é individual e coletivo, isto é, pode ser caracterizado como próprio do indivíduo e alheio a ele e é ao mesmo tempo formado por semelhanças e diferenças. Essa concepção de identidade adotada pela autora nos permite localizar indivíduos e seus grupos de pertença no espaço tempo, identificando-os como eles mesmos e não como outros, mesmo que estes processos identitários estejam em constante metamorfose.

Os processos identitários são estabelecidos por meio das oposições e composições com outros sujeitos, grupos e instituições, envolvendo elementos subjetivos e objetivos em um contexto sócio, econômico e cultural. Para Baptista (2002), a dinâmica dos processos identitários só é possível pelas condições objetivas, sendo elas as estruturas sociais e os grupos a que esse sujeito pertence, e pelas condições subjetivas, representadas pela capacidade de reflexão de cada sujeito. Dessa forma o autor afirma que:

Esse tipo de estudo de identidade pressupõe que se leve em consideração seu desenvolvimento composto por movimentos, transformações, conflitos, contradições, antagonismos, reposições, conexões, interações e interdependências, tanto no nível individual quanto no social. Analisando a relação entre objetividade e subjetividade na construção da identidade (BAPTISTA, 2002, p.33).

Os estudos Deschamps e Moliner (2009), de acordo com a perspectiva da Psicologia Social, abrangem questões do início das reflexões das ciências humanas sobre a identidade, realizada com base na distinção entre identidade social e identidade pessoal, adotando aspectos mais pessoais para uns e mais coletivos para outros. No entanto, especificadamente em Psicologia Social, tal distinção está pautada em analisar os processos envolvidos no fenômeno da identidade, ou seja, essa distinção permite levantar questões sobre a importância das pertencas sociais na constituição do sujeito e sobre a parte mais propriamente pessoal.

Como caráter complementar entre identidade pessoal e social, Deschamps e Moliner (2009) não descartam o fato de que existem dois polos distintos que definem o indivíduo: o psicológico e o sociológico. Nesse sentido, a articulação, a organização e a síntese dos aspectos socioculturais e individuais da identidade são conceituadas a partir da ideia de que “todo indivíduo seria caracterizado, de um lado, por traços de ordem social que assinalam sua pertença a grupos ou categorias; e, do outro, por traços de ordem pessoal, atributos mais específicos do indivíduo, mais idiossincráticos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009. p.23).

Dessa forma, para Deschamps e Moliner (2009), a identidade individual e a social são construídas por meio de semelhanças e diferenças, para consigo mesmo, para com os outros e alguns grupos, conforme explicam os autores:

A identidade social refere-se ao sentimento de semelhança com (alguns) outros, enquanto a identidade pessoal se refere a um sentimento de diferença em relação a esses mesmos outros. E essa distinção entre identidade pessoal e a social não é efetivamente senão um caso de figura ou imagem da dualidade entre indivíduo e sociedade, entre diferença e semelhanças. [...] esses processos intervêm na elaboração de conhecimentos e crenças sobre si mesmo, sobre os outros, assim como sobre os grupos de pertença e não pertença dos indivíduos. Mas eles também permitem fazer diversas comparações das quais decorre finalmente a percepção de semelhanças e diferenças como a base do sentimento de identidade (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p.14).

Com isso, os estudiosos franceses postulam que a identidade social remete à semelhança. É demarcada pela pertença a um determinado grupo ou categoria em que são partilhados elementos que os tornam semelhantes de acordo com as posições que os sujeitos ocupam socialmente. Se a identidade social se refere às semelhanças, segundo os autores, a identidade pessoal é constituída pelas diferenças, ou seja, aquilo que dentro de um determinado grupo torna o sujeito diferente dos demais, único. Logo, a identidade pessoal é o que permite à pessoa reconhecer-se como distinta dos demais.

Pode-se então compreender identidade como ao mesmo tempo pessoal, por estar numa pessoa, e social na medida em que os processos de sua formação são sociais. Segundo Menezes (2016), a constituição dos processos identitários é vista como um produto social que resulta da interação do sujeito consigo mesmo e com mundo social. As identidades incluem dimensões como as atribuições sociais e relações sociais. Dessa maneira, as identidades de um sujeito são compostas por elementos diversos.

Uma proposta interessante e pioneira de se compreender a categoria de identidade em Psicologia Social foi a apresentada por Antônio da Costa Ciampa, um autor brasileiro importante por sua influência no cenário nacional quando se trata de pesquisas sobre identidades, principalmente após sua tese de doutorado, intitulada *A estória do Severino e a história da Severina*. Ciampa (1984) inicia a discussão do conceito como um fenômeno social e não natural, que está em constante transformação, sendo assim, as identidades são vistas como uma metamorfose, um resultado provisório da relação entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social.

Dessa forma, pode-se dizer que, de acordo com Ciampa (1996), as identidades são consequências de relações dos sujeitos e das condições dessa relação. E nesse sentido as identidades não são vistas como algo pronto, fixo e atemporal, mas sim, como um processo contínuo e constante. “Identidade é movimento, é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose” (CIAMPA, 1984, p.74).

Segundo Ciampa (1998), a identidade pode ser definida da seguinte maneira:

Falo como psicólogo social que define identidade humana como metamorfose, ou seja, o processo permanente de formação e transformação do sujeito humano, que se dá dentro de condições materiais e históricas dadas.[...] processo que articula a subjetividade e a objetividade, ela é metamorfose constitutiva do sujeito, localizando-o no mundo, dando-se sempre como relação, tanto sincrônica como diacrônica. Evidentemente, não se trata aqui de metamorfose como processo natural (como a borboleta), mas de processo histórico e social, que se dá fundamentalmente como produção de sentido (CIAMPA, 1998, p.88-93).

A identidade humana é vista como metamorfose, isto é, um processo permanente de formação e transformação do sujeito, que ocorre nas condições materiais e históricas dadas, a partir de uma concretude que contempla as dimensões temporais presente, passado e futuro, num movimento constante. Silva (2007) nega que as identidades sejam fixas, estáveis, unificadas, permanentes ou definitivas, sendo assim “a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A

identidade é instável, contraditória, fragmentadas, inconsistente, inacabada” (SILVA, 2007, p.96-97).

As identidades quando compreendidas de forma acabada podem ser criticadas pelo simples motivo de que não se leva em conta a multiplicidade que nos constitui. Para Miranda (2014), o sujeito é uno e se constrói como resultante da multiplicidade de atribuições sociais e de suas mudanças, de acordo com seus posicionamentos como ator e autor do próprio processo identitário. A produção ocorre por meio dos processos de socialização e individualização nos quais os indivíduos interiorizam atribuições sociais por meio de suas posições e as modificam de acordo com seus interesses particulares na articulação de diferentes personagens. É na atividade social que damos forma e materialidade aos processos identitários.

O entendimento de identidades como inacabadas é apontado por Santos (1993) por “identificações em curso”, sendo assim:

Sabemos que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificações. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 1993, p.11).

As identidades, assim, nunca são compreendidas a partir de um processo completo, pois não alcançam um estado de finitude, ao contrário, são um constante fazer-se e refazer-se. De acordo com Silva (2007), o processo de produção das identidades é demarcado pela oscilação entre dois movimentos, sendo: os processos que visam fixar e estabilizar as identidades e os processos que tendem a desestabilizar. Se por um lado as relações sociais demandam um mínimo de estabilidade, esta estabilidade tem que ser o tempo todo reafirmada, já que a instabilidade e a indeterminação, características do próprio processo de identificação, colocam sempre em cheque a possibilidade de fixação do eu. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.

Como destacado no início dessa sessão, a Psicologia Social tem se preocupado em discutir os processos identitários e como esses processos irão moldar o comportamento dos sujeitos e guiar suas ações e formas de pensamento. Para que isso seja possível, vários(as) autores(as) se dedicaram a responder essas indagações sobre a temática,

afirmando que a identidade, de uma forma geral, faz parte de um processo de reformulação e mudança que tem sua base nas influências sociais, históricas e culturais.

A perspectiva de construção da identidade adotada neste trabalho entende que a mesma se forma como resultante de um processo, ou seja, não se constituindo como algo pronto ou simplesmente acabado. Além disso, é importante ressaltar que a identidade é construída sob a influência de diversos fatores, dentre os quais, merecem destaque os fatores sociais, psíquicos, cognitivos e culturais.

Não se pode desprezar o fato de que a identidade também se constitui a partir das representações que um grupo ou sociedade possui em torno da mesma. Deste modo, entender como os sujeitos inseridos nas mídias sociais percebem o fenômeno do feminicídio é de suma importância para entender com estes usuários captam as referências desse meio, deixando se afetar por estas na construção de suas identidades.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA NO CONTEXTO DA PESQUISA

Diariamente as pessoas são bombardeadas e envolvidas por informações, imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar atitudes ou suas opiniões. Esse é o efeito das mídias nas relações sociais. O indivíduo de hoje é diferente daquele de outras épocas. As pessoas mudam porque tudo muda ao seu redor. A civilização moderna, com sua tecnologia, está oferecendo a cada sujeito novas formas de perceber, sentir, intuir e pensar e principalmente de disseminar e de adquirir novos conhecimentos.

Este capítulo abordará a mídia como instrumento fundamental da construção de representações sociais, assim como de pensamentos e da construção social da realidade, reconhecendo assim sua capacidade de direcionar informações que repercutem na vida dos grupos sociais, na medida que se engajam nos processos de interações sociais.

2.1 A mídia como processo educativo.

A educação não acontece apenas no espaço escolar, da mesma forma que não se pode considerar educação como transmissão de algo a alguém. Sobretudo, nos educamos ao vislumbrar, de forma empírica, os fatos sociais que nos rodeiam. Contamos, atualmente, com as informações oriundas de meios de comunicação e tecnologias da informação para nos aproximar do universo cultural que nos rodeia. Estamos nos educando das mais diferentes formas e na construção de nossas subjetividades a educação divide espaço com a mídia.

Para isso, é indispensável compreender que toda cultura pode ser objeto de estudo e com a mídia não seria diferente, uma vez que a mensagem da mídia é “[...] a forma dominante em um lugar da cultura nas sociedades contemporâneas” (KELLNER, 2001, p. 54).

A sociedade de hoje pertence a um mundo diferente, isto é, a um mundo globalizado, tecnológico, ligado em redes, quase instantâneo que, enquanto transpõe a mudança de um milênio, formata uma nova cultura, em que os cidadãos se inserem de forma participativa na gestão e no controle, exigindo ética, transparência e resultados no emprego dos recursos públicos.

As mudanças tecnológicas ocorrem em velocidade acelerada e o mundo informatizado oferece inúmeras possibilidades de construir conhecimentos, de trocar

informações e de “ganhar” tempo para realizar outras tarefas cotidianas. O desenvolvimento e a informação são fatores primordiais na sociedade atual. As inovações tecnológicas avançam de maneira acelerada e abrem espaço para que os meios de comunicação se expandam e ocupem um lugar central e afluyente dentro dos diversos ambientes em nossa sociedade.

Segundo Thompson (1995, p. 285), “para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. O que só enriquece e fortalece nossa conduta veiculada aos conhecimentos obtidos através das tecnologias disponíveis ao processo de construção do conhecimento, pois elas despertam o interesse e a curiosidade quando bem exploradas, além de enriquecerem a transmissão, a construção e a reconstrução dos saberes curriculares associados aos da vida cotidiana

Moran (1991) considera que os meios de comunicação exercem poderosa influência em nossa cultura, desempenhando um importante papel educativo, transformando-se, na prática, numa segunda escola, paralela à convencional. Dessa forma, conforme Lévy (1996), é possível a qualquer pessoa adicionar, modificar ou mesmo criar conteúdo, transformando os modos de se conectar, criando uma inteligência coletiva.

A aprendizagem tem sido cada vez mais influenciada pelas transformações ocorridas no mundo moderno, particularmente pelos progressos tecnológicos na área da comunicação e pelas novas demandas do sistema econômico. Kenski (2007) afirma que atualmente a educação e a tecnologia são indissociáveis, não há como pensar em uma separada da outra, isto é, pensar na educação sem que haja em seu processo a tecnologia.

Segundo Siemens (2004), a aprendizagem ocorre na inclusão da tecnologia e na distribuição deste conhecimento. Pois o conhecimento reside nas conexões que são estabelecidas, seja com outras pessoas, em grupos, em rede, ou mesmo com fontes de informação, como por exemplo, em um banco de dados.

Muda-se, assim, a forma de aprender. De acordo com Silva (2014), os processos de ensino e aprendizagem são constituídos por meio da conexão entre pessoas, grupos, sistemas e instituições, que os capacitam a aprender mais, mediados pela tecnologia. A aprendizagem se torna cada vez mais informal. Hoje, a denominada sociedade da informação e comunicação está presente em todos os âmbitos da educação formal e não

formal. Para Gadotti (2007), essa sociedade de redes e de movimentos propicia múltiplas oportunidades de aprendizagem e produção de conhecimento.

A mídia, representada por diferentes modalidades, exerce na sociedade influência significativa, produzindo e disseminando opiniões que reforçam, ampliam ou modificam conhecimentos espontâneos, produzindo inclusive representações sociais, processos que serão base para elaborações de conhecimentos científicos. O avanço tecnológico das mídias permite maior alcance para a disseminação de conhecimentos e informações. Tema a ser discutido na sequência desse capítulo que envolve o entendimento da mídia e o fenômeno da globalização.

2.2 A globalização e a comunicação midiática

A globalização é um marco de uma sociedade pós-moderna. Para Giddens, Beck e Lash (1997) “a pós-modernidade refere-se às mudanças institucionais que afetam atualmente o mundo social”, rompendo com os tipos tradicionais de ordem social instaurados pela modernidade. De acordo com Giddens (1991), a pós-modernidade consolida uma mudança de hábitos e costumes nos sujeitos, alterando suas identidades, tornando-as provisórias, variáveis e flexíveis e as formas de se apropriar e compreender o mundo.

Forman (1971 *apud* SHINN 2008 p.49) aponta que na modernidade a ciência possuía uma maior importância dentro do aspecto social, porém na pós-modernidade, a tecnologia ocupa o lugar de maior importância social, sendo possível perceber essa exaltação por meio de alguns estudiosos que colocam a tecnologia como a razão de todo o progresso e de todas as mudanças socioculturais encontradas atualmente com o advento da pós-modernidade.

A ruptura com a modernidade e com a sociedade industrial fez com que a chegada da pós-modernidade fosse encarada como consequência imediata da atual fase histórica, com uma produção contínua de informações, devido a difusão de novas tecnologias e de um novo processo cultural instaurado na sociedade, sendo denominada por Lyotard (1998) como “sociedade da informação”, tornando-se uma exigência para o advento da pós-modernidade.

Toda informação e conhecimento que circula em nossa sociedade é disseminado por diversos meios de comunicação que vão compor a mídia. Esses meios são utilizados para produzir fatos e realidades do contexto social, a fim de que as pessoas os

conheçam, reflitam e criem opiniões sobre aquilo que vem sendo veiculado. Os textos jornalísticos, por exemplo, subsídios para a formação das representações dos(as) usuários(as) do *Facebook* sobre o fenômeno do feminicídio nesta pesquisa, possuem essa função. Devido a isso, deve-se atentar aos discursos presentes nas notícias, reportagens ou notas, pois eles reforçam formações discursivas que contribuem para uma construção negativa, por exemplo, do fenômeno da violência dirigida à mulher.

De acordo com Farr (2003), nos estudos das representações sociais nos meios de comunicação geralmente há uma análise de conteúdo que a mídia veicula, pois, as representações sociais se encontram tanto nas mentes das pessoas quanto nos meios midiáticos, sendo necessário interceptá-las, exemplificá-las e analisá-las em ambos os lugares.

Pesquisadores de Psicologia Social consideram os meios de comunicação de massa como os principais mediadores contemporâneos das representações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000). Na introdução do livro *Textos em representações sociais*, é apresentado o seguinte argumento: “Em sociedades cada vez mais complexas, onde a comunicação cotidiana é em parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é – ou não – exercido” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995. p.20). Os meios de comunicação então são considerados “uma mediação que oferece ao sujeito individual uma perspectiva que não pode ser apreendida dentro dos limites de sua experiência pessoal imediata”. A mídia conectaria e ligaria “vidas individuais ao construir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos que são constitutivos” das representações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000, p.218).

Realizar um estudo a partir da Teoria das Representações Sociais, necessariamente implica falar de comunicação, pois é no processo comunicacional que as representações são geradas e expressas. Como aponta Moscovici (2003, p.371), “uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação”. Devido a tais reflexões que Moscovici considera a comunicação como parte dos estudos das representações sociais, onde em seus estudos, o autor apresenta a relação que os dois campos possuem: “Uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime [...] é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a

elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p.27).

Moscovici (1978) explica ainda que existem diferentes sistemas de comunicação midiática que constituirão o pensamento social. O autor elenca em seu estudo três sistemas de comunicação que guiarão a conduta das pessoas, de acordo com o propósito e a lógica da mensagem, e que existem diferentes sistemas de comunicação e conversações do contexto sócio histórico que a gerou, sendo eles: a difusão, a propagação e a propaganda.

De acordo com Moscovici (1978), a difusão se dá pelo processo de transmissão da informação feita pelo pesquisador sobre seus estudos para uma maioria, visto que os autores de artigos transmitem as informações que recebem dos especialistas, sendo ao mesmo tempo receptores e leitores. Seu objetivo é criar um saber comum, dando margem para o surgimento de opiniões diversas; a propagação tem como característica a produção organizada da informação, feita pelos membros do grupo, no sentido de propagar uma crença, buscando adaptar o novo saber a princípios já estabelecidos, provocando atitudes precisas; e a propaganda é uma forma de comunicação que se insere em relações conflituosas, onde cada partido ou instituição busca impor a sua ideia através de estratégias de persuasão. Manipulando o saber, ela forma estereótipos com vistas a estabelecer a identidade do grupo.

A importância da comunicação para a constituição de representações sociais é refletida por três aspectos. De acordo com Jodelet (2001), o primeiro coloca a comunicação como transmissor da transmissão da linguagem, que ao mesmo tempo é portadora de representações; no segundo a comunicação reflete nos processos estruturais e formais do pensamento social, na medida em que engaja processos de interação social, assim como de influência, consenso/dissenso e polêmica e; o terceiro contribui na formação de representações que apoiadas no contexto social, são pertinentes para a existência dos grupos sociais.

A comunicação está ligada à ideia de tornar comum e partilhar as representações e está muito associada aos processos de transmissão, envolvendo determinadas ferramentas. De acordo com Soares (2007), a comunicação corresponderia, então, aos processos de socialização e intercâmbio das representações. Se nosso conhecimento do mundo implica a construção de uma representação sobre ele, comunicar é compartilhar essa representação através dos meios tecnológicos.

De acordo com Morigi (2004), as representações sociais e a comunicação constituem um instrumento cultural que “age nas mediações do processo das identidades culturais, da sociabilidade, da memória social e das práticas políticas, sociais e culturais” (MORIGI, 2004, p.13). Ainda conforme o autor, as representações sociais disseminadas pelos meios de comunicação passam a se constituírem realidades, as quais vêm a integrar o perfil da opinião pública em forma de discurso da atualidade, tornando-se parte do senso-comum.

Uma das ferramentas humanas de comunicação é a mídia, isto é, os processos de produção circulação e recepção de mensagens e conteúdos informacionais através de diferentes tecnologias, tais como: internet, televisão, jornais, rádios, revistas etc. (GUARESCHI, 2009). Referindo-se como “grande mídia” ou “mídia de massas” as mídias que abrangem uma extensa cobertura territorial, tais como: alguns canais de televisão, rádios, jornal impresso. Noventa por cento dos meios de comunicação de massa ficaram nas mãos de apenas algumas famílias que têm o poder de dizer ou silenciar certas verdades (GUARESCHI, 2014).

As representações sociais são cada vez mais influenciadas pelas grandes empresas detentoras do capital, que, através dos meios de comunicação de massa, invadem nossas casas e dizem o que devemos ser, fazer e usar. Guareschi (2000, p.44) em seu estudo sobre representações sociais diz que:

Controlar o fluxo de informação que circula por dada sociedade significa, controlar a produção do "imaginário social", ou seja, atuar diretamente sobre a forma como os indivíduos representam para si mesmo, e em seu grupo social as relações e as condições de vida a que estão submetidos (GUARESCHI, 2000, p.44).

A importância do controle dos meios de comunicação e do fluxo de conteúdos simbólicos assume, portanto, um papel crucial como instrumento de poder nas sociedades modernas. Ou seja, quem controla os meios de comunicação, controla o "imaginário social”.

Caracterizando a mídia como lugar de produção e disseminação de sentidos na sociedade podemos entender o significado das representações e imaginários sociais. Para Woodward (2012), a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Conforme a autora, é por meio desses significados reproduzidos pelas representações que podem ser capturadas na mídia e em outras manifestações culturais,

que podemos dar algum sentido à nossa experiência e também a aquilo que somos, e como encaramos, neste caso por exemplo, o significado do fenômeno feminicídio. “Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (WOODWARD, 2012, p.18).

A partir de tais considerações, a comunicação midiática é portadora e formadora de representações e, como tal, intervém na conduta dos sujeitos, conforme a dinâmica das interações entre sujeito e objeto, articuladas no âmbito do meio comunicacional. O conhecimento das representações sociais veiculadas pela mídia é de fundamental importância, tendo em vista que nos possibilita ter acesso a um conjunto de sentidos e significados que servem de referência para os indivíduos e grupos no seu processo de apreensão da realidade e nas suas práticas sociais.

2.3 Representações Sociais e mídia

Tal como já foi discutido nesse estudo, as representações sociais visam dar sentido ao mundo e introduzir nele ordem e percepções, sendo assim, pensando nos objetivos apresentados, o uso dessa teoria tem como finalidade pensar através de uma nova ótica os conteúdos disseminados pelos(as) usuários(as) do *Facebook* acerca do feminicídio.

Logo, as representações sociais são saberes do senso comum, que se constroem nas relações entre os indivíduos, sendo essa construção realizada por meio do grupo social no qual ela tem origem. Nesse sentido, pode-se dizer que as representações surgem em contextos sociais de uma determinada situação, onde essas representações são sempre sobre alguém ou alguma coisa. (JODELET, 2001).

De acordo Jodelet (2001), uma representação social é uma forma de saber que liga um sujeito a um objeto, ou seja, parte sempre de uma interação entre representação social de um objeto e de um sujeito. Como explica Moscovici, “toda representação social é de alguém tanto quanto de alguma coisa. É uma forma de conhecimento por meio da qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido” (MOSCOVICI, 2003, p. 11).

As representações sociais estão pautadas em aspectos cognitivos, sendo estes processos de comunicação e processos de linguagem. De acordo com Jodelet (2011, p. 216), o papel da comunicação está na origem das representações e tem uma relação dupla: “as representações se forjam na comunicação e as representações tinham como finalidade orientar a comunicação”. Assim, a comunicação é um produto das representações sociais, tendo com função principal o poder da praticidade.

As representações sociais são dinâmicas e permanentemente atualizadas, porque circulam pelas falas e ações do cotidiano. Essas características são explicadas por Moscovici (2012) da seguinte forma:

Representar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando o outro, transformam a substância comum, criando a impressão de “realismo” e de materialidade das abstrações, uma vez que podemos agir com elas, assim como de abstração das materialidades, pois exprimem uma ordem precisa (MOSCOVI, 2012, p. 54).

Percebe-se então que a comunicação tem relevância para o pensamento social, porque dela derivam processos de interação social, influência, consenso e controvérsias. A visão da mídia pode entrar em conflito com a de outros grupos, abrindo espaço para trocas e conversações cotidianas. Essas trocas e conversações fazem com que surjam representações diversificadas sobre o objeto em questão.

Cada indivíduo ou grupo social parte das observações dos problemas, reunindo indícios e experiências anteriores para interpretar a realidade numa tentativa constante de reduzir o estranhamento com novas ideias e introduzi-las no espaço comum. Esse processo de familiarização envolve inúmeras possibilidades de combinação de cada um dos elementos citados e resulta na produção de sentido e de visões de mundo que podem ser surpreendentes em alguns momentos.

A finalidade da criação das Representações Sociais se pauta em tornar aquilo que não é familiar em algo familiar, sendo assim, Moscovici (2009) considera que os universos consensuais são familiares e nesse universo tudo que é dito ou feito se confirma por meio das crenças e das interpretações que são feitas sobre tais aspectos. A dinâmica do que é familiar perpassa por aquilo que é compreendido entre a relação objetos, indivíduos e acontecimentos. O não-familiar, para Moscovici (2009), são ideias ou ações que nos causam tensão ou inquietações, o que é incomum para nós acaba sendo assimilado e pode modificar nossas crenças, sendo este o processo de reapresentação do novo.

Para que se possa compreender o não-familiar existem dois processos básicos que podem ser identificados como geradores de representações sociais: o processo de ancoragem e objetivação (OLIVEIRA; WERBA, 2003).

Para Moscovici (2009), o processo de ancoragem é resultado daquilo que procuramos classificar, encontrar um lugar e dar nome para o não-familiar. A partir do momento que se consegue falar sobre algo, mesmo que vagamente ou até mesmo avaliá-

lo, torna-se mais fácil apresentá-los para outros, fazendo então do não-familiar uma réplica daquilo que lhe já é familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo e representá-lo. É impossível classificar algo sem nomeá-lo. Quando se nomeia algo, se tira do anonimato, sendo possível representar a realidade.

Por outro lado, a objetivação, conforme Moscovici (2009), é um processo mais atuante que a ancoragem, onde se une um conceito com uma imagem. Nada mais é que reproduzir um conceito em uma imagem. A ideia de comparação já se torna uma ação de representar. Desta forma, os dois mecanismos, ancoragem e objetivação, geram as representações sociais e “transformam o não familiar em familiar, transferindo-o a própria esfera particular, onde os sujeitos são capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que pode ver e tocar, e até mesmo controlar” (MOSCOVICI, 2009).

O contexto da sociedade moderna está diretamente ligado ao fenômeno descrito por Moscovici. A pluralidade de informações, o constante contato com diversas novidades e a estruturação e a valorização do conhecimento científico foram, e ainda são, fundamentais para a formação e a manutenção das representações sociais. Devido à existência delas, os sujeitos que vivem nesse meio complexo e difuso conseguem se situar, interpretar a realidade e se comunicar. Nesse sentido, Moscovici afirma que as representações sociais são responsáveis por abstrair sentido do mundo, conferindo-lhe ordem e percepções, de modo que os sujeitos possam reproduzi-lo ou representá-lo de forma mais significativa e clara (MOSCOVICI, 2003).

As representações sociais, portanto, são dinâmicas, adequáveis às características multifacetadas dos grupos sociais contemporâneos e estão em constante movimento (SÁ, 1998; ARRUDA, 2002). A palavra representação, conforme adotada na teoria, precisa ser entendida como algo que deixa de ser igual, copiado e passa a ser reconstituído, retocado, modificado. Assim, as representações tomam o lugar do objeto em si e passam a representá-lo a partir de um novo texto, ou melhor, a partir de uma realidade que não mais se refere à realidade objetiva, mas sim, à visão dos sujeitos.

Por isso, as representações sociais assumem na vida cotidiana importância significativa e, assim, podem ser tomadas como objeto de estudo para se entender o próprio indivíduo e a sua ligação com alguns fenômenos da sociedade contemporânea. Almeida (2005) também destaca as relações que as representações estabelecem com as práticas sociais. Segundo ela, as representações sociais devem ser entendidas como

entidades modeladoras de pensamento e, conseqüentemente, como orientadoras de comportamentos e práticas. Isso significa que, ainda que necessariamente não exista uma relação de causa e efeito, as representações sociais de alguma forma tendem a orientar o modo como os sujeitos se colocam em diferentes situações, ou seja, como eles se comportam.

Considerando as mídias um meio de formação de grupos sociais concreto onde os pensamentos e discursos sociais tomam forma através dos comentários do(a)s usuário(a)s, os estudos focados nesses sujeitos e em suas ações no ciberespaço precisam ser evidenciados, possibilitando uma aproximação da realidade a partir da compreensão dos mesmos sobre o que permeia nesse universo com relação à violência contra a mulher.

Para tanto, analisar como a mulher vítima de feminicídio é representada pelos comentários dos(as) usuários(as) do *Facebook* nos fornecem pistas do que é legitimado socialmente como ser mulher. Podemos observar o que está incluído e o que está excluído nas representações sobre a tal tipificação da violência de gênero dirigida à mulher e se as notícias veiculadas pelos *web* jornais e em suas páginas oficiais no facebook manipulam o modo como essa mulher passa a ser vista socialmente. Ou seja, nesta pesquisa, a maneira como as identidades dos(as) usuários(as) são tecidas no cotidiano das mídias subsidiará suas ações, saberes e comportamentos referentes ao feminicídio baseado nas questões de gênero, conceito no qual será discutido no capítulo seguinte.

3 GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA.

*Quem que cê pensa que é?
Chega de mansinho, toma de assalto
Dessa conversa revela um lado,
Comportamento enraizado
Especialidade é cortar as asas delas*

*Você não sabe perder
Quando ela levanta te dizendo não
Não cede a pressão, dá opinião
Derruba essa história de submissão
E pode ser melhor que você
Isso não é um problema*

*Não transforme a nossa liberdade
Num problema seu, nem meu*

(Trecho da música: Vida, Marina Peralta, 2017)

A música intitulada “Vida” de Marina Peralta, que é cantora e compositora, nascida em Campo Grande, Mato grosso do Sul, que tem na música a sua principal ferramenta de comunicação e luta pelas mulheres e pela desigualdade social, foi escrita em homenagem a Mayara Amaral. Mayara é uma mulher, professora, musicista, de 27 anos, Mestra em música pela UFG - Universidade Federal de Goiás, que se preparava para o Doutorado. Através da música erudita e popular, mantinha diversos projetos. Foi brutalmente assassinada no dia vinte cinco de julho de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Foi ferida a golpes de martelo e teve o corpo abandonado e incendiado no fim da tarde do mesmo dia.

Sua morte teve projeção nacional e motivou protestos em diversas cidades. Hoje, a memória da musicista se mantém viva por meio de músicas, homenagens, poema e até documentário. O caso de Mayara Amaral tornou-se símbolo de resistência à violência contra a mulher e contra o feminicídio, após o caso ganhar o país e ainda romper fronteiras³.

Com palavras que nos lembram o triste e brutal rompimento da vida de uma jovem mulher que iniciava sua carreira acadêmica e de musicista, apresenta-se como objetivo

³ Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contr-o-feminicidio>

desse capítulo a compreensão da violência de gênero como problema de ordem histórica e cultural que se manifesta nas relações sociais e se concretiza nas expressões de desigualdades fundadas na condição de gênero e evidenciadas nas relações hierarquizadas de poder.

Assim, tomando como eixo a análise de gênero, este estudo visa a compreensão do fenômeno da violência de gênero dirigida à mulher manifestadas pelos(as) usuários(as) da rede social *Facebook*, por meio dos conteúdos explícitos em comentários emitidos motivados pelas notícias veiculadas em páginas oficiais dos *webs* jornais. Serão utilizados para a investigação as notícias que repercutiram os casos dos feminicídios de Marielle Franco e Mayara Amaral. O primeiro ocorrido no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro e o segundo em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Antes de falarmos de violência de gênero dirigida às mulheres, é necessário explicitar a concepção de gênero nesse estudo. Entender o gênero como uma construção cultural implica superar os binarismos baseados no sexo, isto é, nas diferenças biológicas entre macho e fêmea, que opõem o feminino ao masculino mediante a uma ordem de hierarquia, expressa pelas diferentes manifestações de poder e desigualdade.

Utilizar a categoria gênero para o entendimento do fenômeno da violência dirigida contra a mulher significa compreender que ela ocorre por meio das relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres e que não se atribui a questões de outra ordem. O propósito não é expor de forma separada a triangulação gênero, violência e poder, mas discutir como essas categorias se articulam entre si e as formas como estão imbricadas e como, portanto, se manifestam nas relações sociais, é o que será trabalhado a seguir.

3.1 Os estudos de gênero e sexualidade na constituição das relações sociais.

Os estudos de gênero têm suas origens ligadas aos debates do movimento feminista americano e aos estudos acadêmicos sobre a mulher nos anos de mil novecentos e oitenta. Debates que tinham como preocupação desvincular a ideia biológica de sexo como constituinte da identidade de gênero. Agindo assim, as feministas pretendiam “reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura” (PEDRO, 2005, p.2).

Muitos historiadores utilizaram formulações antigas que propõem explicações causais universais sobre gênero. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter

limitado, pois tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais. Dessa forma, quando se trata de gênero, categorias distintas são evidenciadas segundo Scott (1995):

A primeira é essencialmente descritiva, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem casual, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1995, p.6).

No uso descritivo, a autora coloca que o termo gênero é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, pois gênero traz mais objetividade e neutralidade do que o termo mulher. Scott (1995) nos diz que o termo gênero no lugar de mulher corresponde a sugerir que tais informações são tanto sobre homens, como de mulheres, dando a entender que o mundo das mulheres faz parte do mesmo mundo dos homens e que é criado por esse e dentro desse mundo, tornando-se um estudo que rejeita a ideia de esferas separadas. Essa modificação favoreceu a emergência de análises pautadas em características relacionais da construção do feminino e do masculino.

Nas palavras de Strey (1998), no que diz respeito a estudos desenvolvidos, gênero passou a ser muitas vezes equiparado à mulher, pois se debruçavam principalmente sobre a mulher e suas contingências. Embora seja utilizado o termo gênero quando se fala de mulheres, sempre fica claro que não se pode obter informações sobre elas sem, ao mesmo tempo, obter informações sobre os homens. Assim, para conhecer como as mulheres são socialmente construídas, faz-se necessário saber sobre os homens, enquanto processo social. É indispensável conhecer a história do desenvolvimento de ambos os gêneros, assim como é importante estudar todas as classes para compreender o significado da história de como funcionou e funciona a ordem social ou para promover sua transformação.

De acordo com Machado (1998), é possível identificar a construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero a partir de três pilares, sendo eles:

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social (MACHADO, 1998, p.108).

O gênero construído socialmente coloca em evidência a perspectiva da desnaturalização dos atributos impostos às diferenças sexuais e revela a independência da cultura diante do caráter biológico. De acordo com Lopes (2009), o conceito de gênero deve ser analisado além da sua forma gramatical e do sentido biológico de diferenciação entre os sexos. Gênero deve, então, ser compreendido através das relações entre homens e mulheres, em uma dimensão ampla e no plano das relações sociais.

Para Machado (2000), gênero é uma categoria que se refere à construção estabelecida culturalmente para diferenciar os sexos, a tal modo que as diferenças sexuais passaram a ser interpretadas pelas definições culturais de gênero. Sendo assim, gênero é uma categoria classificatória para compreender as mais diferentes maneiras que a sociedade estabeleceu sobre as relações sociais entre os sexos. Este conceito traz a compreensão do que se entende sobre masculinos e femininos em suas múltiplas dimensões nas diversas sociedades e culturas.

E, além disso, uma vez que as sociedades e os tempos históricos são diversos, impõe-se que o conceito de gênero leve em consideração tais transformações e o que se entende por masculinos e femininos em dado momento (Louro, 2003). Neste sentido, discorrer sobre o conceito de gênero passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos, ou seja, deve-se considerar que o indivíduo se constrói de acordo com os valores sociais vigentes em uma determinada época.

Segundo Lopes (2009), considerar o conceito de gênero como construído no âmbito do social coloca em evidência a desnaturalização dos atributos destinados às diferenças sexuais e revela a predominância da cultura sobre o caráter biológico.

Entre as estudiosas mais conhecidas nesse campo de análise está Joan Scott, historiadora norte-americana que escreveu, em 1986, o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, traduzindo para português no ano de 1995, onde Scott, analisa o gênero como sendo as relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos. Scott (1995) introduz o conceito de gênero como uma categoria relacional de análise e aponta que esse conceito não corresponde somente à diferença entre os sexos, mas situa-se nas relações sociais que ocorrem de maneira hierarquizada.

Sobre as relações hierarquizadas, Scott (1995) denuncia a existência de hierarquia de poder nas relações entre os femininos e masculinos e a subjugação de um gênero em relação ao outro e muitas vezes a total anulação do poder do feminino.

Considerada então uma categoria de análise, por investigar a construção social das relações, analisar as diferenças entre pessoas, coisas e situações vivenciadas, Scott (1995) então destaca:

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.7).

O gênero, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica que define a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento, aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres (SCOTT, 1995). Gênero serve, dessa forma, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente definido. É mutável, pois está em constante processo de ressignificação devido às interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino.

Essa visão de gênero tem como ponto de partida o sistema social de relacionamento em que os indivíduos estão inseridos, abandonando a visão binária e da divisão das atribuições sociais e permitindo uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade de acordo com a situação social em questão. Também permite ver a pluralidade de homens e mulheres em seu contexto social, levando em consideração os vários fatores que influenciam na formação da identidade dos sujeitos (COSTA,1994).

Partindo da concepção de que o conceito de gênero possui um forte apelo relacional, já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, Guacira Lopes Louro (2007), pesquisadora sobre relações de gênero, Teoria Queer e sexualidade apresenta uma proposta teórica para entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. A autora evidencia que o conceito de gênero deve ser compreendido como um processo, pelo qual os sujeitos podem manifestar sua sexualidade de diferentes formas, e são essas vivências da sexualidade que constituirão suas identidades.

Levar em conta o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as relações de poder, as crenças, as etnias e dentre outros aspectos nos estudos de gênero são fatores essenciais da parte constituinte da identidade dos indivíduos e que contribuem para a compreensão de homens e mulheres como sujeitos sociais.

3.1.1 Constituição das identidades masculinas e femininas.

Cada pessoa é única, porém com características comuns a toda a humanidade. São essas características que tornam os sujeitos idênticos ou diferentes em relação aos outros, como o lugar, a região em que onde nasce ou cresce, a raça, a classe social, se possui ou não uma religião, a idade, as habilidades físicas, e entre outras que marcam a diversidade humana. Dentre essas dimensões, temos as identidades masculinas e femininas que são construídas socialmente, através das relações com os outros, com o mundo dado e objetivo. Neste processo, o fato de se pertencer a um gênero ou outro implica em diferenças, onde percebe-se a identidade construída socialmente de homens e mulheres que desde o nascimento são ensinados a agir de acordo como são identificados, ou seja, a ter uma atribuição de gênero “adequado”.

A doutora em Psicologia Social Jaqueline de Jesus (2012) ressalta e corrobora os aspectos já elencados nesse estudo sobre o processo de formação das identidades. Para a pesquisadora citada a identidade não é inata, é constituída no contexto social, que fornece condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. Assim a autora afirma que as influências sociais no processo identitário não são totalmente visíveis, dessa forma, toma-se como naturais as diferenças entre homens e mulheres, reafirmando os aspectos biológicos, quando na verdade se é influenciado pelo convívio social. As definições de homens e mulheres pela atual sociedade ainda está voltada aos órgãos genitais, porém a construção de tal identificação não é um fato biológico, é social (JESUS, 2012).

De acordo com Louro (2001), a sexualidade não é algo inato em nossa existência. A concepção binária dos gêneros masculino e feminino é realizada por meio da diferenciação dos corpos, acreditando pertencer a um padrão comum a todos, partindo de seus órgãos sexuais, categorizando a mulher por possuir a vagina e o homem o pênis, desconsiderando assim o fato de que não se vivencia o corpo de maneira universal e que cada um vive a experiência de seu corpo de maneira muito singular.

O modo como as relações entre os sexos biológico feminino e masculino se apresentam na sociedade é resultado de uma construção social, sendo o corpo um modo de trazer aspectos ideológicos do que é determinado para o macho e a fêmea. Nesse sentido, as identidades masculinas e femininas devem ser consideradas como uma produção social e que suas condutas podem ser compreendidas como base da construção da identidade.

De acordo com Louro (2007), os debates acerca das identidades de gênero devem estar no campo social, pois é através das relações entre os sujeitos que elas se constroem. A perspectiva das identidades de gênero pautadas nas diferenças biológicas são servem de justificada para tais estudos, pois é nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação que as identidades masculinas e femininas se constituem. Nesse sentido, a autora afirma que:

As características sexuais dos corpos são transportadas a para a prática social e tornadas assim como parte de um processo histórico. Assim os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2001, p.11).

Se o gênero se configura como a construção social das identidades de homens e mulheres, a identidade de gênero pode ser entendida através desta, desde que se admita o seu caráter histórico e cultural, não vinculado única e exclusivamente ao sexo biológico, anatómico. Para Louro (2007), ao afirmar que o gênero constitui a identidade do sujeito, considera-se que essa afirmação corresponda a algo que vai além das atribuições sociais de tais indivíduos, sendo assim, a ideia é perceber que o gênero constitui esse sujeito, faz parte dele.

De acordo com Louro (2007), as atribuições sociais seriam, basicamente, padrões ou regras que a sociedade estabelece aos sujeitos, definindo seus comportamentos, modos de relacionar e portar, entre outros. É através das atribuições sociais que se considera aquilo que é adequado e inadequado para homens e mulheres em uma determinada sociedade. Considerar essas atribuições sociais impostas, remete à forma individualizada da constituição do sujeito, sem levar em conta suas relações sociais e as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é constituída através das atribuições sociais que a sociedade espera ver sendo cumpridas pelas diferentes categorias de sexo. “A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.8).

As atribuições sociais das mulheres são de mães e donas de casa, aos homens ficam as obrigações do sustento e de chefiar a família. As primeiras estão destinadas a

conviver em um espaço privado ou doméstico. Os segundos pertencem ao público, de trabalhar fora para manter o sustento da família. Quando a mulher trabalha fora do lar ou quando o homem trabalha dentro do espaço doméstico, essas tarefas se configuram como “ajuda”. E sempre que a atividade de alguém se configura como ajuda, a responsabilidade é do outro (BELELI, 2010).

De acordo com Coelho, *et al.*, (2014) as atribuições sociais são assimiladas no processo de socialização, e, assim, são incorporados comportamentos, valores e normas que a sociedade aceita, ou seja, é pela socialização que os indivíduos interiorizam, compreendem e aceitam as normas e valores coletivos que regem a convivência em sociedade. A partir da divisão das diferenças entre os sexos, cria-se uma base que fundamenta a tendência a supervalorizar o ponto de vista masculino. As atribuições sociais são, desse modo, influenciadas por um conjunto de normas de condutas e valores, que definem os masculinos e femininos e geram expectativas em um grupo ou sistema social determinado.

Conforme Louro (2007), ao refletirmos sobre identidades de gênero, importa ressaltar as questões de sexualidade, isto é, de identidade sexual. Já há algum tempo, estudiosas feministas vêm chamando a atenção, tanto para a distinção entre a noção de gênero e de sexualidade quanto para a articulação entre os dois conceitos. E a aproximação entre gênero e sexualidade, conforme Louro (2007, p.3), se dá na medida em que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, portanto, “carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas”. Diferentes sociedades e épocas, de acordo com a autora, determinam significados diferentes sobre gênero, remetendo à masculinidade e à feminilidade, bem como às diferentes expressões da sexualidade.

O que importa aqui considerar é que, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas, isto é, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja estável ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

De acordo com os autores acima citados, a formação da identidade de gênero apresenta-se como um importante fator na constituição dos sujeitos e na sua relação com as configurações do social. A construção da identidade de gênero, como ficou claro, não é um processo resultante de um aspecto biológico, nem se concentra na distinção dos

sexos pela sua anatomia, mas correspondem à identificação dos aspectos culturais da sociedade do que vem a ser o feminino e masculino por meio das representações sociais.

A identidade de gênero permite pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura. É importante mencionar que a construção social das identidades de gêneros é um processo complexo e revela como está estruturada a sociedade. Levar em consideração a construção das identidades masculinas e femininas nesta pesquisa acarreta a compreensão das atribuições impostas as mulheres ao longo do tempo, de como a figura feminina é vista como mera reprodutora, resguardada ao ambiente privado, em posição inferior à masculina.

As atribuições sociais e os conceitos que serão internalizados pelos sujeitos são construídos nas relações sociais, dessa forma, um novo viés é apresentado, onde a construção da violência dirigida às mulheres não tem relação com as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim com as tais atribuições sociais que são reforçadas por pensamentos patriarcais e reproduzidas em inúmeras instituições sociais, uma delas é a mídia. Para se compreender o fenômeno da violência relacionada ao sexismo é preciso entender as relações de poder estabelecidas entre os gêneros.

3.2 Gênero e suas relações de poder.

Assim como os gêneros e as identidades de gênero são construídas em decorrência da cultura, suas relações e consequentemente as relações sociais de poder são formadas por ela, e não das diferenças naturais demarcadas nos corpos de homens e mulheres.

Retomando os estudos de Scott (2012), a autora em seu artigo “Usos e abusos do gênero” traz as seguintes considerações sobre as relações de gênero colocando que: “foi a desigualdade entre mulheres e homens – uma desigualdade tipicamente atribuída à natureza – que as feministas quiseram desafiar com o gênero. Gênero foi o nosso instrumento para diagnosticar e extirpar a desigualdade.” (SCOTT, 2012, p.338). Percebe-se que o conceito de gênero permite interpretações e o entendimento sobre as desigualdades sociais entre os sexos.

Ao mesmo tempo, o conceito de gênero permite considerar as relações entre homens e mulheres como relações de poder, onde o sexo feminino encontra-se em desvantagem. Scott (1995) define que:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa /numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Em relação ao gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, Scott (1995) apropria-se das reflexões de Foucault. De acordo com Machado (1996), Foucault não considerava o poder como algo unitário e global, mas sim como uma prática social construída historicamente. Para Foucault (citado por MACHADO, 1996), os poderes não estão localizados em um ponto específico da estrutura social, uma vez que funcionam como uma rede de dispositivos que engloba a tudo e a todos. Resulta daí a ideia de que o poder não existe, o que existe são relações de poder nas quais todas as partes o exercem, porém, não de forma igualitária.

Ainda que nesse estudo não se utilizará Michel Foucault para a análise dos dados, mas como forma de buscar elementos para a compreensão da categoria poder como relacional, menciona-se Foucault (2004), pois para o estudioso, o poder acontece como uma relação de forças. Desse modo, como relação de forças, o poder está em todas as partes. Todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder e não podem ser consideradas independente delas ou alheias a elas.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p.193).

O poder como tal não existe, o que existe são relações de poder. Ele não está situado em um lugar específico, mas está distribuído e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. Outra pesquisadora sobre o poder é Hanna Arendt que vale trazer aqui sua contribuição. De acordo com Arendt (2009), o poder se encontra na esfera da habilidade humana de não somente agir, mas agir em comum acordo. O poder

jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele à um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Além disso, onde houver poder haverá resistência.

Partindo dessa premissa, relacionando com as relações de gênero, percebemos que a subordinação feminina é uma questão de poder. Os homens se apropriam da maior parcela de poder que lhes cabe nas relações sociais e subjugam as mulheres. Muitas vezes, a dominação masculina se encontra mascarada sob a forma de sentimentos como o amor, o afeto e a ternura.

Para Boris (2004), as mulheres detêm uma parcela significativa (ainda que limitada) do poder sociocultural, uma vez que são capazes de interferir na construção da subjetividade e da condição masculina. As relações entre os sexos, em nossa compreensão, tanto no espaço privado do lar quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia, a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A hierarquia de gênero, em diferentes contextos sociais, é em favor do masculino, dessa forma, quem detém o poder são os homens, e a ideia de “inferioridade” feminina foi e é socialmente construída por eles próprios ao longo da história.

Louro (2007) enfatiza que as relações de poder marcadas no gênero e na sexualidade formam hierarquias e distinções entre homens e mulheres. Dessa maneira, o contexto formado se fundamenta em preceitos biologizantes que determinam um padrão binário de relações em que as meninas são entendidas como frágeis, meigas, dóceis e submissas e os meninos como fortes, agressivos, durões e dominadores. É como se outras formas de feminino e masculino fossem constituídas e não aquelas legitimadas pelo discurso ou práticas sociais vigentes.

De acordo com Araújo (2008), esse novo conceito, engendrado universalmente sobre os masculinos e femininos, associam a categoria do masculino ao poder e à dominação e ao feminino a obediência e a submissão. Mas tendo em vista que o conceito de gênero é relacional, não se pode admitir entre as relações de gênero, um poder masculino absoluto. As mulheres também detêm parcelas de poder, embora desiguais e nem sempre suficientes para conter a dominação ou a violência que sofrem.

Segundo Scott (1995), os conceitos de gênero estruturam parcela da vida social e estabelecem as distribuições de poder. Possibilitam o controle ou o acesso, de maneira diferenciada aos masculinos e femininos, e às fontes materiais e simbólicas. O gênero, assim, toma parte na concepção e construção do próprio poder. Embasadas nos estudos

de Joan Scott sobre as relações de gênero como relações de poder, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti, possui contribuições para o assunto, trazendo novas concepções para o mesmo.

Quando se fala em gênero, fala-se, pois, de poder. Na medida em que as relações existentes entre homem e mulher são assimétricas, há sempre uma relação explícita ou velada de subjugação patriarcal. Para Saffioti (2004), patriarcado é um conjunto de relações sociais que tem uma base nas relações hierárquicas dos gêneros, que possibilita os homens controlar as mulheres. Ou seja, o patriarcado nada mais é que o sistema masculino de opressão às mulheres. Os homens têm o poder de dominar as mulheres, pois é dito que eles são a base da hierarquia social.

O patriarcado, ao longo dos anos trouxe a concepção da dominação das mulheres pelos homens, perpassando não somente pelas relações de gênero, mas também por toda forma de dominação existente na sociedade, como a cultura, o Estado, a religião, a mídia, entre outros. A constituição dessas relações sociais, ao longo da história, designou o que é ser homem e o que é ser mulher, dessa forma, pode-se dizer que “o conceito de gênero é mais amplo que a noção de patriarcado” (SAFFIOTI, 2004).

Para a autora, o conceito de gênero carrega a ideologia patriarcal. Tal ideologia teria sido construída especialmente para compreender a estrutura de poder que situa os homens hierarquicamente acima das mulheres. O uso do conceito de patriarcado não se refere somente à ideologia patriarcal, como também à estrutura de poder que sustenta a dominação masculina (SAFFIOTI, 2004).

De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado é uma relação de dominação subjetiva, na qual os homens estão em uma posição superior, detentores do poder, ocorrendo a dominação das mulheres. É uma fundamentação biológica construída socialmente que cria essa ordem. Há uma relação discriminadora que se reflete no âmbito familiar, econômico, político, do trabalho e onde quem possui o controle é o homem. Dessa forma, o patriarcado tem uma base material e social e é uma hierarquização de um sexo com relação ao outro.

As diferenças sexuais são utilizadas, então, como forma de criar e manter a mulher em uma posição de submissão. Segundo Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado possui, inseridas em seu contexto, relações de hierarquia entre seres socialmente diferentes, assim sendo, ele serve como um instrumento para esclarecer as desigualdades entre homens e mulheres, onde a dominação masculina está sempre presente. Ao considerar como naturalizado este perfil, que é uma construção social, surge a dimensão de inferioridade

remetida à mulher, o que institui sistemas de dominação e estruturas hierárquicas entre os sexos, fundamentando, por este meio, a constituição da imagem da mulher como ser subordinado.

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador e dominado (CUNHA, 2014).

Portanto, o patriarcado é um sistema ideológico de dominação-subordinação, que designa poder ao homem sobre a mulher. O homem exerce o poder de mando não apenas sobre as mulheres, como também, sobre tudo e todos que estão a sua volta, sobre pretexto de ser superior devido à sua condição anatômica e fisiológica. Contudo, ao consolidar este sistema, a resistência persiste por parte das mulheres, e o patriarcado vai sofrendo modificações, uma vez que nada é estático, a própria “sociedade sofre, permanentemente, transformações, o patriarcado também processa as suas” (SAFFIOTI, 2004, p.50). Entretanto, apesar das transformações que marcaram este sistema, poucos foram os avanços no campo da promoção da igualdade entre mulheres e homens. O patriarcado ainda se constitui num sistema de dominação que por intermédio da ideologia da superioridade masculina, influencia a sociedade como um todo.

Analisando como são estabelecidas as relações entre homens e mulheres, é possível identificar como as desigualdades são construídas historicamente em uma relação de exploração-dominação e sobreposição da detenção do poder por homens para com as mulheres. Significa dizer que os valores e ideias que fazem parte do imaginário social dão suporte às hierarquias de poder entre os sexos e fazem com que a relação dominação/submissão entre homem e mulher esteja presente nos mais diversos os espaços sociais. Hoje se tem conhecimento de que a violência que as mulheres sofrem é um problema social que envolve toda uma teia de relações. Ou seja, não diz respeito só à mulher, mas à sociedade. Por isso a importância de estudar gênero, a constituição dos masculinos e femininos e suas desigualdades e o poder que demarca as relações hierarquizadas dos gêneros, todos de forma articulada para que se chegue à compreensão do conceito de violência de gênero dirigida à mulher.

3.3 Violência de gênero.

As concepções de violência contra a mulher no contexto atual estão interligadas à uma herança cultural, onde conceitos cristalizados de dominação masculina são passados de geração em geração. Buscando explicar como as relações hierarquizadas entre homens e mulheres estão ligadas à essas concepções de violência e buscando desconstruir a ideia de um fenômeno entendido como natural, esse tipo de violência tem sido visto sob a perspectiva de gênero. Sendo fundamental para visibilizar a vulnerabilidade das mulheres e as relações de desigualdade estabelecidas a partir da construção social do que é ser homem e mulher.

Para compreender os aspectos da violência de gênero dirigida a mulher, se faz necessário discorrer sobre os diferentes entendimentos acerca do fenômeno da violência. De acordo com Lopes (2009), a problemática da violência não é recente, os debates a cerca desta temática ainda se encontram em desenvolvimento. Atualmente, os debates sobre esta problemática estão presentes tanto contexto dos movimentos sociais como no campo acadêmico, possibilitando novas discussões e o surgimentos de propostas de intervenção.

Dessa forma, o termo violência pode ser definido, de acordo com Barus (2011), como um fenômeno complexo e múltiplo. Pode ser compreendido a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, mas não deve ser limitado a nenhum deles. A autora destaca como uma característica da violência o seu caráter plural, por ser um conceito entendido de formas diversas e representado com diferentes palavras e significados. A violência então é referida como a “experiência de um caos interno ou a ações ultrajantes cometidas sobre um ambiente, sobre coisas ou pessoas, segundo o ponto de vista de quem a comete ou de quem a sofre” (BARUS, 2011, p.20).

Violência em seu significado mais frequente, de acordo com Teles e Melo (2003), quer dizer:

Uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é impedir a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir e de submeter a pessoa ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (TELES; MELO, 2003, p.15).

Krug *et al.*, (2002) define violência como o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte,

dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, é um fenômeno complexo e multicausal. Porém, existem muitas outras definições para esse termo, as quais coincidem ou divergem, podendo então dizer, que o termo violência foge de qualquer conceituação precisa.

Segundo Minayo e Souza (1997), a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Ao falar de violência, deve-se levar em consideração, segundo as autoras, a sua realidade plural e diferenciada, cuja as especificidades devem ser conhecidas. Dessa forma podemos entender que a violência é um fenômeno da sociedade, resultado do convívio social. De acordo com Minayo (2010), “é, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”.

A violência é um fenômeno histórico, quantitativo e qualitativo, seja qual for o ângulo pelo qual esteja sendo examinada (conteúdo, estrutura, tipos e formas de manifestação), e só pode ser entendida através das formas que se constituem as relações socioeconômicas, políticas e culturais dos sujeitos. A violência de gênero se manifesta através das relações de poder, na dimensão das desigualdades das relações de gênero, causando uma sensação permanente de ameaça à vida, cristalizando-se na passividade e no silêncio da vítima.

Para Araújo (2008), é nas relações de poder que a violência de gênero se produz e reproduz. É uma forma específica de violência que ocorre por meio da ordem patriarcal, dando aos homens o direito de dominação e controle das mulheres, transformando o uso desse direito em violência. Dessa maneira, o patriarcado é o fator principal da produção de violência de gênero, onde a desigualdade e a dominação feminina estão na base das representações de gênero.

Dessa maneira, Saffioti (2001) coloca que as práticas de violência de gênero se mantêm no exercício da função patriarcal, onde os homens detêm o poder de determinar a conduta das mulheres, podendo punir o que para eles se apresenta como desvio, recebendo autorização ou pelo menos tolerância da sociedade para tal comportamento.

Podemos definir a violência de gênero como qualquer forma de violência que, ancorada na organização social dos sexos, é cometida contra indivíduos, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual. A violência perpetrada pelos homens contra as

mulheres se distingue tanto histórica como numericamente, uma vez que se manifesta não só como fenômeno estruturado, mas também como fator estruturante da organização social de gênero nas sociedades contemporâneas (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Para Saffioti (2001), a violência de gênero é um conceito mais amplo que compreende como vítimas as mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, e os homens como quem exerce a função patriarcal e é quem detém o poder de determinar a conduta desses sujeitos, recebendo o consenso da sociedade para punir quaisquer desvios dos mesmos, por meio da dominação-exploração auxiliada pela violência. “A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas - ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. - é constitutiva da organização social de gênero” (SAFFIOTI, 2001, p.443).

Teles e Melo (2003) chama atenção para a diferença entre as terminologias violência contra a mulher e violência de gênero e destaca:

Violência de gênero, entretanto, não significa necessariamente violência contra a mulher. Estes conceitos passaram a ser utilizados como sinônimos a partir do movimento feminista da década de 70, que na luta contra a violência de gênero, passou a afirmar a expressão “violência contra a mulher”, já que esta é o alvo principal daquela. Violência de gênero, portanto, pode ser compreendida como categoria mais ampla, compreendendo os homens também como vítimas da construção de papéis sociais específicos a cada sexo (TELES; MELO, 2003, p. 19).

O conceito de violência de gênero tem sido utilizado por vezes como sinônimo de violência do homem contra a mulher, muito embora envolva também as relações homem-homem e mulher-mulher, como destaca Saffioti (2004). Tal conceito não é exclusividade da sociedade contemporânea, já que historicamente ultrapassa épocas e se revela de acordo com a cultura, os valores éticos e morais, presentes nas sociedades, pautados na relação de dominação versus exploração.

Apesar da violência de gênero dirigida à mulher ser um fenômeno antigo, o reconhecimento social da violência doméstica e familiar contra a mulher é recente, pouco mais de trinta anos, sendo o mesmo período que a temática da violência contra a mulher se tornou alvo de estudos da academia pelas ciências sociais em interface com os estudos feministas. Foi a partir da criação e promulgação da Lei Maria da Penha 11.340/2006 que este assunto deixou de ser apenas um debate da academia e dos movimentos feministas e tornou-se legislação nacional, conforme salienta Pasinato (2015):

A aprovação dessa legislação decorreu de um longo processo de discussão nacional. Iniciando nos anos 1990, quando o movimento de mulheres alertava para a necessidade de leis e políticas especializadas no enfrentamento da violência doméstica e familiar [...]. A entrada em vigor dessa legislação representa o marco político nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil e no reconhecimento da violência contra as mulheres como problema de políticas públicas. É também um importante divisor de água na abordagem jurídica da violência baseada no gênero, uma vez que estabelece novos patamares para o enfrentamento da violência contra a mulher no país (PASSINATO, 2015, p.534).

Assim sendo, a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/06 – representa um marco na proteção aos direitos das mulheres, pois, de maneira geral teve como premissa essencial coibir e prevenir a maioria das formas de violência contra mulher. Tomando por base o conceito acima descrito, tem-se que a violência contra mulher é sinônimo da violência de gênero que vitima tanto o ser biologicamente feminino, quanto outras pessoas que assumem as atribuições sociais de gênero considerados femininos. Qualquer mulher pode estar sujeita a este tipo de violência, a qual não atinge apenas seus corpos, mas sua dignidade sexual, seu patrimônio, sua sanidade mental, sua moralidade e, em casos mais extremos, sua própria vida.

Contemporaneamente, tem-se aumentado a preocupação com o fenômeno da morte de mulheres vítimas da violência de gênero. A violência contra a mulher que leva à morte representa a última instância do controle da mulher pelo homem, denominada feminicídio. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres à uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações.

3.3.1 Feminicídio, uma questão de gênero.

Um dos mecanismos mais brutal de opressão e violência contra mulher é denominado feminicídio, sendo considerada a mais cruel expressão do patriarcado. O feminicídio é o fenômeno que compreende as mortes violentas de mulheres em todo o mundo, cuja motivação é tão somente a condição de gênero – mata-se a mulher pelo fato de ser mulher.

A origem da expressão “feminicídio” – em inglês, “*femicide*” – é atribuída a Diana Russell, que a utilizou pela primeira vez durante um discurso perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, realizado na cidade de Bruxelas no ano de 1976, em uma sessão que reuniu cerca de duas mil mulheres, de quarenta países diferentes, com

a finalidade de testemunhar e trocar experiências sobre opressão feminina e violência, denunciando os abusos que sofreram (RUSSEL, 2011).

Russel (1992) usou o termo para se referir exclusivamente aos assassinatos de mulheres praticados por homens. Após alguns anos, Russel escreveu um artigo para tratar do tema, onde o termo é amplificado, de modo a designar as mortes de mulheres em razão do fato de serem mulheres. Em sua obra, ela descreve que para se classificar uma morte como feminicídio a mesma deveria resultar de uma discriminação de gênero, bem como tratar-se do ponto final de um processo contínuo de violência, abusos e privações a que a vítima, enquanto mulher, esteve submetida ao longo de sua vida. Dessa forma, a autora coloca que:

Feminicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuosos e extrafamiliar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam feminicídios (RUSSEL, 1992, p.15, tradução nossa)⁴.

Observa-se que existem dois conceitos sobre o assassinato de mulheres pela condição de gênero, femicídio e feminicídio. Dessa forma, Vasquez (2009) ressalta que apesar de os dois termos serem definidos como o assassinato violento de mulheres em razão de gênero, ou seja, unicamente por serem mulheres, os dois termos apresentam algumas diferenças conceituais. O termo femicídio é definido apenas como sendo o homicídio de mulheres, porém se mostrou insuficiente para explicar todo o ciclo de violência contra a vítima até chegar à concretização do homicídio. O feminicídio é a forma mais cruel de violência contra a mulher, pois é a privação do direito fundamental à vida e, portanto, é uma violação direta aos Direitos Humanos da mulher. Inclui, ainda, em sua definição, ações misógina ou sexista que causem danos graves na integridade

⁴ Do original: “Femicide is on the extreme end of a continuum of antifemale terror that includes variety of verbal and physical abuse, such as rape, torture, sexual slavery (particularly in prostitution), incestuous and extrafamilial child sexual abuse, physical and emotional battery, sexual harassment (on the phone, in the streets, at the office, and in the classroom), genital mutilation (clitoridectomies, excision, infibulations), unnecessary gynecological operations (gratuitous hysterectomies), forced heterosexuality, forced sterilization, forced motherhood (by criminalizing contraception and abortion), psychosurgery, denial of food to women in some cultures, cosmetic surgery, and other mutilations in the name of beautification. Whenever these forms of terrorism result in death, they become femicides.”

física, psíquica ou sexual da vítima e não tão somente a morte violenta da mulher praticada por homens, como é caracterizado o feminicídio.

As mortes de mulheres por questões de gênero estão presentes em todos os níveis da sociedade e são decorrentes de uma cultura de dominação e desigualdade nas relações de poder existentes entre homens e mulheres, produzindo uma inferiorização da condição feminina, resultando na forma mais extrema da violência contra as mulheres, que é o óbito (OLIVEIRA; COSTA; SOUSA, 2015).

É necessário evidenciar que o feminicídio assume uma característica universal, sendo assim, não se pode classificar como sendo um caso único, ocorrido a um grupo determinado de mulheres, um evento descontextualizado. “A violência contra as mulheres é definida como universal e estrutural e fundamenta-se no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental” (PASINATO, 2011, p.230). Assim, reitera-se que a violência contra as mulheres, bem como o ápice de tal violência, é um fenômeno que pode ser observado em larga escala, transcendendo eras históricas.

O assassinato de mulheres não pode ser caracterizado de forma isolada, deve-se resgatar o histórico de violência e de intencionalidade. “[...] outra característica que define feminicídio é não ser um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, mas apresentar-se como o ponto final em um *continuum* de terror, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas. Sempre que esses abusos resultam na morte da mulher, eles devem ser reconhecidos como feminicídio” (PASINATO, 2011, p.224).

Confirmando esse ponto de vista, Romero (2014) aponta que feminicídio é todo e qualquer ato de violência decorrente da dominação de gênero e que é cometido contra a mulher, ocasionando sua morte. Partindo dessa premissa, o assassinato de mulheres pode ser realizado por pessoas próximas das vítimas, como namorados, maridos e/ou companheiros, outros membros da família ou por desconhecidos.

Cometidos por homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas (AQUINO; KONTZE, 2015). Quando um homem usurpa o direito de uma mulher à vida por um determinado motivo, ele a matou, na verdade, porque se viu legitimado por uma cultura de violência contra a mulher, porque histórica e culturalmente viveu com a ideia que poderia fazer isso com alguém que, segundo sua percepção, é merecedora de maus tratos sob determinadas circunstâncias (PASINATO, 2011).

O assassinato de mulheres é uma forma de manter as relações de poder entre homens e mulheres da maneira em que se encontra. O feminicídio é, portanto, um mecanismo de dominação e extinção de mulheres que não agem socialmente da maneira que lhe é imposta, ou seja, essas mulheres não agem da forma esperada como sendo parte integrante dessa sociedade culturalmente patriarcal.

O fenômeno do feminicídio é um processo contínuo e histórico de submissão perpetradas contra as mulheres em um contexto patriarcal, marcadas pela violência de gênero, que tornam as mulheres vulneráveis e as colocam em situação de violência permanente, caracterizando assim a sua condição de vítima. O feminicídio, por isso, é o [...] ápice, o limite de um conjunto de violências e vulnerabilidades” (GOMES, 2015, p.195).

O feminicídio compreende um vasto conjunto de situações e não apenas as ocorridas no ambiente doméstico ou familiar. Considera-se para tanto, uma tipologia que procura demonstrar que, embora essas mortes sejam todas provocadas por uma discriminação baseada no gênero, existem características que refletem as diferentes experiências de violência na vida das mulheres, nos mais diferenciados ambientes, tornando esse conjunto de mortes variado e complexo (PASINATO, 2011).

Ao tratar da tipologia do feminicídio, Romero (2014) conceitua os tipos em que o crime pode se apresentar, chamados:

1. feminicídio íntimo. Assassinato de mulheres cometidas por homens com quem as vítimas tiveram ou tiveram uma relação de conhecimento, família, sentimentalidade, coexistência ou outras relacionadas. Eles são o tipo mais frequente, e geralmente são o culminar de relações de violência e maus-tratos sustentados por anos ou meses.
2. Feminicídio sexual. Assassinato de mulheres para quem as vítimas tinham nenhuma relação sentimental ou familiar, passada ou presente, precedido ou destacados pela violência sexual e aqueles que assistiram à privação da liberdade das vítimas (estupro, sequestro).
3. O feminicídio corporativo ou segundo estado. Criado para vingar ou "disciplinar" mulheres, em um tipo crime vicário, na medida em que seja realizado em nome de outras pessoas ou de lógicas coletivas de poder instaladas em algum espaço ou território, entre que podem ser contadas organizações do crime organizado, máfias segredo, grupos de poder jurados etc. Pode envolver sequestro, tortura, mutilação antes ou depois da morte. [...]
4. Feminicídio Infantil. Assassinatos de menores com relação de familiaridade, cuidado ou conhecimento entre o sujeito passivo e ativo. (ROMERO, 2014, p.378-379)

Este contexto real de violência e discriminação pela simples condição de pertencerem ao sexo feminino levou o legislador a despertar para uma maior proteção para essas mulheres. Ressalta-se então, a importância da Lei 13.104/2015.

A previsão do feminicídio como crime foi determinado oficialmente no dia 8 de março de 2015, com a promulgação da Lei n. 13.104, que veio alterar o artigo 121 do Decreto-Lei n. 2.848. O artigo 121 trata do crime de homicídio. A alteração inclui um novo inciso em seu rol de tipificações qualificadas, que agora categoriza como específico o homicídio realizado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015).

Segundo Nucci (2016), essa expressão “por razões da condição de sexo feminino” diz respeito ao fundamento de criação do feminicídio.

Seria simples demais colocar no inciso IV apenas “contra a mulher”. Afinal, o caput (matar alguém) já previa isso. O termo “alguém” envolve o homem e a mulher, em suma, o ser humano, pouco importando a sua condição sexual, idade, posição social etc. Viu-se o legislador conduzido a fundamentar a opção normativa de uma nova qualificadora na esteira nítida de conferir maior proteção à mulher, por ser do sexo feminino (NUCCI, 2016, p.744).

De acordo com o dispositivo legal, há “razão do sexo feminino” quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. Caso não ocorrer em nenhuma das hipóteses, não haverá feminicídio, mas sim homicídio. A Lei de Feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM) que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros, de março de 2012 a julho de 2013. A Comissão teve “a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2013).

Um dos ganhos para o movimento feminista e de enfrentamento à violência de gênero com a criação da Lei do Feminicídio é dar visibilidade aos assassinatos de mulheres pela sua condição de mulher. Além da punição mais grave para os que cometerem o crime contra a vida, a tipificação é vista por especialistas como uma oportunidade para dimensionar a violência contra as mulheres no país, quando ela chega ao desfecho extremo do assassinato, permitindo, assim, o aprimoramento das políticas públicas para coibi-la e preveni-la. “A tipificação em si não é uma medida de prevenção. Ela tem por objetivo tirar da conceituação genérica do homicídio um tipo específico cometido contra as mulheres com forte conteúdo de gênero. A intenção é tirar esse crime da invisibilidade” (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

A tipificação do homicídio conta as mulheres pelas razões de gênero ainda está em construção no Brasil, tanto em debates no campo sociológico quanto no campo jurídico. O intuito da tipificação do feminicídio foi assentir, na forma da lei, que mulheres estão sendo assassinadas pela razão de serem mulheres, não rompendo a desigualdade de gênero que perdura em nosso meio, e é social. Por consequência, este modelo social importou violações de direitos e impôs às mulheres a condição de inferioridade em relação aos homens, exteriorizada principalmente através de vastos tipos de violência, desde a subjugação física e sexual até a efetivação da morte – o feminicídio.

O feminicídio está entre a dimensão privada e a dimensão de acontecimentos públicos, onde as instituições e os sujeitos se posicionam e agem diante de qual fato. Por meios de processos de midiaticização, essa problemática ganhou destaque e amplitude, gerando debates mobilizando formas de ação coletiva, de resistência e mesmo de problematizações. Desse modo, as opiniões expressas sobre feminicídio, na sua dimensão cultural e afetiva, ganham importância na sociedade devido ao destaque gerado por um campo que abarca inúmeros casos de feminicídio, evidenciando nessa pesquisa os casos de Marielle Franco e Mayara Amaral, que tomaram grandes proporções na mídia jornalística e nas mídias sociais. O capítulo a seguir será destinado a compreender como ocorre a violência dirigida à mulher na mídia, com enfoque nas mídias digitais e nos *web* jornais que veiculam notícias dos casos de feminicídio chegando ao alcance dos(as) usuários(as) com mais agilidade, proporcionando um ambiente propício para novos debates.

4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS MÍDIAS SOCIAIS.

*Em revistas e jornais
Internet e televisão,
Vejo e sinto revolta
Com tanta judiação
Mulheres perdendo a vida
Que coisa mais descabida
E eu não vejo solução*

*A Mulher é mãe e filha,
Esposa e amante também,
Mas não nasceu para ser
Afrontada por ninguém.
Por isto preste atenção
Tenha consideração*

*Pois pode lhe fazer bem.
Cada vez que vejo o sangue
De uma mulher tingir o chão
Sinto um aperto no peito
Dói demais meu coração.
Ver mulheres assassinadas,
Covardemente violentadas
Que sórdida situação.*

(Trecho do poema Violência contra a mulher, Dalinha Catunda, 2011)

Tendo em vista que casos de violência contra a mulher têm recebido maior visibilidade nos meios de comunicação nas últimas décadas, mostra-se importante o seu estudo frente à temática. O trecho do poema Violência contra a mulher (2011), de Dalinha Catunda, retrata a violência de gênero dirigida à mulher e suas tipificações veiculada nos meios de comunicação, sobretudo, notícias de feminicídio em revistas, jornais, internet e televisão.

Não é difícil perceber que mídia e a violência são categorias centrais na dinâmica das relações sociais como um todo e, consequentemente, conceitos-chave de extrema relevância para se entender a nossa época. Nesse sentido, o presente capítulo busca compreender como casos de violência de gênero dirigida à mulher são veiculados pela mídia e como a imagem dessas mulheres são retratadas nesses espaços, reforçando ou não a violência por elas sofrida.

4.1 A violência na mídia e seus reflexos na sociedade.

Diante do mundo globalizado, os meios de comunicação de massa, como os jornais, revistas, rádio e televisão, vêm sendo consumidos devido sua rapidez de veiculação de informações sobre inúmeros assuntos do ambiente social. À medida que o acesso desses meios é ampliado, atingindo todos os grupos sociais, econômicos e culturais, a comunicação de massa torna-se “fonte primária de definições e imagens da realidade social e a expressão mais onipresente da identidade compartilhada, assim como o maior foco de interesse de lazer, que fornece um meio ambiente cultural para a maioria das pessoas” (MCQUAIL, 2000, p.4).

A principal função da mídia é gerar informação a partir da comunicação, tendo em vista que antes mesmo do surgimento desse meio a comunicação já era considerada uma ferramenta indispensável e importante instrumento para manutenção das relações sociais. Segundo Mello e Toigo (2004), a comunicação é fundamental na vida das pessoas e por isso a criação de inúmeros meios de comunicação se tornou essencial para a manutenção da comunicação, como a televisão, os rádios e, com a era da informação e da tecnologia, a internet, entre outros meios, cujo outro fator de igual importância é atualizar o indivíduo em relação aos acontecimentos diários.

Dentre os assuntos mais corriqueiros veiculados nas mídias está a violência. A abordagem de assuntos relacionados à violência pelos meios de comunicação, principalmente os jornais, não é recente. No caso das notícias veiculadas por esses jornais, conteúdo presente nesta pesquisa, os acontecimentos são narrados através de uma perspectiva que determina o posicionamento do veículo de comunicação. Para Mota (2012), “a notícia é uma articulação discursiva dos fatos narrados e nunca uma representação transparente do evento em questão, uma vez que a notícia é submetida a diversos processos que englobam habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência” (MOTA, 2012, p.208).

Segundo Rondelli (2000), o aumento dos episódios de violência fez com que os noticiários sobre violência saíssem das tradicionais editoras e jornais especializados em crimes para conquistar espaço e ganhar destaque em todos os meios de comunicação. Na intenção de conseguir maior audiência as informações sobre violência nestes meios de comunicação tornam-se produtos e são vendidas muitas vezes de maneira distorcida como forma de atrair mais o público.

De acordo com Santos (2001), o que vem sendo destacado, explorado e comercializado pelos meios de comunicação em massa sobre a violência reforça a cultura do medo e a sua banalização. Cada vez mais, os veículos de informação, seja eles em qualquer plataforma, se aproveitam da audiência que conseguem obter através das notícias sobre violência e acabam por noticiar apenas esse assunto, conforme destaca Gregório (2014):

Os meios de comunicações usam os fatos criminosos como espetáculo para atrair o público. O crime e a violência oferecem muitas histórias que fascinam as pessoas, que, de certa forma, influênciam a visão do público sobre a concepção de mundo e de sociedade que se tem, sendo que a população em geral recebem informações variadas da mídia sobre os fatos que acontecem no país e no mundo (GREGÓRIO, 2014, p.64).

A espetacularização da mídia no que tange a violência, segundo Porto (2000), ocorre quando esse fenômeno é transformado em produto, fazendo com que os verdadeiros fatos sobre a violência passem a fazer parte do dia-a-dia do público e até mesmo daqueles que nunca se confrontaram com a experiência desse fenômeno. A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico, onde o consumo se integra ao processo de produção, ainda que como representação. Também como representação, multiplicam-se as categorias de percepção da violência

A abordagem com que a mídia apresenta os crimes violentos, para Rolim (2006), reflete em como as pessoas constroem a realidade sobre tais fatos. A mídia acaba por manipular as pessoas e na intenção de atrair públicos distorcem fatos ou apenas exageram na sua exposição, gerando assim a chamada cultura do medo onde as pessoas sentem medo de sair de casa por conta da violência apresentada nos noticiários.

Os crimes expostos na mídia através dos noticiários transformam a violência em um ato banal, ou seja, tratam a violência como algo normal e cotidiano. A maneira como alguns veículos de comunicação apresentam e opinam sobre esses casos pode influenciar atitudes de apoio ou de multiplicação da violência. Em determinados momentos a violência se aflora e a mídia, possuindo o importante papel de noticiar, potencializa e destaca essa violência.

De acordo com Mاتيолли e Ruiz (2004), é possível ouvir constantemente a expressão “banalização da violência” pelos veículos de comunicação e sua consequente aceitação como se fosse algo normal. Essa é nova realidade que já não comove e nem choca mais, de tão próxima, presente e cotidiana. Dessa forma, os autores apontam que:

violência é assunto constantemente veiculado, pelos meios de comunicação. Ouvimos falar na hora do almoço, a através dos telejornais; compramos violência nas revistas e jornais; núcleos de estudos são criados em várias universidades com essa proposta temática; presenciamos estarrecidos, a violência do crime organizado; [...] comentamos episódios violentos que acontecem diariamente e do qual são protagonistas pessoas que nos são familiares: um assalto, uma briga, uma morte, uma surra, sequestros, emudecemos diante da violência (MATIOLLI; RUIZ, 2004, p.112).

A grande veiculação de notícias sobre violência impacta o público que tem acesso a esses conteúdos, fazendo com que em determinado tempo a violência se torne banalizada. “A forma como alguns meios de comunicação divulga uma notícia pode aumentar a violência ou até mesmo banalizar a vida, ficando evidente o poder de uma notícia publicada ou divulgada” (MELLO; TOIGO, 2004, p.33-34). Isto é notório em muitos jornais nos quais se veicula notícias sobre a violência gênero dirigida à mulher, nos quais faz uso de manchetes sensacionalistas e que acabam por perpetuar ainda mais a violência à essas mulheres, da forma como são veiculadas e pela forma como o público interpreta tais conteúdos.

O sensacionalismo é quando a mídia utiliza informações verídicas e as transformam em notícias exageradas para atrair maior notoriedade. Em busca de uma melhor audiência, muitas vezes a informação é distorcida e chega até os telespectadores impactando-os individualmente e socialmente. Sua função é basicamente e fundamentalmente satisfazer as necessidades do público através de notícias sádicas, caluniosas e ridicularizadoras (MOTT, 1941 citado por SOBRINHO, 1995).

De acordo Sepulveda (2015), anteriormente a violência explícita veiculada nas mídias era centrada apenas em programas ditos como sensacionalistas, enquanto que hoje se percebe uma expansão de materiais de cunho violento que vêm sendo divulgados pelos veículos de comunicação, aparecendo com mais frequência através de vídeos e imagens e muitas vezes acompanhados com tarjas e avisos sobre o teor do conteúdo, podendo também ser encontrados em grande volume nos portais eletrônicos de notícias.

Dessa forma, Pereira (2011) afirma que por muitas vezes a mídia sensacionaliza as questões sobre violência visando seu próprio benefício, pois, tendo em vista uma sociedade pautada nas relações de mercado, a violência nesses casos serve de mercadoria para ser vendida e aumentar os lucros das empresas que atuam nesse ramo.

De acordo com Fischer (2002), a mídia deve participar de forma efetiva na constituição de sujeitos e de suas subjetividades, produzindo saberes e ensinando às pessoas modos de ser, estar e de relacionar na cultura. Para Fonseca (2011), ela representa uma forma de poder, podendo influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos, dessa forma, a responsabilidade dos meios de comunicação também abrange o desafio de apresentar soluções para o enfrentamento da violência. Raramente as matérias em jornais, revistas, TV e internet apontam uma solução para a criminalidade.

Para Guareschi (2007), é por meio do que se é veiculado nas mídias que se forma discussões sobre assuntos específicos do âmbito social, sendo assim, de acordo com o autor, 80% do que se é comentado sobre determinados assuntos, seja no trânsito, no trabalho, em casa e nos encontros sociais, são gerados na mídia, levando a crer que a mídia dita o que deve ser falado e discutido.

Se caso, segundo Guareschi (2007), a mídia decidir que certo assunto não deve ser colocado em pauta para que seu público discuta, ela possui o poder de excluí-lo e não pontuar sobre. Com isso, seu público fica impossibilitado de saber e conhecer que tal problema existe numa sociedade ou que tal fato sucedeu nesse local.

A teoria do “agenda-setting” é uma das tentativas em explicar como a mídia pauta o discurso cotidiano da sociedade, com base na visão particular dos jornalistas sobre a realidade. Barros Filho (1995) pontua sobre:

As pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese do agenda-setting. Trata-se de uma das formas possíveis de incidência da mídia sobre o público. É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá (BARROS FILHO, 1995, p.69).

A hipótese do agenda-setting justifica que, ao se dar ênfase a determinados assuntos constantes nos discursos sociais midiáticos, forma-se uma lacuna na cobertura de outras pautas que poderiam ser usadas para legitimar a comunicação como direito público e, consequentemente, possibilitar o espaço de visibilidade para as minorias ou os agentes sociais excluídos do discurso hegemônico dominante.

Azambuja (1987, citado por Finamore e Carvalho, 2006) também aponta o poder midiático em manipular as escolhas dos indivíduos, sendo que essa influência nem sempre é notada pelos mesmos, levando-os a assumir “[...] postura passiva diante das notícias veiculadas pelos jornais ou programas de TV, e paulatinamente anulando

qualquer posicionamento crítico em relação à mensagem” (AZAMBUJA, 1987, citado por FINAMORE E CARVALHO, 2006, p.348).

De acordo Carvalho e Freire (2008), a mídia cria uma necessidade de consumo de fatos violentos em seu público, sem que este perceba tal influência. A mídia ainda possui o poder de ser um dos mais importantes instrumentos sociais, produzindo sentidos e interpretações sobre os fatos sociais. Os meios de comunicação indicam o que pensar, o que sentir e como agir. Os autores ainda destacam que ao veicular notícias sobre determinados assuntos, a mídia faz crer que essas temáticas são relevantes e que se deve pensar e se posicionar sobre elas.

Segundo Rondelli (2000), o papel desempenhado pela mídia no dia-a-dia dos sujeitos influencia suas opiniões sobre a violência. Diante desse quadro, o autor pontua:

Em relação à violência, a mídia, na sua condição de macrotestemunha privilegiada, passa a ser ator social importante dos fatos, no ato de expô-los para além dos estreitos limites onde efetivamente aconteceram. Assim, a mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (na forma de selecioná-los, editá-los, classificá-los e opinar sobre eles), como ao testemunhá-los, expõe os fatos a outros atores sociais – posicionados de forma diversa ante os fatos, os fenômenos ou indivíduos ou grupos deflagradores da violência – que são constrangidos/convocados a produzirem sentidos sobre eles (RONDELLI, 2000, p.154).

A mídia é a grande responsável pela formação opinativa de seu público-alvo. Sua atuação torna a sociedade suscetível às representações dos acontecimentos. Pode-se dizer então que as notícias sobre violência “são capazes de influenciar o comportamento do sujeito, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações” (MOSCOVICI, 2003, p.41).

De acordo com Rondelli (2000), a mídia é um instrumento que garante a visibilidade de inúmeros assuntos, dentre eles a violência. A mídia acaba sendo um instrumento que potencializa e que dá visibilidade à violência. De acordo com Miranda (2017), a mídia brasileira tem aberto cada vez mais espaços para os casos de violência de gênero, pois a violência possui características que prendem a atenção do público.

Essa perspectiva corrobora a relação entre violência e questão social, pois essa é fomentada pelas desigualdades sociais. As desigualdades potencializam a violência e a mídia atua de forma a naturalizar o atual quadro de violência. Miranda (2017) afirma que a violência é fruto da grande desigualdade que atualmente vem sendo banalizada, como se nos acostumássemos com isto.

Como já exposto neste estudo, as violências de gêneros são também ocasionadas por meio das desigualdades entre os masculinos e femininos, dessa forma pode-se afirmar que, uma gama de programas televisivos, noticiários, propagandas, reportagens, músicas vinculadas e outros meios, insistem na manutenção de padrões patriarcais e em reduzir as mulheres às suas funções biológicas de reprodução, gerando violências e, conseqüentemente, um retrocesso na promoção dos Direitos Humanos das Mulheres.

O acesso à informação possibilitou, por um lado, a visibilização de violências sofridas pelas mulheres. Neste caso, a mídia se encarrega em vincular notícias sensacionalistas, no sentido de alcançar visibilidade. A grande mídia, ou seja, a que chega aos lares da elevada maioria da população, tem, por outro lado, debatido pouco a respeito das verdadeiras causas de violência contra as mulheres e, em muitos casos, tem contribuído para aprofundá-las.

4.2 As relações hierarquizadas e a violência de gênero dirigida à mulher sustentadas pelas mídias sociais.

Entre os espaços onde a ideologia patriarcal é reproduzida destacam-se os veículos midiáticos, em outras palavras, as propagandas que erotizam e vulgarizam o corpo das mulheres; as músicas que pregam a violência; as novelas onde são reproduzidos estereótipos de gênero e nas notícias que sensacionalizam os crimes de gênero dirigidos à mulher pelos mais variados formatos dos jornais.

A representação da imagem feminina na mídia não é diferente da que vimos anteriormente nas atribuições sociais, sendo assim, estão apegadas à padrões historicamente estabelecidos. A mídia tende a reforçar os padrões tradicionais de comportamento social, ou seja, privilegiar as posições mais conservadoras.

Todavia, quando algumas questões emergentes assomam ao debate público, tais posicionamentos ganham voz na cultura da mídia, e partindo desta reflexão, esta sessão ganha espaço para problematizar a maneira como as mulheres são representadas pela mídia e as abordagens feitas pela mídia sobre sua imagem.

Pensando pelo prisma das identidades de gênero constituídas socialmente e sobre relações sociais de gênero, nos deparamos com a imposição das atribuições sociais tradicionais reforçadas e naturalizadas pela sociedade, colocando a mulher como quem busca igualar-se ao homem, como se este fosse o referencial a ser alcançado,

fundamentando-se na ideologia patriarcal. E tudo isso, é lógico, acompanhando os padrões vigentes de estética impostos a esse respectivo gênero.

Como consequência dessas construções sociais, da qual a própria imprensa é adepta, há o agravamento das abordagens, que passa a imagem da mulher de uma condição passiva para consumidora, pouco representada nos espaços ditos sérios, modelos para disseminação de padrões de beleza e alvos de erotização. Esses padrões são ainda mais específicos conforme as diversidades sociais aliadas em uma mesma mulher. “Os temas tradicionais da imprensa feminina resumem-se a meia dúzia de itens: moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades, um conto etc.” (BUITONI, 2009, p. 25).

A mídia como um todo contribui para reforçar as atribuições sociais de mulher ao direcionar conteúdos relacionados à família, filhos, casa, limpeza, beleza e comportamento majoritariamente femininos. Chaves (2015) complementa que:

O grande problema da imagem feminina exibida nos meios de comunicação está na ausência de crítica sobre o quanto essa postura desumaniza a mulher e produz uma visão utilitária sobre ela. Além disso, impõe padrões estéticos discriminatórios que contradizem explicitamente os estudos e tratados de direitos humanos das últimas décadas (CHAVES, 2015, p.4).

De acordo com Louro (2001), é frequente a propagação determinados estereótipos femininos vinculados à beleza, ao cuidado, à maternidade, ao espaço da casa e à sexualidade, por meio de propagandas, matérias, telenovelas, filmes e muitos outros materiais midiáticos, aspectos estes que consolidam a cultura patriarcal, sendo vista como paradigma normal da sociedade.

O estereótipo, de acordo com Lippmann (2008, p.51), é quando nos aproximamos da realidade, ou seja, "não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos". Aí está o estereótipo, são "os tipos aceitos, os padrões correntes, as versões padronizadas". Eles interferem na nossa percepção da realidade, levando-nos a "ver" de um modo pré-construído pela cultura. A abordagem estereotipada acaba contribuindo para a perpetuação do sentimento de inadequação a determinados padrões de comportamento e beleza.

Essa visão estereotipada sobre o corpo feminino é inúmeras vezes empregada nos conteúdos veiculados nas mídias, tomando como exemplo as propagandas de cerveja, que contribuem para a prática violenta e a cultura do estupro, conforme evidência Oliveira (2010):

As velhas propagandas de cerveja são exemplos desses abusos de poder, uma delas recentemente publicizada na televisão mostra jovens rapazes, brancos, de classe média procurando um modo de abusarem de mulheres se que, contudo, sejam identificados: tomando cerveja e isso os transforma em homens invisíveis, e este poder de estarem embriagados e de não responsabilizarem por seus atos lhe dá a possibilidade de entrarem no vestiário feminino e fazerem o que bem desejam, prova disso é a saída das mulheres correndo e aos gritos (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

A subalternidade feminina é muito presente na mídia, sendo considerada como sujeitos “abjetos” da sociedade, a qual Segato (2003) pontua como um constante processo de exclusão e exotização de produção contínua.

Todas as produções midiáticas que acabam por perpetuar a violência contra as mulheres circulam nos meios de comunicação e são consideradas violências simbólicas, que residem nas estruturas de dominação que a produzem, intrinsecamente ligadas à cultura. Menos conhecida e nem por isso menos agressora, a violência simbólica está tão presente no cotidiano, nas instituições e na cultura patriarcal quanto as demais.

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2002, p.7-8).

Essa é uma definição dada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2002), que significa dizer que o indivíduo reproduz o discurso dominante na sociedade através de crenças e valores na medida em que o processo de socialização fica em segundo plano. A reprodução do discurso dominante implica na exclusão do discurso dominado. No caso da violência simbólica realizada pela mídia, a mulher é reproduzida em um discurso patriarcal dominante.

Bourdieu (2002) também observa que esse poder dominante que rege as instituições e os meios de comunicação está em toda parte e age disfarçado para que não seja percebido. Mas, ao mesmo tempo, é reforçado e legitimado ideologicamente por essas instituições. É esse poder que também induz a violência simbólica presente na mídia contra a imagem da mulher.

A mídia legitima a violência contra as mulheres sob forma preconceituosa do que está posto socialmente, refletindo em seu discurso hegemônico quando traz o corpo de uma mulher, que está associado ao desejo visual do belo, representando, desta forma, o corpo como um elemento a ser desejado (MORENO, 2012). O corpo da mulher passa a ser usado como apelo erótico, isto é, como um símbolo do produto que está à venda. Percebe-se ainda a inadequação das vivências reais vividas por muitas mulheres, no sentido de ser um padrão apresentado que está longe do real (SILVEIRA; RABINOVICH, 2010).

Os jornalistas e publicitários podem até não ter a plena consciência de que a veiculação de matérias e comerciais pode refletir um estereótipo ou visão preconceituosa de determinada classe, raça ou gênero. No entanto, o mais grave é que a sociedade e as próprias mulheres, como objetos simbólicos da reprodução desses valores, muitas vezes também não conseguem perceber o desrespeito à condição social feminina. Além das mulheres, a sociedade em geral age como se não existisse discriminação e, conseqüentemente, legitima um valor cultural e ideológico que naturaliza a dominação de homens sobre as mulheres. A naturalização dessa violência expande a desigualdade entre os gêneros e limita as possibilidades da ampliação da democracia também no campo da comunicação.

Moreno (2012) dá a esses padrões adotados pela mídia o nome de invisibilidade seletiva, apontado por ela como um dos elementos responsáveis pelo cerceamento do direito universal à expressão. “A mídia se apropria seletivamente de determinados comportamentos nos quais decide focar, em detrimento de outros, que ficam à sombra. Seleciona os que lhe interessam ou os que não consegue mais ignorar” (MORENO, 2012, p.29).

Apesar do fenômeno da violência de gênero ser antigo, só recentemente tem sido discutido nos espaços sociais, como na mídia (ANDRADE; FONSECA, 2008). Os casos de violência de gênero dirigidos à mulher são discutidos em vários meios de comunicação, sobretudo na imprensa jornalística onde, historicamente, episódios violentos são relatados por meio de discursos que legitimam a apropriação masculina sobre os corpos femininos e reproduzem, mesmo que de modo velado, a cultura patriarcal. Além de empoderar o agressor, é comum os discursos produzidos nesses espaços deslocarem a culpa do homem que agride para a mulher vitimada, recorrendo à padrões e valores sexistas para explicar os fatos (BLAY, 2003).

Na internet a propagação dos discursos sexistas tornou-se mais fácil, rápida e frequente. Algumas das características do ciberespaço são as sensações de anonimato e impunidade, com isso as pessoas sentem-se seguras para reproduzir discursos que foram continuamente reiterados ao longo de suas vidas.

Como o alcance e a visibilidade desse tipo de discurso é muito maior na internet, principalmente nos sites de redes sociais, há uma contribuição para a afirmação dos discursos de ódio e a perpetuação da violência para com as mulheres, mesmo que simbólica. Nas palavras de Viegas e Recuero (2014, p.8), “a sensação de impunidade pode acabar desencadeando a exposição de algumas opiniões preconceituosas que antes só circulavam entre grupos que aceitavam esse tipo de discurso”.

A publicização dos discursos machistas em sites de redes sociais é muito perigosa não só por atingir a imagem da mulher, mas por reafirmar a ideia de inferioridade, as práticas violentas destinadas à elas e por validar este tipo de discurso, criando justificativas para algo que não é justificável. Segundo Recuero (2014), nas redes sociais digitais, “esse discurso de ódio pode encontrar ressonância. E uma vez que encontre, ele é legitimado por outros grupos, seja através de concordância, apoio, curtidas, compartilhamentos etc.”

A questão da disseminação do discurso de ódio é muito grave, uma vez que a internet e os sites de redes sociais oferecem múltiplas possibilidades de produção e recepção de diversos conteúdos que podem vir a ter muita visibilidade em pouquíssimo tempo. Neste sentido, “[...] pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação”. (SILVA *et al.*, 2011, p.449).

Os sites de redes sociais estão inseridos em um ciberespaço que permite a “livre” difusão de ideias e muitas vezes ajudam na reafirmação de preceitos sobre a imagem da mulher e as violências desferidas sobre elas. Estes preceitos muitas vezes são entendidos como opiniões que têm o direito de ser manifestadas uma vez que a liberdade de expressão é garantida nas democracias.

O discurso é uma prática social repleta de significados e que só tomam forma e se constroem em relação a um contexto sociocultural e histórico, que envolve relações de poder e ideologia. A partir da abordagem de gênero podemos discutir a construção do masculino e do feminino, e principalmente das relações que se efetuam entre homens e mulheres dentro da nossa sociedade. Como toda ação, os discursos são maneiras de os agentes sociais atuarem no mundo e, igualmente sobre os outros, além de serem uma forma de representação, ou seja, uma significação da realidade, instituindo e construindo

a realidade através de significados. Em um movimento relacional dialético os discursos são marcados pelas estruturas sociais e as estruturas sociais produzem os discursos.

As tecnologias midiáticas, através da veiculação dessas temáticas, possibilitam interações sociais que põem em evidência novos atores sociais, onde discutem e problematizam essas questões tão relevantes para a sociedade. Contudo, o recorte e a abordagem que muitas vezes são adotados pela mídia ao divulgar as notícias sobre violência dirigida à mulher ocasionam diferentes reações nos(as) usuários(as) sobre aquilo que é veiculado, podendo dessa maneira observar a constituição das representações sociais que os(as) usuários(as) possuem sobre essa temática e o como isso se perpetuará por meio de seu comportamento dentro do ciberespaço.

Dessa forma, trazer a discussão sobre a Teoria das Representações Sociais articulada com a mídia e a violência de gênero — no caso desta pesquisa, os feminicídios privados e os do Estado — pode resultar em contribuições para compreender as mudanças na sociedade e nas concepções das pessoas sobre o tema e sobre as questões que orientam suas formas de pensar, falar e agir nos grupos sociais. Tais afirmações podem ser referendadas por Moscovici (2003) quando assinala que é na ação de produzir, armazenar e fazer circular dos meios de comunicação que os indivíduos e grupos constroem e reconstróem novos significados no contexto de suas vidas privadas e coletivas.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.

Este capítulo tem como objetivo delinear os aportes metodológicos e os procedimentos desenvolvidos no estudo que servem de base para a investigação e análise dos dados para a compressão do fenômeno da violência de gênero dirigida à mulher, mais especificadamente do feminicídio, expresso por meio dos comentários dos usuários do *Facebook* nas páginas oficial dos *web* jornais nessa mídia social.

Assim, ao buscar elementos significativos expressos pela fala e pelo comportamento dos sujeitos inseridos na referida mídia social, torna-se possível acessar os elementos constituintes das representações sociais da violência de gênero dirigida à mulher e de que forma foram estabelecidas as concepções de feminicídio na sociedade.

As representações sociais circulam no cotidiano e ganham materialidade na fala e gestos dos sujeitos e, por outro lado, possui sua dimensão simbólica por meio dos signos e dos símbolos culturais que também subsidiam a forma de ser e estar na sociedade. Ao mesmo tempo que a representação social é produto, é também produtora dos processos sociais. Dessa forma, Moscovici (2012) aponta:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro, no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas, estão impregnadas delas. Como sabemos, correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por um lado, à prática que produz tal substância, como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica (MOSCOVICI, 2012, p.39).

O estudo sustenta-se na concepção de que os processos que constituem o sujeito e sua subjetividade estão relacionados aos aspectos interpessoais e ao meio em que está inserido, sob o contexto histórico e cultural. É nesse espaço material e simbólico que situam as representações sociais que medeiam a fala, os gestos e o comportamento dos sujeitos por meio dos sentidos expressos no cotidiano.

Busca-se, a partir desse ponto fundamental sobre as representações sociais, explicitar os processos da pesquisa, seus procedimentos e técnicas, desde o primeiro contato com o lócus da pesquisa até a organização e análise dos dados.

Como em toda pesquisa, este estudo partiu de uma problematização, sendo a seguinte: a maneira que a imagem da mulher é veiculada na mídia contribui para a formação da compreensão e do posicionamento dos usuários sobre essa tipificação da

violência dirigida contra a mulher? Tal questionamento levou à formulação do objetivo geral que, por conseguinte, teve suas delimitações nos objetivos específicos para obter as respostas às questões levantadas, conforme expressos a seguir.

5.1 Objetivo Geral.

Analisar as representações sociais sobre o feminicídio nos posicionamentos dos(as) usuários(as) do *Facebook* por meio dos conteúdos de seus comentários em notícias veiculadas em páginas oficiais de dois *webs* jornais, sendo um de âmbito nacional e outro regional.

As delimitações específicas do presente estudo foram estabelecidas da seguinte maneira:

1. Identificar a primeira notícia veiculada nas páginas oficiais dos *web* jornais no *Facebook* que trazem o crime de feminicídio contra Marielle Franco e Mayara Amaral em até trinta e seis horas da data do ocorrido;
2. Levantar os dez comentários de maior relevância dos(as) usuários(as) do *Facebook* sobre os casos de feminicídio de Marielle Franco e Mayara Amaral nas páginas oficiais dos *web* jornais;
3. Analisar os sentidos e significados da violência de gênero dirigida à mulher e sobre o feminino atribuídos pelos(as) usuários(as) do *Facebook* por meio de seus comentários sobre os casos selecionados que foram noticiados nas páginas oficiais dos *web* jornais;
4. Identificar os processos educativos na constituição do sujeito e na sua relação com a mídia e a sociedade.

5.2 Caracterização da pesquisa.

Nesta sessão será abordado os pressupostos e procedimentos metodológicos que utilizados no desenvolvimento desta pesquisa.

5.2.1 Pesquisa Qualitativa.

A pesquisa qualitativa é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Podemos citar como exemplo a observação e análise de sentimentos, percepções, intenções e comportamentos.

De acordo com Minayo (2001), tal pesquisa, em particular nas ciências sociais, se preocupa com as questões da realidade que, sendo assim, investiga aspectos como os significados, os motivos, as aspirações, crenças, valores e virtudes, aspectos ligados as relações, aos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis e de uma operação.

A pesquisa qualitativa não visa os aspectos numéricos, mas sim, com o que o grupo social pesquisa e compreende determinado assunto. Os pesquisadores que utilizam tal abordagem não se prendem apenas a um tipo de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais possuem a sua específica, dessa forma, pode-se afirmar que possui uma metodologia própria. Além disso, o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

5.2.2 Etnografia virtual.

Para alcançar os objetivos estabelecidos utilizou-se o método etnográfico. A etnografia se mostra uma metodologia de estudo eficaz para se trabalhar com as relações existentes no ciberespaço, levando o investigador a se apropriar das relações, atividades e significações dos(as) usuários(as) deste meio. Para Braga (2006), o que se entende por método etnográfico é todo e qualquer tipo de observação participante: “A condição que possibilita o ofício do(a) etnógrafo(a) é a imersão e a experiência da efetiva participação no ambiente pesquisado. Este ofício inclui participar, observar, descrever: categorias que formam a unidade do fazer etnográfico” (BRAGA, 2006, p. 5).

A etnografia utilizada em ambientes virtuais se denomina etnografia virtual. Segundo Hine (2000), é uma nova tendência de método/metodologia de pesquisa, mesmo

com inúmeras soluções metodológicas para se trabalhar nesse espaço, a etnográfica virtual nos permite responder algumas questões sobre o ciberespaço, sendo elas: Como os(as) usuários(as) desse meio visualizam a sua comunicação e interação com os(as) demais usuários(as)?; como o ambiente virtual afeta as relações reais, de espaço e tempo, da sociedade?; quais são as implicações para a autenticidade e segurança? e, por último, se as experiências dentro do ambiente virtual são diferentes das experiências do real.

Dessa maneira, a pesquisa etnográfica virtual pode ser entendida como o estudo de um determinado grupo, com análises e registros do comportamento, dos discursos *online*, e dos conteúdos encontrados nas mídias, havendo uma interação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, através da observação direta, por um período. Para tanto, há uma intensa imersão pessoal na interação mediada por computador.

Seguindo essa mesma vertente, Polivanov (2013) designa que para conduzir a pesquisa etnográfica virtual, existem dois tipos de pesquisadores: o distante (*distanced research*), que observa as interações sociais do ambiente *online* desejado, mas essa observação não é participante, onde o etnógrafo coleta dados como textos, imagens e *emoticons* sem interferir no ambiente. O segundo tipo consiste no(a) pesquisador(a) envolvido (*discursive or communicative research*) onde participa efetivamente do ambiente online desejado, chegando a revelar a subjetividade e o desempenho da identidade dos(as) usuários(as) desse ambiente.

De acordo com Sá (2005), sempre existirá uma relação entre pesquisador(a) e pesquisado no contexto desse método, mesmo que os ambientes virtuais possuam características próprias, como a gramática e sua linguagem. Diante disso, uma pesquisa pautada no ambiente virtual terá uma lista de situações e materiais distintos daqueles coletados no ambiente real (como textos escritos, *emoticons*, imagens e *links* publicados pelos(as) usuários(as) por exemplo), sendo esta a distinção que justifica o emprego do termo etnografia virtual.

5.3 Campo de pesquisa.

Para compreendermos as transições sociais que transformam a sociedade, é preciso não só entender as mudanças no modo de agir, pensar, se comportar e se relacionar dos sujeitos, mas também a evolução das ferramentas que guiam e fazem parte dessas modificações. Podemos então dizer que as transformações sociais estão diretamente

ligadas as transformações tecnológicas desenvolvidas nessa era globalizada, onde a sociedade se apropria para evoluir e se manter.

Muita coisa mudou em pouco tempo, novas concepções surgiram, novas práticas e ocupações. Hoje fala-se em era digital, sociedade midiática ou era da tecnologia. Dessa forma, a sociedade passou a ser denominada a partir dos instrumentos que utiliza para evoluir. Esse processo produz um efeito de desenvolvimento em todos os cantos do mundo, fazendo com que haja uma revolução na compreensão dos sujeitos sobre o mundo.

Baseado nisso, a valorização do conhecimento é ainda mais necessária, pois as novas tecnologias produzem ferramentas que auxiliam na organização e disseminação do conhecimento. Devido a isso, o conhecimento de tais ferramentas, como a internet e consequentemente, as mídias e as mídias sociais, torna-se indispensável, uma vez que estas ferramentas compõem o campo desta pesquisa.

5.3.1 Era digital: a ascensão da internet.

No contexto da era digital a sociedade tem os dispositivos eletrônicos como instrumentos essenciais no atual modelo de sociabilidade, estando presente em todos os setores da sociedade: comércio, política, serviços, entretenimento, informação e relacionamentos. As tecnologias digitais possibilitaram uma nova dimensão de transmissão e de acesso à informação, alterando os cenários econômico, político e social.

O avanço tecnológico nos meios de comunicação tem como marco a segunda metade do século XIX com o surgimento do telégrafo e do telefone. Posteriormente a esses equipamentos surgiu “o rádio, primeiro aparato eletrônico de comunicação em massa sem fio só surgiu na década de 20” (PINHO, 2003, p.15). E a televisão, que teve sua inserção em 1948. Nesse mesmo período, esses meios foram vinculados a satélites de telecomunicações que ampliaram a o seu alcance de transmissão. Porém, a dimensão dos dispositivos eletrônicos não configura por si só uma sociedade digital, para que isso ocorra, atrelado a eles, deve-se conter a capacidade de interligação e de formação de rede, como nos computadores, que tem como protagonista desse processo a internet.

Considera-se a internet “a rede das redes”, onde por um conjunto de redes de computadores interligadas entre si, proporcionam acesso à informação através de várias maneiras de comunicação. De acordo com Lima (2000), o projeto hoje conhecido como internet surgiu no final da década de sessenta, nos Estados Unidos da América, utilizada

para defesa, onde em meio ao perigo de interrupção das linhas de comunicação de um possível ataque atômico de outro país, serviu para conectar os mais importantes centros universitários de pesquisa americanos com o Pentágono, para permitir não só a troca de informações rápidas e protegidas, mas também para instrumentalizar o país como uma tecnologia que possibilitasse a sobrevivência de canais de informação no caso de uma guerra nuclear.

Durante a década dos anos setenta, foi criado o projeto base do que viria a ser a internet. A rede só iniciou sua expansão quando se tornou um meio para troca de informações entre pesquisadores de diferentes universidades através do e-mail (*eletronic mail*), possibilitando que a comunicação entre os pesquisadores fosse facilmente acessível. As aplicações comerciais da internet começaram a acontecer nos anos oitenta com os primeiros provedores de serviço da internet, possibilitando ao usuário(a) comum a conexão com a Rede Mundial de Computadores, de dentro de sua casa (MERKLE; RICHARDSON, 2000).

Os desenvolvedores do projeto inicial da internet jamais imaginavam que seu conjunto de redes cresceria tanto quanto hoje. Assim, com o surgimento da internet, as ideias de liberdade e imaterialidade passam a revolucionar a leitura e a comunicação em rede, possibilitando arquivar, copiar, desmembrar, recompor, deslocar e construir textos, exibí-los e ter acesso a todo tipo de informação, de qualquer variedade, a todo instante. Diante disso, Pinho (2003) afirma que:

A Internet é uma ferramenta de comunicação bastante distinta dos meios de comunicação tradicionais – televisão, rádio, cinema, jornal e revista. Cada um dos aspectos críticos que diferenciam a rede mundial dessas mídias – não-linearidade, fisiologia, instantaneidade, dirigibilidade, qualificação, custo de produção e de veiculação, interatividade, pessoalidade, acessibilidade e receptor ativo – deve ser mais bem conhecido e corretamente considerado para o uso adequado da Internet como instrumento de informação” (PINHO, 2003, p.49).

O uso da rede integrada de computadores entre as pessoas e organizações dos mais variados tipos tornou-se indispensável atualmente, pois torna-se possível o acesso a uma vasta rede de informações em tempo real e a trocar dados a qualquer momento. Qualquer informação pode ser obtida instantaneamente e de qualquer parte do mundo, a visibilidade dos fatos se tornou maior e mais rápida, e os dados são atualizados a todo segundo. Lévy (1996) expõe que a interface digital torna o campo do visível muito maior, evidenciando

a evolução que diversificou, facilitou e transmitiu as informações de forma instantânea e ampla.

Para Torres (2009, p.44), “a internet é uma rede de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, que buscam informações, diversão e relacionamento e que comandam, interagem e interferem em toda e qualquer atividade ligada à sociedade e aos negócios”. Ainda conforme Torres (2009):

Na busca por informação, o sujeito sabe, por experiência, que a Internet é uma grande fonte de informações, e que as ferramentas de busca são a porta de entrada para encontrá-las. Assim toda vez que necessita de informação, o consumidor elabora uma pergunta, na forma de um conjunto de palavras e por meio de uma ferramenta de busca faz a pesquisa e utiliza os resultados para se informar e instruir (TORRES, 2009, p.30).

Ante o exposto, através desse sistema de redes de computadores, conhecido como internet, o meio midiático escolhido de investigação desta pesquisa foram os *web* jornais em conjunto com as mídias sociais. Segundo Lévy (1999, p.126), a internet se constitui com um “[...] grande oceano do novo planeta informacional”, o principal meio de circulação de informações na atualidade. A internet proporcionou ao sujeito se constituir como interagente e agente comunicador. Ele não só passou a ter um acesso maior a informação através dos *web* jornais como pode participar dela diretamente por meio das mídias sociais, opinando e interagindo ao mesmo tempo em que a recebe os conteúdos veiculados nesse meio.

5.3.2 *Web* jornais.

A evolução tecnológica potencializou novas formas de comunicação social. A evolução das tecnologias multimídia em conjunto com a rápida expansão da internet criaram condições para o surgimento de um novo tipo de meio de comunicação social, de veiculação de notícias e de jornalismo: os *web* jornais.

O processo de veiculação de informações na rede recebe diversas denominações, como jornalismo digital, jornalismo on-line, *web* jornalismo, ciberjornalismo e jornalismo eletrônico (MIELNICZUK, 2003). Independente da denominação que receba, esse processo possui características muito específicas, como a interatividade, memória, multimedialidade, hipertextualidade, personalização e atualização (MIELNICZUK, 2004).

A internet criou um espaço de relação entre jornalistas, fontes e audiência. O jornalismo desenvolvido na internet se diferencia de outros meios, tais como o radiojornalismo, telejornalismo e jornalismo impresso. Os processos editoriais e as linguagens destas diferentes manifestações são determinados por seus suportes, onde existe, para cada um deles, diferentes conteúdos, emissores, receptores, canais e linguagens.

Nesse contexto, evidencia-se o conceito de convergência como aspecto central que caracteriza jornalismo midiaticizado contemporâneo. Esse conceito, apesar de ser um fenômeno atual, não é novo. Os meios de comunicação têm se apropriado dos processos de convergência desde muito antes do impacto da tecnologia digital acelerar e se intensificar. Contudo, as transformações no meio midiático forçam os meios tradicionais a adaptarem-se e renovarem-se para garantir a sobrevivência de seus negócios.

A convergência constitui-se, dessa forma, “de um novo paradigma a que as empresas têm que adaptar-se se querem sobreviver em um mercado que se define pela multiplicação e fragmentação da oferta e a personalização dos conteúdos” (GARCÍA *et al.*, 2010, p.321). Sob a crise mundial que assola, entre outros, o setor da comunicação, a convergência supõe uma possível saída à queda do número de leitores que há anos marca a trajetória da imprensa escrita (GARCÍA *et al.*, 2010) e uma opção para esta se reinventar.

Migrando para a internet no início dos anos 90, o *web* jornal, desde então, possui três modelos ou gerações de coexistência. De acordo com Silva Jr (2001), os produtos de primeira geração, também conhecida como fase de transposição, realizam uma mera repetição do conteúdo dos jornais impressos para a internet. Os de segunda geração, conhecida como fase da metáfora, incorporam ferramentas da rede à narrativa jornalística a fim de tornar o noticiário mais dinâmico. Nos dois casos não há ainda a consolidação de uma nova linguagem.

Nos jornais online de terceira geração, ocorre a exploração das características advindas pelo suporte da rede, através do uso de recursos midiáticos (áudio, vídeo e animações), assim como uma radicalização de características como a interatividade e a hipertextualidade (MIELNICZUK, 2003). Neste caso, se faz uso de uma linguagem nova, sendo assim, a internet é “muito valiosa para os que queiram dirigir mensagens e informações específicas para públicos de interesse. Na Internet, a organização não está falando para uma pessoa, mas sim conversando com ela” (PINHO, 2003. p.54).

O consumo de informações pelos métodos tradicionais está defasado, considera-se, nesse momento, novos hábitos e formas leitura que refletem num estilo de vida contemporâneo, que é fragmentado. De acordo com Kolodzy (2009), a obtenção de notícias provém de diferentes tipos de mídias, em horários que forem mais convenientes e de uma forma a se adaptar a rotina dos sujeitos. “As pessoas não estão olhando para as notícias ao mesmo tempo, do mesmo lugar, com a mesma perspectiva, no mesmo formato, ou no mesmo veículo de comunicação. A audiência das notícias está abandonando a padronização” (KOLODZY, 2009, p. 43).

De acordo com Primo e Träsel (2006), com acesso a múltiplas fontes de informação e com ferramentas de publicação gratuitas disponíveis, o público pôde ter enfim espaços para se expressar e passou a exigir maior intervenção nos espaços jornalísticos. Por outro lado, a possibilidade de interação direta entre *web* jornais e seu público vem sendo um aspecto explorado.

É nesse contexto, que segundo os autores, surge os leitores-produtores, isto é, os(as) usuários(as) produzem notícias e publicam em espaços independentes e colaborativos da internet. Fatores como o aumento do acesso à internet, a simplificação de interfaces para publicação e cooperação *online*, a popularização de câmeras digitais e telefones celulares, debates em defesa da livre circulação da informação e a insatisfação com os veículos jornalísticos tradicionais auxiliaram nesse processo (PRIMO E TRÄSEL, 2006).

Nesse contexto, as mídias sociais possuem papel importante, pois passam a ser um canal de seleção e disseminação de informações, tanto pelo seus(suas) usuários(as), como pelos *web* jornais, elevando o consumo de notícia (CANAVILHAS, 2001). Diferente do que se imagina, os jornais tradicionais não foram substituídos pelo surgimento da internet nem pela sua expansão, mas a forma e a quantidade de vezes que a notícia é consumida se transforma diante desse novo meio e principalmente com as mídias sociais. O aumento das interações e do uso das mídias sociais mudou a maneira com que as notícias são apresentadas aos seus leitores, logo, a qualidade da administração das mídias sociais corresponde diretamente à audiência.

5.3.3 Mídias sociais e jornalismo.

As mídias sociais na internet foram pioneiras em reunir, em uma mesma interface, todas as possibilidades de comunicação disponíveis na rede: bate-papos, fóruns,

comentários, troca de mensagens entre membros, quadro coletivo de recados, repositório de documentos, relações personalizadas, entre outros.

Recuero (2009) considera as mídias sociais ou redes sociais um conjunto de dois elementos que não podem ser pensados isoladamente: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais). “Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2009, p. 23).

Para Recuero (2009), um dos principais diferenciais destes sites é a manutenção da conexão permanente entre os(as) usuários(as) dessa mídia e a possibilidade do estabelecimento de inúmeras conexões sociais. Vivemos hoje “um momento de hiperconexão em rede, onde estamos não apenas conectados, mas onde transcrevemos nossos grupos sociais e, através do suporte, geramos novas formas de circulação, filtragem e difusão dessas informações” (RECUERO, 2011, p. 14).

Diferente do que se imagina, o conceito de redes sociais deu-se início muito antes do surgimento da internet, por meio das reuniões de grupo de pessoas a fim de compartilharem as semelhanças entre seus gostos e interesses, suprimindo dessa maneira a necessidade de criar laços sociais conduzidos por esses aspectos semelhantes. Segundo Ferreira (2011), o termo rede vem do latim *rete*, podendo ter inúmeros significados, desde uma espécie de tecido que se forma por entrelaçamento de fios; um conjunto de vias férreas, rodoviárias ou áreas; sistemas de informação; e até mesmo conjunto de pessoas que se relacionam entre si. De acordo com Sotero (2009), as redes sociais existem há muitos anos e vêm se modificando com o tempo:

As redes sociais existem desde sempre na história humana, tendo em vista que os homens, por sua característica gregária, estabelecem relações entre si formando comunidades ou redes de relacionamentos presenciais. Hoje, por meio da internet, estamos transcrevendo nossas relações presenciais no mundo virtual de forma que aquilo que antes estava restrito à nossa memória agora está registrado e publicado (SOTERO, 2009, p.2).

De acordo com Torres (2009, p.74), “as redes sociais são sites onde as pessoas se cadastram, registram seus dados pessoais, nos chamados perfis, e podem se relacionar com outras pessoas, publicando fotos, enviando mensagens e criando listas de amigos.” Cada vez mais pessoas estão utilizando as mídias sociais como uma forma de expandir seus contatos, expor suas ideias e se relacionar com indivíduos de diversas regiões e localidades diferentes, formando grupos de amigos.

Ainda segundo o autor, as mídias sociais são reconhecidas como *sites* na internet que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos pelas pessoas e para as pessoas, nas quais o consumidor é ao mesmo tempo produtor e consumidor da informação (TORRES, 2009, p.113). Com passar do tempo foram surgindo inúmeras redes sociais com várias características diferentes e com objetivos específicos. As redes sociais mais utilizadas pelas pessoas nos últimos anos são: *YouTube*⁵, *Instagram*⁶, *Twitter*⁷, *Tumblr*⁸, *Pinterest*⁹, e por último o *Facebook*, que será abordado de maneira mais detalhada.

A pesquisa desenvolvida teve como corpus de investigação as matérias veiculadas pelo *Facebook*, que segundo Torres (2009), foi lançado em fevereiro de dois mil e quatro, por Mark Zuckerberg, um estudante de Harvard, uma importante universidade dos Estados Unidos da América. Hoje em dia é considerado um dos maiores sites de relacionamento do mundo. No início, o *Facebook* era restrito aos estudantes de Harvard e somente após dois anos de sua criação tornou aberto a todos.

Com o passar do tempo, esta rede social sofreu diversas modificações e o número de usuários também aumentou, atingindo milhões no mundo todo. De acordo com Kirkpatrick (2011):

O Facebook está unindo o mundo. Tornou-se uma abrangente experiência cultural partilhada por pessoas em todo o planeta, especialmente jovens. Apesar de seu início modesto como um projeto de faculdade de um rapaz de 19 anos de idade, tornou-se uma potência tecnológica com influência sem precedentes sobre toda a vida moderna, tanto pública quanto privada. Sua composição inclui as mais diversas gerações, geografias, idiomas e classe sociais. Talvez seja, na realidade, a empresa de mais rápido crescimento de toda a história (KIRKPATRICK, 2011, p. 24).

⁵ Plataforma de vídeos mais popular do mundo. Possui um bilhão e 800 milhões de usuários ativos produzindo ou assistindo a seus conteúdos.

⁶ Mídia social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de mídias sociais.

⁷ Mídia social conhecida como microblog. Permite a publicação de textos com até cento e quarenta caracteres, além de fotos, vídeos e links

⁸ Mídia social em plataforma de blog, onde os usuários podem compartilhar e interagir com publicações em diversos formatos, como áudios, vídeos, textos, imagens, *gifs* e etc.

⁹ Mídia social de compartilhamento de imagens. Seu objetivo é compartilhar imagens, links de sites ou até fotos próprias, dos mais variados assuntos.

O *Facebook* tem uma característica bastante interessante que permite ao(a) usuário(a) interagir com as pessoas que estão na mesma rede. É também uma ferramenta que vem sendo utilizada pelas empresas para divulgar seus produtos e serviços de forma rápida e sem custos e atingindo um grande número de pessoas (TORRES, 2009).

O *Facebook* possui inúmeras ferramentas em sua plataforma, dentre elas, um espaço pessoal, onde é possível criar álbuns de fotos, indicar links de interesse, escrever notas, como uma espécie de diário pessoal, criar grupos e páginas oficiais e participar deles, enviar mensagem no perfil de outro(a) usuário(a) ou em modo privativo através do *messenger*, comercializar produtos, divulgar eventos e tantas outras mais.

O *Facebook*, com todo aparato disponibilizado por suas ferramentas, atua como fonte de informação ao ser considerado instrumento para viralização de notícias, pois é a mídia social que o(a) usuário(a) utiliza diariamente para informar-se e expor seu cotidiano, demonstrações de afetos, textos autorais que vão de opiniões, abordando temas polêmicos atuais, até a criação de textos reflexivos disparados publicamente para sua rede de amigos. Para Santaella (2003), “uma rede acontece quando os agentes, suas ligações e trocas constituem os nós e elos de redes caracterizadas pelo paralelismo e simultaneidade das múltiplas operações que aí se desenrolam” (SANTAELLA, 2003, p.89).

Dessa forma, o *Facebook* pode ser considerado além de uma mídia de comunicação e interação instantânea, uma ferramenta que permite aos seus(suas) usuários(as) exporem suas opiniões, abrindo a possibilidade de qualquer usuário(a) absorver em amplitude os diversos lados dessa exposição, seja ele positivo ou negativo.

Uma ferramenta disponibilizada pelo *Facebook*, que facilita a veiculação de conteúdos, é conhecida como *Fan page*, ou páginas oficiais. Assim quando o(a) usuário(a) “curte” uma página oficial, passa a receber suas atualizações em seu perfil e, conseqüentemente, se torna “fã” de uma marca, produto, organização ou figura pública. Se ele interagir com a página, por exemplo, comentando ou reagindo às postagens, participando de discussões promovidas ou utilizando aplicativos, essas ações serão relatadas a seus amigos por meio do *feed* de notícias (WEBER, 2011). O *feed* de notícias ou linha do tempo, filtra os conteúdos que aparecem no perfil do(a) usuário(a). Para isso, leva-se em consideração dados de interação, como o tipo de conteúdo mais curtido ou os amigos mais próximos, conseguindo selecionar o que é de mais relevante para cada usuário(a).

Ainda de acordo com a autora, as páginas podem ser customizadas e contam com mais recursos para a propagação de conteúdo e interatividade que os perfis. É possível

promover discussões, enquetes, concursos e, através de aplicativos oferecidos pelo *Facebook*, analisar dados de acesso e interação com usuários para avaliar seu alcance (WEBER, 2011).

Embora as redes sociais digitais tenham a finalidade principal de conectar e criar redes entre indivíduos, elas podem ser apropriadas para uma infinidade de funções, sendo uma delas a de circular informação. E utilizando essa dinâmica das mídias sociais, principalmente do *Facebook*, entre páginas oficiais e perfis públicos, estão os dos veículos de comunicação, mais especificamente, os *web* jornais.

Ainda que, majoritariamente, as mídias sociais sejam espaços para compartilhar conteúdo pessoal, há lugar para notícias e informação de interesse público (ZAGO; SILVA, 2014).

Há diversos motivos que explicam o uso que os jornais fazem do *Facebook*. O primeiro que se pode citar é justamente a exploração da circulação de conteúdo com maior rapidez (HERMIDA, 2010). Além disso, em função da crise do jornalismo e da queda no número de leitores, o uso dos portais de notícia e a migração para as mídias sociais é a forma encontrada para atrair novos leitores (HONG, 2012).

De acordo com Hong (2012), as mídias sociais agem como uma espécie de “ponte” para os portais e sites de notícias, por meio dos links, tratando-se, portando, direta e indiretamente, de uma estratégia dos veículos para receber mais acessos. Dessa forma, o que as redes sociais fazem é potencializar o processo de circulação. Além da circulação, elas proporcionam um processo adicional que pode ser chamado de recirculação que tem a ver com as replicações dos conteúdos pelos usuários quando compartilham, curtem ou comentam o conteúdo, fazendo com que este apareça para outros seguidores, aumentando sua difusão (ZAGO; BASTOS, 2013).

Manter uma página oficial de notícias, através do *Facebook*, implica estar atento às novas demandas que surgem, atualizá-la constantemente, oferecer conteúdo de qualidade e, ainda, a criação e a manutenção de vínculos com leitores/usuários. Ainda, implica reconhecer que este ambiente é uma via de mão dupla: de um lado, os jornalistas e a organização que representam, buscando a viabilidade de seus negócios, que passa pela manutenção dos leitores e promoção dos anunciantes; de outro, o público que demanda conteúdo de qualidade e flexível o bastante para que possa ser acessado e compartilhado, a partir de múltiplas vias e adaptado ao seu estilo de vida, sendo, portanto, uma audiência cada vez mais conectada, heterogênea, exigente, vigilante, participativa, global.

5.4 Feminicídios na mídia e as representações das mulheres.

Com foco na contextualização do *corpus* do estudo, serão apresentados a seguir os dados descritivo-biográficos sobre Marielle Franco e Mayara Amaral, ambas mulheres vítimas de feminicídio. A primeira foi vítima do feminicídio corporativo ou segundo Estado e a segunda foi vítima do feminicídio íntimo.

Dessa forma, cabe evidenciar adiante os casos de feminicídios selecionados para esta pesquisa e sua repercussão na mídia, para dar sustentação às análises das representações dos(as) usuários(as) do *Facebook* sobre tais casos.

5.4.1 Marielle Franco e a manipulação midiática.

O primeiro caso escolhido ocorreu no dia quatorze de março de dois mil e dezoito. Trata-se do feminicídio de Marielle Francisco da Silva – mais conhecida como Marielle Franco – que nasceu em vinte e sete de julho de mil novecentos e setenta e nove, na cidade do Rio de Janeiro. Viveu e cresceu no Morro do Timbau, no Complexo da Maré (um conjunto formado por dezesseis favelas cariocas). Filha de Marinete e Antônio Francisco da Silva Neto, atuou na Pastoral da Juventude e foi catequista por muitos anos na Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, em Bonsucesso, no Rio de Janeiro¹⁰.

Foi aluna do curso pré-vestibular comunitário do Complexo da Maré. Aos dezenove anos, foi mãe solo de Luyara Francisco dos Santos. Formou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sendo bolsista pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Na sua monografia, Marielle traça uma análise política da intervenção e atuação da polícia no complexo da Maré e no estado do Rio de Janeiro¹¹.

Sua vida acadêmica seguiu com o mestrado em Administração Pública, pela Universidade Federal Fluminense, o tendo concluído em dois mil e quatorze, com a

¹⁰ Folha de São Paulo. Da Maré, vereadora fazia parte do 'bonde de intelectuais da favela'. Publicado em: 15 de março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

¹¹ Artigo disponível no Correio Braziliense sob título: Conheça a trajetória de vida de Marielle, voz crítica às polícias do Rio. Publicado em: 16 mar. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.co23m.br/app/noticia/politica/2018/03/16/interna_politica,666519/conheca-a-trajetoria-de-vida-demarielle-voz-critica-as-policias-do-r.shtml>. Acesso em: 03 de março de 2019.

dissertação: “UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”¹². A dissertação de mestrado revela uma mulher militante dos direitos humanos. Acreditava e defendia a garantia destes direitos inclusive para a polícia, buscando diálogo e lutando pelas vidas de homens e mulheres que atuavam e atuam na polícia. Sua crítica parte de uma análise de conjuntura.

Casada com Mônica Benício desde o ano de dois mil, Marielle carregava em si muitas pautas e as defendia enquanto mulher, negra, da favela, mãe solo ¹³e lésbica. Pautou, através de sua luta, direitos que acreditava ser de todas as pessoas: uma vida digna, liberta de violência e mortes. Defendia uma maior qualidade de vida a partir do seu lugar de favelada, enfatizando especialmente a questão de gênero e de raça. Um mês antes da sua morte, a vereadora foi nomeada relatora da comissão especial que acompanharia a Intervenção Militar no Rio de Janeiro. Marielle era feminista e presidente da Comissão de Defesa das Mulheres e dos menos favorecidos. A política também lutava pelos direitos dos homossexuais, das lésbicas, bissexuais e transexuais.

Marielle Franco elegeu-se vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como a quinta pessoa mais votada nas eleições de dois mil e dezesseis. Sua trajetória na câmara de vereadores e vereadoras “foi marcada pela defesa de projetos para compilar dados sobre violência de gênero e para proteger os direitos reprodutivos das mulheres. A vereadora era uma voz constante de defesa a moradores de favelas”¹⁴. Ou seja, como vereadora, ela carregava a pauta do movimento de mulheres, era ativista contra o preconceito racial, a favor da diversidade sexual e da segurança pública, especialmente nas favelas.

Em sua história de vida, percebe-se que suas bandeiras de luta emergem diretamente de sua experiência pessoal. Na sua última fala na Câmara Municipal, em 8 de março, Dia internacional da Mulher, Marielle sublinhou que as mulheres que estão nos espaços políticos precisam erguer outras mulheres. Dessa forma, questionava a sub-

¹² FRANCO, Marielle. UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Niterói-RJ, 139f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

¹³ Mães solo são mães por conta própria, seja por circunstâncias ou escolha. O uso do termo “Mãe solteira” é inadequado, uma vez que “solteira” remete ao estado civil e nada tem a ver com o fato de ser mãe.

¹⁴ CARNEIRO, Júlia Dias. Da BBC Brasil no Rio de Janeiro. 15/03/2018. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de 'cria da Maré' a símbolo de novas lutas políticas no Rio. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

representação das mulheres, especialmente das mulheres negras, sendo estas a maioria da população. Outros temas levantados nessa fala alertam para políticas de segurança que garantam a mobilidade das mulheres nos transportes públicos sem assédio e cita a importância de conversar sobre economia solidária.

A vida de Marielle Franco foi brutalmente interrompida, pois foi morta a tiros aos trinta e oito anos em pleno exercício de seu mandato como vereadora no Rio de Janeiro. Foram disparados treze tiros, sendo que quatro destes atingiram Marielle. Com ela estava o amigo e motorista Anderson Pedro Gomes. Ambos voltavam de uma atividade chamada Jovens Negras Movendo as Estruturas, realizada no coletivo Casa das Pretas, no centro do Rio de Janeiro. “O evento fazia parte de uma ação chamada 21 dias de Ativismo Contra o Racismo, em curso no Rio”¹⁵.

O crime teve bastante repercussão e acabou chamando a atenção não só de brasileiros, mas de toda a imprensa internacional. Após a morte de Marielle Franco, diversas informações foram compartilhadas na internet, algumas de cunho verdadeiro e outras falsas. Neste caso, surgiram vários boatos que contestavam a honestidade da política carioca, inclusive associando à sua imagem traficantes altamente perigosos.

Foram diversas as formas de boatos disseminados, como a informação de que Marielle foi casada com o traficante Marcinho VP, que teria engravidado aos 16 anos e que também teria sido eleita pelo Comando Vermelho. Foram publicadas notas sobre Marielle Franco defender bandido, quando a vereadora nunca defendeu qualquer ato criminoso ou fora da lei. Ou que fazia uso de maconha, porém Marielle não era usuária de maconha nem de qualquer outra droga. Porém, isso nunca a impediu de lutar por nova política de drogas.¹⁶

Nesse contexto, um novo conceito voltou a ser utilizado, o das *fake news*, um conceito mais moderno para as informações falsas, termo que ganhou notoriedade durante as eleições para presidência em 2016, nos Estados Unidos. Com toda a evolução nos métodos de comunicação, seja através da popularização da internet através de celulares com acesso à rede mundial de computadores ou das mídias sociais esse tipo de propagação foi ganhando cada vez mais espaço, existindo inclusive empresas

¹⁵ MESQUITA, Lígia. Da BBC Brasil em Londres. Os últimos momentos de Marielle Franco antes de ser morta com 4 tiros na cabeça. 15/03/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43414709>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

¹⁶ Verdades sobre Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/averdade>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

especializadas em criar informações falsas na rede e compartilhá-las através de diversas mídias.

Os aspectos da cobertura da morte de Marielle Franco fazem uma abordagem dos impactos sociais que foram apresentados pela mídia, causando diferentes reações na sociedade, principalmente, tratando de condutas femininas. Tais informações falsas repercutidas nas mídias deram margem para que o público que tivesse acesso propagasse e constituísse, com base nesses conteúdos, representações sobre Marielle. De acordo com Sustein (2010, p.8), “muitos de nós acreditamos em boatos falsos em virtude de nossos medos ou de nossas esperanças”, ou seja, algumas pessoas compartilham notícias falsas, pois é o que gostariam de ver diariamente em sites e noticiários, como se quisessem compartilhar e acreditar naquilo que elas queriam que fosse real.

5.4.2 Mayra Amaral, assassinada duas vezes.

O segundo caso refere-se ao assassinato de Mayara Amaral, nascida em Sete Quedas, no Mato Grosso do Sul. Mayara era a caçula entre quatro irmãos. Se formou em licenciatura em Música pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em dois mil e dez, e fez mestrado na Universidade Federal de Goiás (UFG), concluído em março de dois mil e dezessete. Sua dissertação “A mulher compositora e o violão na década de 1970: vertentes analíticas e contextualização histórico-estilística”, é fruto de sua pesquisa sobre obras de compositoras brasileiras para violão compostas na década de 1970.

Depois do mestrado em Goiânia, Mayara voltou a Campo Grande, onde era professora de música da rede municipal de ensino na capital do Mato Grosso do Sul, começando a ser reconhecida na classe em que atuava. Era uma dedicada intérprete, pesquisadora, desenvolvendo importantes e inéditas contribuições para a música e para a pesquisa brasileira. De férias, estudava para um doutorado na Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp¹⁷.

Em Campo Grande ela havia integrado o quarteto Pétalas de Pixe, formado apenas por mulheres e dedicado à produção de pop-rock regional. Após sair para um ensaio com

¹⁷ Mayara Amaral: Correio relembra história de jovem morta em Campo Grande. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/internabrazil,664058/mayara-amaral-correi-o-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

a banda, Mayra Amaral não retornou mais para a casa. No dia vinte e sete de julho de dois mil e dezessete, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a musicista de vinte e sete anos foi brutalmente assassinada, em um crime que contou com a participação central de outro músico – um baterista que já tinha tocado e trabalhado com Mayara¹⁸.

Mayara foi atraída para um motel por Luis Alberto Bastos Barbosa, onde ficou encurralada com outros dois homens. Dois a estupraram, os três a martelaram na cabeça e atearam fogo ao corpo. Ela foi encontrada no dia seguinte em um matagal com o corpo carbonizado e várias marteladas na cabeça. Dois suspeitos foram presos pelo brutal assassinato num motel da cidade: o músico Luiz Alberto Barros, 29 anos, e Ronaldo Olmedo, 33 anos, com passagens por tráfico e roubo, segundo a polícia. Um terceiro homem, Anderson Pereira, 31 anos, também com passagens por tráfico e roubo, foi preso por colaborar com a ocultação do cadáver.

Antes de queimar o corpo da jovem como o de um animal, os três comparsas dividiram entre si os poucos pertences de Mayara: um Gol de 1992, um notebook, um celular e um violão. Depois, Luiz usou o celular de Mayara para enviar uma mensagem à mãe dela tentando culpar um ex-namorado da violonista. “Ele é louco, mãe. Está me perseguindo. Estava na casa dele e brigamos feio”, dizia o texto. A essa altura o corpo já havia sido encontrado. A tragédia ganhou as manchetes, primeiramente, dos jornais campo-grandenses, que negligenciaram o evidente caso de feminicídio, tipificando o crime como latrocínio, roubo seguido de morte¹⁹.

Mayara foi morta duas vezes. Uma pelos seus algozes e outra pelo tratamento do seu caso nos jornais locais nos quais o depoimento dos suspeitos teve mais manchetes que os da família. Quase não se sabe sobre Mayara, mas uma simples pesquisa no Google dá ampla conta do que os detidos declararam: que ela foi no motel atrás de drogas, que houve sexo consensual com os dois supostos assassinos e que ela foi morta a marteladas porque reagiu ao saber que seria roubada.

Quando uma violência como essa chega à imprensa, enxergamos nada menos que a desumanização da vítima. Manchetes apresentam Mayara como “uma mulher achada carbonizada”, que confiou demais em um “namorado” e morreu em um motel. As fotos

¹⁸ Mayara foi morta em motel e depois jogada no Inferninho, diz polícia. Disponível em: <<https://www.cam-pograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-morta-em-motel-e-depois-jogada-no-inferninho-diz-policia>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

¹⁹ Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html> Acesso em: 03 de março de 2019

estampadas nas reportagens endossam, conscientemente ou não, posicionamentos sobre a moral e a personalidade de Mayara: da menina inocente que tinha uma banda até uma mulher sexy que foi para o motel com um homem. Contudo, todas essas notícias têm algo em comum: contam a história somente da perspectiva dos suspeitos²⁰.

Foi Pauliane Amaral, irmã de Mayara, quem se encarregou de contar a história com a dignidade que a vítima merece. Mesmo em um momento tão doloroso, Pauliane juntou forças para escrever sobre o que aconteceu e ainda denunciar o desserviço violento que alguns veículos de comunicação prestaram ao caso. A irmã de Mayara escreveu carta aberta em seu *Facebook* particular sobre os acontecimentos com irmã:

“Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e um dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão. Desde ontem Mayara Amaral também é vítima de uma violência que parece cada vez mais banal na nossa sociedade. Crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher.

Mais uma vez a sociedade falhou e uma mulher, uma jovem professora de música de 27 anos, foi outra vítima da barbárie de homens que não podem nem serem considerados humanos. Foram três, três homens contra uma jovem mulher.

Um deles, Luis Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, por quem ela estava cegamente apaixonada, atraiu-a para um motel, levando consigo um martelo na mochila. Lá, ele encontrou um de seus comparsas. Em uma das matérias que noticiaram, o crime os suspeitos dizem que mantiveram relações sexuais com minha irmã com o consentimento dela. Para que o martelo então, se era consentido?

Estranhamente, nenhuma das matérias aparece a palavra ESTUPRO, apesar de todas as evidências.

Às vezes tenho a sensação de que setores da imprensa estão tomando como verdade a palavra desses assassinos. O tratamento que dão ao caso me indigna profundamente.

Quando escrevem que Mayara era a “mulher achada carbonizada” que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia “namorado” hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia.

Quando falam da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem minha irmã foi. Isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas.

Para nossa tristeza, grande parte das notícias dão bastante voz aos assassinos e fazem coro à falsa ideia de que os acusados só queriam roubar um carro. Um

²⁰ Publicação da página oficial Think Olga no *Facebook* sobre o assassinato de Mayara Amaral.

carro que foi vendido por mil reais. Mil reais. Um Gol quadrado, ano 1992. Se eles quisessem só roubá-la, não precisariam atraí-la para um motel. Um dos assassinos, Luís, de família rica, vai tentar se livrar de uma condenação alegando privação momentânea dos sentidos por conta de uso de drogas. Não bastando matar a minha irmã, da forma que fizeram, agora querem destruir sua reputação. Eis a versão do monstro: minha irmã consentiu em ser violada por eles, elas decidiram roubá-la, ela reagiu fisicamente e eles, sob o efeito de drogas, golpearam-na com o martelo – e ela morreu por acidente.

Pela memória da minha irmã, e pela de outras mulheres que passaram por esta mesma violência, não propaguem essa mentira! Confio que a Polícia e o Ministério Público não aceitarão esta narrativa covarde, e peço a solidariedade e vigilância de todos para que a justiça seja feita.

Na delegacia disseram à minha mãe que uma outra jovem já havia registrado uma denúncia contra Luís por tentativa de abuso sexual... Investiguem! Se essa informação proceder, este é mais um crime pelo qual ele deve responder. E uma prova de como a justiça tem tratado as queixas feitas por nós, mulheres. Se naquela ocasião ele tivesse sido punido exemplarmente, talvez minha irmã não tivesse sofrido este destino.

Foi tudo premeditado: ela foi estuprada por dois desumanos.

O terceiro comparsa – não menos monstruoso – ajudou a levar o corpo da minha irmã para um lugar ermo, e lá atearam fogo nela, como se a brutalidade das marteladas no crânio já não fosse crueldade demais. Minha irmã foi encontrada com o corpo ainda em chamas, apenas de calcinha e uma de suas mãos foi a única parte de seu corpo que sobrou para que meu pai fizesse o reconhecimento no IML. “Parece que ela fazia uma nota com os dedos”, disse meu pai pelo telefone.

A confirmação veio logo depois, com o resultado do exame de DNA. Era ela mesmo e eu gritei um choro sufocado.

Eu vou dedicar o meu luto à memória da minha irmã, e a não permitir que ela seja vilipendiada pela versão imunda de seus algozes. Como tantas outras vítimas de violência, a Mayara merece JUSTIÇA – não que isso vá diminuir nossa dor, mas porque só isso pode ajudar a curar uma sociedade doente, e a proteger outras mulheres do mesmo destino.”

A carta aberta, publicada pela irmã da vítima, fez com que a mídia local revesse sua cobertura e passasse a abordar o crime como feminicídio. Impulsionado pela dinâmica das redes, o caso conseguiu repercussão nacional e alcançou veículos de grande circulação como revista *Veja* e *Folha de São Paulo*.

O fato, em especial a repercussão dos casos citadas anteriormente, evidenciou uma oportunidade de se voltar para a cobertura midiática e entender o papel dos veículos de comunicação nesse processo e os diferentes fluxos informativos que ajudam não só na construção de uma notícia, mas na própria representação social da violência contra a mulher. Ainda, levam a uma melhor compreensão de como as representações sociais podem ser veiculadas pela mídia, bem como essa própria tecnologia da comunicação pode ter influência na formação, elaboração e modificações das representações sociais sobre a violência de gênero.

5.5 Procedimentos metodológicos

A pesquisa se desenvolveu a partir da investigação e coleta dos comentários dos(as) usuários(as) referentes às notícias que tratam dos casos do feminicídio de Marielle Franco na página oficial do *web* jornal G1 – O portal de notícia da Globo no *Facebook* e o caso de feminicídio de Mayara Amaral na página oficial do *web* jornal Campo Grande News no *Facebook*. Caracterizando os veículos de notícia na referida mídia social, sendo um de âmbito nacional e outro de âmbito regional.

A escolha dos *web* jornais de divulgação das notícias se deu pela sua colocação no *ranking* de maior acesso no Brasil, dados esses extraídos do analisador de tráfego *Alexa*, site de análise da internet criado pela empresa *Amazon*, onde o portal G1 possui 39.12% de acessos, estando em primeira colocação como portal de notícias, localizado dentro do site *Globo.com*, sendo este o sexto colocado no ranking geral. Os dados emitidos pelo analisador são atualizados a cada três meses e esses são datados do mês de fevereiro do ano de 2019. Os portais de notícias de âmbito regional também possuem *rankings* disponibilizados pelo analisador *Alexa*, porém no nível nacional, o portal Campo Grande News aparece com 7,95% de acessos e a partir desse dado o coloca como o portal de notícia mais acessado do Estado de Mato Grosso do Sul.

Mediante as escolhas dos *web* jornais, foi adotado o recorte temporal para a coleta dos comentários nas notícias. Dessa forma, os comentários coletados foram extraídos da primeira matéria veiculada pelos *web* jornais selecionados em suas páginas oficiais no *Facebook*, em três etapas: (1^a) após doze horas, (2^a) vinte e quatro horas e a (3^a) trinta e seis horas do ocorrido, tendo em vista que o *Facebook* não possui marcação de horário de publicação, apenas a data, buscou-se então todas as matérias do dia do assassinato de Marielle Franco e de Mayara Amaral publicadas na página oficial dos *web* jornais G1 e a Campo Grande News no *Facebook* para que fossem conferidos os horários de publicações no próprio *site* dos *web* jornais.

Foram selecionados, dessas notícias, os dez primeiros comentários de maior relevância dentre os demais comentários. Tais comentários foram selecionados como mais relevantes a partir da própria ferramenta do *Facebook*, que prioriza como relevantes aqueles comentários com maior número de reações e/ou respostas. A seleção da forma como deseja visualizar os comentários pode ser feita pelo(a) proprietário(a) do perfil, sendo disponibilizados nessa ferramenta o botão de “mais relevantes”, “novos” onde todos os novos comentários e repostas apareceram no topo, e “todos os comentários” onde

todos os comentários são mostrados. Todos os comentários apresentados nesta pesquisa foram transcritos de maneira literal, preservando o modo de escrita de cada usuário(a).

Para uma melhor compreensão dos comentários analisados, os mesmos foram identificados com o nome da vítima (Marielle ou Mayara), seguido de uma sequência de números de um a trinta, correspondendo assim os comentários de um a dez extraídos das notícias de doze horas após o ocorrido, de onze a vinte os comentários das notícias de vinte quatro horas após o ocorrido e de vinte e um a trinta, os comentários das notícias de trinta e seis horas após o ocorrido.

Fica garantido pela pesquisadora, mesmo que a pesquisa tenha sido pautada no ambiente virtual, a responsabilidade pelo sigilo, se tratando do próprio(a) usuário(a), do conteúdo por ele(a) proferido no *Facebook* e do seu direito à privacidade. Porém, a análise dos comentários não se classifica como pesquisa com humanos, mas sim uma pesquisa que visa à coleta e a análise de dados que estejam disponíveis publicamente, que o autor Kozinets (2014, p.134) esclarece de uma melhor forma que “analisar comunicações de comunidades ou culturas on-line ou seus arquivos não é pesquisa com seres humanos” uma vez que o(a) pesquisador(a) adote parâmetros éticos de não registrar a identidade dos(as) usuários(as) e se o mesmo obtiver de maneira fácil de legal os dados para estudo. Dessa maneira, serão tomados como medida os aspectos acima elencados, além de adotar como critério de inclusão que os(as) usuário(as) possuam uma conta registrada na rede social *Facebook*. Fica aqui registrado que os riscos mínimos que a pesquisa pode acarretar é a não sigilosidade dos dados, sendo que este aspecto fica garantido como responsabilidade da pesquisadora. Outra ressalva também refere-se à divulgação dos nomes de Marielle Franco e Mayara Amaral, os quais foram amplamente divulgados pela mídia, não caracterizando, portanto, falta ética.

Nesse contexto, os dados coletados não sofreram quaisquer modificações, não houve interação com os(as) usuários(as) que proferiram os comentários no *Facebook* e não houve também ameaça à dignidade daqueles que foram investigados. Essa pesquisa foi realizada estritamente para fins acadêmicos, não possuindo julgamento contra ou a favor sobre as representações dos(as) usuários(as) sobre as notícias selecionadas, uma vez que nesse espaço digital as representações podem ganhar outro nível de projeção. A entrada no ambiente virtual se deu unicamente para a extração dados, que foi realizada por meio do perfil particular da pesquisadora.

5.6 Organização e análise dos dados

A organização dos dados, mais especificadamente dos conteúdos encontrado nos comentários do(as) usuário(as), se realizou pela técnica de Laurence Bardin (2009), denominada análise de conteúdo, sendo este um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise do conteúdo parte da mensagem, podendo ser direcionada de qualquer maneira, porém sempre terá um significado e um sentido, pois independente da maneira que o sujeito direciona a sua mensagem ela sempre terá um tipo de representação diferente, podendo ser verbal, escrita, gestual, silenciosa e entre outras. Para Franco (2003), a análise de conteúdo tem como base a forma como a linguagem é direcionada, sendo dessa maneira que se construirá o real na sociedade e que desenvolve as representações sociais por meio da interação da linguagem, pensamento e ação.

Como a intenção de obter dados fidedignos, foi estabelecido um conjunto de procedimentos para a execução e análise deste estudo. Após a leitura completa e minuciosa dos comentários, buscou-se identificar os elementos mais comuns empregados pelos sujeitos da pesquisa ao escreverem sobre a violência de gênero dirigida à mulher, de modo específico, os aspectos relacionados ao que entendem sobre o feminicídio.

Considera-se que os comentários retirados do *Facebook* dos(as) usuários(as) são elementos cruciais para este estudo, pois além de fornecerem dados da realidade, trazem informações que permitem a reflexão sobre o sujeito e a sociedade, por meio do acesso das representações sociais expressas pelos sujeitos da pesquisa. Com intuito de identificar tais elementos, a organização e análise dos dados foram estruturadas de maneira que fosse possível pudesse acessar essas informações.

5.6.1 Pré-Análise.

Uma das etapas fundamentais da pesquisa é a realização de uma pré-análise. Franco (2003), apoiando-se nos estudos de Bardin (2009), menciona que neste momento da pesquisa há escolha de documentos analisados, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores para a interpretação dos dados apresentados no estudo.

A escolha dos documentos baseia-se em uma leitura flutuante dos comentários que foram coletados, onde deve-se identificar elementos que forneçam dados sobre a problemática pesquisada.

Esta etapa ocorre de acordo com a formulação dos objetivos da pesquisa, no caso analisar as representações sociais sobre violência de gênero dirigida à mulher do(as) usuários(as) do *Facebook* por meio dos conteúdos de seus comentários em notícias veiculadas em páginas oficiais de dois *webs* jornais, sendo um de âmbito nacional e outro regional.

5.6.2 Frequência de temas.

Durante a leitura dos comentários foi possível identificar a frequência dos temas. Após a transcrição na íntegra nos comentários coletados das páginas oficiais dos *web* jornais no *Facebook*, foram realizadas três leituras dos materiais. A primeira com intuito de compreender de modo geral o que o(a) usuário(a) comentou sobre cada notícia selecionada. A segunda leitura baseou-se na proposta de identificar elementos comuns nos comentários e os elementos significativos com relação ao feminicídio e, por fim, o foco da terceira leitura baseou-se na categorização por meio dos seguintes eixos: invisibilidade da vítima; vítima de feminicídio e sobre o crime.

A Tabela 01 permite a visualização do panorama geral dos eixos temáticos e categorias de análise que foram identificados a partir dos comentários dos(as) usuários(as) sobre as notícias dos assassinatos de Marielle Franco e Mayara Amaral.

Tabela 1 - Panorama geral dos eixos temáticos e categorias de análises

Eixos	Categorias
A - Invisibilidade da vítima	• Assassino como vítima ou monstro • Questões políticas e partidárias
B – Vítima de feminicídio	• Culpabilização da vítima • Desqualificação da vítima
C - Sobre o crime	• Julgamento virtual • A violência representada e vivida

Fonte: a própria autora.

5.7 Descrição dos eixos e categorias

5.7.1 Eixo temático A – Invisibilidade da vítima

Neste eixo temático encontram-se elementos referentes à invisibilidade da mulher como vítima, levando em consideração que o foco em um caso de feminicídio deveria ser a vítima, o caso e o agressor, necessariamente nesta ordem. Porém, a evidenciação social do homem como ser superior à mulher, fez com que essa distinção, desde os primórdios, colocasse a mulher como um ser “invisível”, e através dos comentários coletados podemos observar que, até mesmo diante de crime contra a sua vida, a imagem e a reputação da mulher são colocadas de plano de fundo e que na realidade atual essas desigualdades e invisibilidades ainda persistem.

Categoria A1 – Assassino como vítima ou monstro

Nesta categoria encontram-se os conteúdos dos comentários dos(as) usuários(as) que reforçam a invisibilidade da vítima por meio de discursos onde o culpado pelo crime é visto como vítima ou monstro perante a sociedade. O aparecimento desse tipo de discurso faz que tal visibilidade acabe diminuindo a culpa do assassino ou atribua a tal uma personificação monstruosa pelo seu feito. Em um caso de feminicídio, o principal foco é a punição do autor do crime, em especial quando se trata de crime qualificado, com motivação fútil e sem dar chance de defesa à vítima.

Tabela 2 - Comentários na íntegra da categoria A1 (Eixo A)

Comentários na íntegra	
Marielle 1	Tudo culpa desse capitalismo opressor que obrigou essas vítimas da sociedade a cometerem isso, eles precisam ser pegos e ressocializados já, nada de prisão, chega de encarceramento!
Marielle 3	Nego tá rindo achando que foi bandido “vítima da sociedade” que matou a vereadora. Sinto muito acabar com a “piada” de EXTREMO mal gosto de vocês, mas basta ler a matéria para ver que, ao que parece, foi execução. E à queima-roupa. O bandido que de fato matou a mulher está longe de ser vítima da sociedade e do capitalismo. E por isso, jamais será pego

Marielle 7	Poxa, sacanagem, ctza q foi uma vítima da sociedade q com certeza teve motivos para fazer isso e é uma pessoa q deve ser ressocializada.
Marielle 9	Isso é mentira! Se ela tivesse dado um abraço no assassino, dado flores, chamo ele para abraçar a lagoa Rodrigo de Freitas, soltado pomba branca, feito caminhadas pela paz, nada disso teria acontecido. Mídia nojenta! O assassino é só uma vítima deste sistema capitalista porco, de uma sociedade injusta! [...]
Marielle 10	O rapaz que atiro nela não tem culpa. Ele é apenas mais uma vítima da sociedade. Pessoal do desarmamento avisem aos senhores criminosos qual vcs defendem tanto que é proibido ter armas, e que assassinato ainda é crime nesse país. 😏
Marielle 11	Acho q os assassinos merecem uma segunda, e até terceira chance! São vítimas da sociedade! Tomara que eles estejam bem e, caso capturados, todos os seus direitos sejam respeitados, tenham audiência de custódia e sejam reinseridos a sociedade assim q possível, afinal as prisões no Brasil são lugares desumamos! #forçaVítimasDaSociedade
Marielle 21	Que os assassinos da vereadora do PSOL sejam tratados com dignidade e respeito!!! Ao invés de serem presos, sejam reintegrados a sociedade, pois a cadeia não reeduca ninguém e eles são apenas seres humanos, vitimas da sociedade Opressora e sem Oportunidade!
Mayara 1	Tão linda com uma vida toda cheia de planos com certeza ela tinha hummmm sonho aí vem hummmm mostro e a caba com a vida da jovem que tinha hummmm sonho na vida dela tanta maldades nesse mundo só DEUS mesmo meu Deus de força pra essa mãe que tá passando essa dor terrível que DEUS conforte o coração da família nesse momento tão doloroso 🙏🙏🙏
Mayara 8	Campão ta cheio de maniaco. Aposto que são 1 a cada 10.
Mayara 16	Covardes são lixos humanos que estraga os homens isso não pode ser chamados de homens e sim de demônios humanos
Mayara 19	Este tipo de gente não pode viver na sociedade...bandidos psicopatas... Ate a onde vamos aguentar
Mayara 20	Covardes bichos tem que matar eles também pra sentir também 🤢🤢🤢🤢🤢🤢

Fonte: a própria autora.

Categoria A2 – Questões políticas e partidárias

Esta categoria recai sobre a invisibilidade da vítima nos discursos pautados nas questões políticas e partidárias tendo em vista a trajetória de Marielle Franco na política do Estado do Rio de Janeiro. Vereadora eleita no ano de dois mil de dezessete, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde os(as) usuários(as) pautaram-se nesses aspectos ao representarem seu assassinato.

Tabela 3 - Comentários na íntegra da categoria A2 (Eixo A)

Comentários na íntegra	
Marielle 2	PSOL é o maior aliado dos direitos humanos (aquele mesmo que defende bandidos), e agora? Quando os responsáveis forem presos vocês irão na delegacia exigir os direitos deles?
Marielle 5	Sério que duas pessoas são assassinadas e as pessoas ligam para direita e esquerda??? Parabéns... O mundo tem muitos idiotas, mas certamente nosso país deve ter os melhores.
Marielle 10	O rapaz que atiro nela não tem culpa. Ele é apenas mais uma vítima da sociedade. Pessoal do desarmamento avisem aos senhores criminosos qual vcs defendem tanto que é proibido ter armas, e que assassinato ainda é crime nesse país. 😊
Marielle 13	Vejo bolsonecas rindo.... esperar o que de idiotas idólatras de armas? Acorda povo negro, mulheres... Ano de eleição precisamos de representatividade.... mas MBL NÃO, por favor vamos estudar ...
Marielle 14	A defensora dos Manos foi morta por armas que a PM não tem acesso, mas sim os traficantes do RJ e a culpa é de quem?? Esquerdistas até no momento de acordar e fazer diferente são uma piada.
Marielle 17	A Globo tá doidinha pra falar q os assassinos são policiais...estão dizendo explicitamente que foi emboscada. Quero ver o Partido dela defender os bandidos agora dizendo q são APENAS vítimas da sociedade.
Marielle 18	Ninguém merece morrer, ainda mais assim, entretanto, as coisas são como um velho ditado diz: " quem dorme com cobra amanhece picado. " Infelizmente ela foi vítima do próprio mostro que alimentava, ainda assim, de forma alguma devemos achar que tal fatalidade foi justa, contudo, espero que esse episódio sirva de exemplo para a parcela que tanto defende esses marginais ou " vítimas da sociedade " #ficaadica
Marielle 20	Tadinha foi morta pelos anjinhos vítimas da sociedade que ela própria defendia ... nao se preocupe o partido vai dar todo Auxilio aos bandidos e arcar com todas as

	despesas dos advogados... pq bandido bom é bandido protegido pelo seu partido e direitos humanos
Marielle 23	A morte dessa mulher é um prato cheio para os colegas de militância, vão explorar 100% a imagem dela! Lembrando que Suzane von richthofen chorava copiosamente no velório dos pais, mas seria ela a criminosa e beneficiária da herança...
Marielle 25	Por um dia a Esquerda parece ter acordado para o fato de que vivemos num dos Países mais violentos do Mundo, coisa que todo Brasileiro comum já percebeu há anos. Mas não se enganem, tudo teatro para explorar a morte dessa Senhora. Irão usar esta morte para empurrar ainda mais Políticas que protegem Bandidos e desmoralizam a Polícia. Essa é uma morte valiosa demais para os abutres deixarem passar, é uma morte que PRECISA ir pra conta da Polícia, não importa quem seja o culpado. Se alguém ainda duvidava que a Mídia está a serviço da Esquerda, ontem ficou claro. TODOS os veículos de Comunicação dedicaram 90% de suas atividades a mostrar indignação com este crime. O pobre do motorista mal foi lembrado, a morte dele não significa muito para a causa.
Marielle 26	Só eleitores de Bolsolixo desdenhando e ironizando a morte da vereadora. Vcs merecem aquela anta como presidente.

Fonte: a própria autora.

5.7.2 Eixo temático B – Vítima de feminicídio

Este eixo temático traz elementos sobre a mulher vítima de feminicídio, elementos esses que compõe pensamentos baseados nas atribuições sociais sobre o feminino enraizadas socialmente, mesmo atualmente. A mulher vítima de feminicídio passa a ser vítima novamente aos olhos dos(as) usuários(as) por meio de seus comentários que a culpabilizam ou a desqualificam enquanto mulher, apenas por ser mulher, causa primária para torná-la vítima de feminicídio.

Categoria B1 – Culpabilização da vítima

Nesta categoria encontram-se enunciados que tratam sobre a culpabilização da vítima de feminicídio, que, de acordo com supostas atribuições sociais de femininos e masculinos, fazem com que o comportamento de quem foi vítima seja o alvo de questionamento, atribuindo-lhe a culpa pelo ocorrido. Atribuir a culpa à vítima é uma manifestação explícita de relações de poder.

É por meio da definição das atribuições sociais de homens e mulheres que se dá subsídios para atribuir a culpa à própria mulher pela violência sofrida. A atribuição social

visa determinar os comportamentos socialmente esperados de mulheres e homens, contexto no qual os homens que, de certa forma, buscam nessas atribuições sociais justificativas para as atitudes machistas e misóginas que tem seu desfecho no feminicídio.

Tabela 4 - Comentários na íntegra da categoria B1 (Eixo B)

Comentários na íntegra	
Marielle 4	Até agora fico me perguntando pq essa moça tão jovem morreu assassinada. O que ela fez? Ela defendia o racismo, mas não deve ser por isso. Muitas pessoas defendem. Algum inimigo secreto. Imagino!!! Combate a drogas no Rio só pode
Marielle 6	Sim foi uma execução!!! A pergunta que tem que ser feita nao é se foi ou nao execução a pergunta é: Porque ela foi executada??? O que ela estava fazendo que fez com que alguém mandasse executá-la???? Estas perguntas é que devem ser respondidas e com isto vem as prisões, agora será que a POLICIA do RJ esta inocente para responder isto sem problema.
Marielle 8	Não roubaram nada, não levaram o carro. Isso é queima de arquivo, morte mandada. Agora vai se saber com quem ela mexeu, ou o que deixou de fazer para mandarem mata-la.
Marielle 18	Ninguém merece morrer, ainda mais assim, entretanto, as coisas são como um velho ditado diz: "quem dorme com cobra amanhece picado. " Infelizmente ela foi vítima do próprio mostro que alimentava, ainda assim, de forma alguma devemos achar que tal fatalidade foi justa, contudo, espero que esse episódio sirva de exemplo para a parcela que tanto defende esses marginais ou " vítimas da sociedade " #ficaadica
Mayara 14	Coitada da menina foi atraída por um zé ruela desses aí, como pode gente? No mundo de hoje todo cuidado é pouco...como que sai com gente que não conhece.

Fonte: a própria autora.

Categoria B2 – Desqualificação da vítima

Esta categoria reúne conteúdos expressos pelos(as) usuários(as) diante da desqualificação da identidade, das pautas e do lugar social ocupado pelas vítimas. Além disso, a desigualdade de gênero também serve para aumentar a fragilidade, a vulnerabilidade e a desvalorização da mulher em sua condição de vítima. Este contraste entre ambos os sexos destaca a discriminação para com as mulheres apenas por serem mulheres, sendo vistas como se merecessem a violência que sofreram.

Tabela 5 - Comentários na íntegra da categoria B2 (Eixo B)

Comentários na íntegra	
Marielle 19	Mais de 100 policiais do Rio morreram na mão de bandidos e ninguém disse nada, morre uma esquerdopata mimizenta e antes de concluir as investigações já acusam os policiais...ah me poupe?
Marielle 20	Tadinha foi morta pelos anjinhos vítimas da sociedade que ela própria defendia ...nao se preocupe o partido vai dar todo Auxilio aos bandidos e arcar com todas as despesas dos advogados...pq bandido bom é bandido protegido pelo seu partido e direitos humanos
Mayara 14	Coitada da menina foi atraída por um zé ruela desses aí , como pode gente? No mundo de hoje todo cuidado é pouco...como que sai com gente que não conhece
Mayara 21	Povo, parem de levantar essas bandeiras. Aprendam o código penal. Femicídio??? Pelo amor de Deus, latrocínio tem pena mínima maior que feminicídio. Sem falar que o cara não matou a Mayara pq ela era mulher e sim pq queria roubar.
Mayara 22	olha o nome do crime, kakashakakakaaakkkakaka sim, elas são semi deuses
Mayara 25	Ainda bem que quem investiga é a polícia e não os palpiteiros ideológicos. Porém, com essa legislação penal e processual penal benevolente, não haverá justiça para a pobre Mayara, mesmo que os réus sejam condenados as penas máximas , seja de latrocínio ou "feminicídio". Não passarão nem 15 anos efetivamente presos.
Mayara 28	Não é feminicidio... É homicídio o nome desse crime bárbaro... Atentado contra a vida humana. Ela não foi morta simplesmente por ser mulher
Mayara 29	O equívoco por parte das especialistas femininas é querer atribuir a todo crime de homicídio cometido contra sexo feminino como feminicidio.

Fonte: a própria autora.

5.7.3 Eixo temático C – Sobre crime

Este eixo temático destina-se a tratar sobre a maneira interpretaram o crime contra a vida de Marielle Franco e Mayara Amaral. Quando notícias de crimes, como os mencionados, são veiculadas pela mídia juntamente com investigações policiais, é impossível negar a “onda” de comentários e especulações que acabam inevitavelmente surgindo. Precipita-se na sociedade um sentimento de justiça no sentido de senso comum.

Antes de um crime ser julgado, ele já pode ser levado aos jornais, rádios, televisões, e ser explorado de diversas maneiras sensacionalistas, ocorrendo um prejulgamento pela sociedade sobre o crime. De acordo Champagne (2003), a mídia tem a capacidade de destacar crimes de uma forma a fabricar uma representação social do mesmo afastada da realidade, reforçando interpretações espontâneas e mobilizando prejulgamentos.

Categoria C1 – Julgamento virtual

Esta categoria destina-se a tratar como os(as) usuários(as) interpretam o crime cometido contra a vida dessas mulheres, se colocando na função de “Juízes(as)” aos pré analisarem a figura do criminoso ou da vítima apenas por aquilo que foi veiculado na mídia sobre o crime, utilizando a plataforma do *Facebook* para exporem sua opinião leiga sobre o assunto. Questões que lidem com o direito das pessoas, mormente questões penais, onde a vida e a dor da vítima, bem como a liberdade ou a condenação do suspeito ou criminoso estão em jogo, não podem ser tratadas de forma tão simplória e sem aparato legal.

Tabela 6 - Comentários na íntegra da categoria C1 (Eixo C)

Comentários na íntegra	
Marielle 3	Nego tá rindo achando que foi bandido “vítima da sociedade” que matou a vereadora. Sinto muito acabar com a “piada” de EXTREMO mal gosto de vocês, mas basta ler a matéria para ver que, ao que parece, foi execução. E à queima-roupa. O bandido que de fato matou a mulher está longe de ser vítima da sociedade e do capitalismo. E por isso, jamais será pego
Marielle 6	Sim foi uma execucao!!! A pergunta que tem que ser feita nao é se foi ou nao execucao a pergunta é : Porque ela foi executada??? O que ela estava fazendo que fez com que alguém mandasse executa-la???? Estas perguntas é que devem ser respondidas e com isto vem as prisões, agora será que a POLICIA do RJ esta inocente para responder isto sem problema.
Marielle 8	Não roubaram nada, não levaram o carro. Isso é queima de arquivo, morte mandada. Agora vai se saber com quem ela mexeu, ou o que deixou de fazer para mandarem mata-la.
Marielle 15	"Seria a relatora para apurar irregularidades na Intervenção Federal no Rio". "Denunciou ha três dias a ação violenta da polícia numa comunidade em Acari, onde dois jovens foram assassinados, colocando em xeque todo um batalhão."

	Uma parlamentar, da cidade cartão postal do país, ASSASSINADA por investigar e denunciar ações corruptas / criminosas do Estado..... O Brasil não é para amadores.
Marielle 18	Ninguém merece morrer, ainda mais assim, entretanto, as coisas são como um velho ditado diz : " quem dorme com cobra amanhece picado. " Infelizmente ela foi vítima do próprio mostro que alimentava, ainda assim, de forma alguma devemos achar que tal fatalidade foi justa, contudo, espero que esse episódio sirva de exemplo para a parcela que tanto defende esses marginais ou " vítimas da sociedade " #ficaadica"
Marielle 17	A Globo tá doidinha pra falar q os assassinos são policiais...estão dizendo explicitamente que foi emboscada. Quero ver o Partido dela defender os bandidos agora dizendo q são APENAS vítimas da sociedade.
Marielle 28	A legenda da a entender que a placa do carro do assassino foi identificada, mas na verdade se refere à placa de um segundo carro que estaria envolvido, é isso? Tomara que esteja de fato envolvido, é uma pista importante
Marielle 30	Eu só quero ver o que esses justiceiros do facebook irão falar quando ficar confirmado que foi a Polícia que executou essa mulher. Quem é que não está vendo que isso foi trabalho de Polícia! !!!!! Obs.Não sou PSOL ,não sou PT
Mayara 17	Cara, eles saíram do Motel com o corpo da vítima, e ninguém no motel percebeu nada? O quarto estava limpo , depois do crime? A atendente não perguntou da acompanhante ? Tá muito mau contada essa história
Mayara 20	Covardes bichos tem que matar eles também pra sentir também 🤢🤢🤢🤢🤢🤢
Mayara 23	"Já sei! Deixem as mulheres andar armadas!!! Pronto. Sou mulher, mas q fazem tudo virar uma "oportunidade" de balançar bandeira. Quero eles presos, não me importo por qual "ídio" que seja!"
Mayara 24	Latrocínio?? Matar pra roubar um gol 1992, sendo ele um cara de boa família (§) e com um emprego fixo ...Estranho né
Mayara 26	Tenho certeza que a justiça vai ouvir as vozes da pessoas que formam a sociedade e vai tomar as devidas providências!!!

Fonte: a própria autora.

Categoria C2 – A violência representada e vivida

Nesta categoria encontra-se elementos referentes à violência contra a mulher, com justificativas fundamentadas na onda de violência que assola a cidade ou o país. A violência é identificada em todos os segmentos da sociedade, manifestando-se de diversas

formas, e gerando impactos e consequências sociais, tendo maior relevância nos discursos de indignação diante do fenômeno da violência contra a mulher. A indignação diante dos casos de feminicídio desperta inúmeros sentimentos nos(as) usuários(as).

Tabela 7 - Comentários na íntegra da categoria C2 (Eixo C)

Comentários na íntegra	
Marielle 14	A violência criminal é uma praga que atinge a todos no Brasil, por variados motivos. A dor que causa é imensa para cada uma das pessoas próximas às vítimas. A indignação pública, porém, é seletiva. Que as famílias e amigos de Henrique e Marielle encontrem as forças para enfrentar a dor das perdas.
Mayara 2	Meu Deus o que tá acontecendo na nossa cidade. Cada dia uma notícia mais triste que a outra.
Mayara 3	Eu tinha tanto medo de ir passear em São paulo por causa da violência.agora violências veio pra campo grande aff 🤔
Mayara 4	Meu Deus tenha MISERICORDIA de cg do mundo ❤️🤔
Mayara 6	A que ponto chegou essa pessoa ,meu Deus conforte essa familia não é facil, que tristeza essa moça nova perder a vida dessa maneira quanta violência escondida num ser humano, Deus tenha ela em suas mãos senhor 🤔🤔
Mayara 7	Meu Deus!!!qta violência está acontecendo...chego a conclusão que acabou o amor ao próximo.....misericórdia fico indignada com tanta brutalidade.
Mayara 9	só tragédia. a impunidade só gera mais violência.
Mayara 12	Quanto mais eu conheço alguns ser humano eu amo mais os animais !
Mayara 13	Que absurdo gente o povo ta cada vez mais perversos nos crimes aonde vamos parar 🤔

Fonte: a própria autora.

6 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA GÊNERO

Este capítulo destina-se a apresentar as análises dos elementos que compõem os comentários postados por usuários(as) sobre as notícias sobre o feminicídio de Marielle Franco e Mayara Amaral veiculadas nas páginas oficiais dos *web* jornais no *Facebook*, bem como, os pensamentos, sentimentos e concepções que os(as) usuários(as) possuem sobre a violência que estas mulheres sofreram.

A análise foi realizada com a identificação dos componentes significativos e a percepção dos sentidos atribuídos a estes e que, pela frequência ou similaridade ente os comentários, podem levar à indícios para a constituição das representações sociais sobre o feminicídio. Dessa forma, a discussão sobre os dados encontrados será apresentada a seguir por meio da análise dos elementos organizados em eixos temáticos constituindo as categorias.

6.1 Eixo – Invisibilidade da vítima

Este eixo é composto por duas categorias, sendo a primeira o assassino como vítima ou monstro e a segunda as questões políticas partidárias, nas quais colocam em evidência outros elementos do ocorrido e não a vítima.

6.1.1 Assassino como vítima/monstro

A mídia coloca os indivíduos que cometeram o crime de feminicídio em legítimas celebridades em face da sociedade, fazendo com que os(as) usuários(as) desses meios enxerguem vítima e criminoso de maneira equivocada, sendo o criminoso inocente ou monstro e a vítima culpada. Vê-se que é imprescindível que os setores midiáticos tratem os fatos de modo verídico, sem romantizar ou vitimizar o criminoso ou, ainda, culpabilizar a vítima, sendo crucial que se desconstrua o machismo, o verdadeiro homicida das relações.

O lugar do assassino como vítima é destacado no caso Marielle Franco por meio de inúmeras justificativas e através de uma compreensão distorcida sobre sua luta contra o genocídio negro nas favelas cariocas, contra a violência policial e a intervenção militar, sobre críticas às políticas de segurança do estado e defesa dos direitos humanos, como evidenciado no comentário “Poxa, sacanagem, ctza q foi uma vítima da sociedade q com

certeza teve motivos para fazer isso e é uma pessoa q deve ser ressocializada” (Marielle 7) e também no comentário “O rapaz que atirou nela não culpa. Ele é apenas uma vítima da sociedade. [...]” (Marielle 10).

De acordo com Marques, Pessotti e Féres (2014), o jornalismo sensacionalista reforça a ideia de que os direitos humanos são privilégios da população carcerária e que tais direitos apresentados por essa declaração servem para impedir que a justiça seja feita. Trata-se de uma tendenciosidade da imprensa, a qual gera uma descredibilidade nos direitos humanos dos criminosos.

Dessa forma, tendo em vista que Marielle Franco foi coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e a ideia distorcida de que tais direitos impedem que a justiça seja feita, os(as) usuários(as) utilizam desse artifício para ocultar seu assassinato e evidenciar o culpado. Observa-se, então, um forte indício de representações sobre a invisibilidade da vítima em função das representações sobre os Direitos Humanos, sendo esse o efeito da mídia no social, o de tentar criar, mudar ou cristalizar opiniões nos indivíduos sobre determinado assunto, dando visibilidade a assuntos que fora do contexto enunciado muda o foco, dando margem para a formação de novas representações sobre a vítima e por sua vez, o culpado. A preocupação não está mais com o que é comunicado, mas sim com a maneira que se comunica e com o significado que a comunicação tem para os sujeitos que consomem tal informação, pois é a partir dela que se constroem e se reafirmam as representações sociais sobre vítima e culpado.

Neste caso não podemos deixar de mencionar o papel da mídia como formadora de representações, que assim, como aponta Amaral (2005) “as representações difundidas pela mídia adquirem o peso de serem consideradas objeto de conhecimento comum, recíproco, óbvio. O conhecimento advindo da mídia não é oferecido ao público como um dos possíveis, mas como o único possível” (AMARAL, 2005, p. 10-11).

Esse conhecimento advindo da mídia é constituído a partir de representações de um emissor para um grupo, podendo ser dirigido especificamente a uma determinada parcela do público, isto é, a um só gênero, uma faixa etária, um determinado grau de escolaridade, tudo para que essas representações sejam internalizadas e influencie a constituição das representações desses grupos sobre o crime.

O conceito de representações de Moscovici não é somente o reflexo do tipo de relações sociais que imperam numa sociedade. É um fenômeno básico e universal de influência recíproca e quando estudado em conjunto com a mídia faz parte de um processo mais amplo, através da difusão de conhecimentos numa escala nunca antes imaginada.

Dessa forma, uma vez que nas notícias sobre o crime cometido contra a vida de Marielle sejam mostrados trechos que retratam sua trajetória ligada à defesa dos direitos humanos e ao fim da violência policial contra jovens da favela, esse não é o ponto principal na veiculação das matérias, mas sim, o assassinato. Porém, a mídia também evidenciou sua trajetória como militante e vereadora apoiadora de tais causas como pauta principal, dando margem à tais representações.

Elementos que mostram o assassino como vítima também foram evidenciados no comentário, porém com a justificativa relacionada ao sistema capitalista: “O assassino é só uma vítima deste sistema capitalista porco, de uma sociedade injusta! [...]” (Marielle 9) e no fragmento do comentário “Tudo culpa desse capitalismo opressor que obrigou essas vítimas da sociedade a cometerem isso [...]” (Marielle 1).

Temos aqui outra retratação da mídia ao distorcer a imagem dos criminosos, levando seu público a entender qualquer tipo de transgressor como produto das desigualdades sociais, da miséria, das injustiças em relação ao acesso aos bens tangíveis e intangíveis da sociedade e referem-se, frequentemente, aos que cometem crimes como “vítimas da sociedade”, que a violência existente é causada pelo “sistema”, pela “sociedade” ou pelo “capitalismo. Dessa forma, Castro (2005) pontua que a mídia coloca em seus discursos um criminoso estereotipado que é descrito como “(...) alguém pertencente às classes subalternas, de condições afetivas e familiares precárias, agressivo, incapaz de incorporar-se com sucesso ao aparato produtivo (...)”. Levando ao público que tem acesso a esse tipo de conteúdo representações firmadas nesse contexto, como podemos observar no comentário “Eles são apenas seres humanos, vítimas da sociedade Opressora e sem Oportunidade!” (Marielle 21).

Para Souza (2017), no discurso dos Direitos Humanos, “vítimas da sociedade” são, sim, os criminosos e necessitam de intervenção para que os seus direitos sejam assegurados; porém aqueles que não acreditam nesse discurso colocam como “vítimas da sociedade”, um termo usado para retratar criminosos, mas sem que essa expressão assuma a acepção de “vítima” como no comentário a seguir:

Acho q os assassinos merecem uma segunda, e até terceira chance! São vítimas da sociedade! Tomara que eles estejam bem e, caso capturados, todos os seus direitos sejam respeitados, tenham audiência de custódia e sejam reinseridos a sociedade assim q possível, afinal as prisões no Brasil são lugares desumamos! #forçaVítimasDaSociedade. (Marielle 11)

Mesmo que nas matérias não apareça quem assassinou Marielle Franco, os(as) usuários(as) pré-analisam uma figura desse criminoso de acordo com tudo que já foi veiculado sobre crimes e criminosos na mídia. O mesmo ocorre com o caso de Mayara Amaral, isto é, mesmo com a divulgação do criminoso e de sua conduta, os usuários(as) atribuem estereótipos ao retratarem o culpado.

De acordo com Schwind (1996), as narrativas jornalísticas utilizam-se, na maioria das vezes, de personagens estereotipados, de fácil compreensão do público. Os retratos midiáticos dos fatos puníveis estruturam-se, geralmente, com base na dicotomia do “bem” e do “mal”.

É nítida a fronteira entre dois personagens possíveis no caso Marielle, com os fragmentos dos comentários “[...] eles precisam ser pegos e ressocializados já, nada de prisão, chega de encarceramento!” (Marielle 1). “[...] e é uma pessoa q deve ser ressocializada.” (Marielle 7). Ou ainda no comentário “Que os assassinos da vereadora do PSOL sejam tratados com dignidade e respeito!!! Ao invés de serem presos, sejam reintegrados a sociedade, pois a cadeia não reeduca ninguém.” (Marielle 21).

Nos comentários Marielle 1, 7 e 21, vemos a representação do criminoso como o ‘bem’ quando afirmam a necessidade de ressocialização em vez de encarceramento, evidenciando uma forma de desacreditar que o criminoso tenha cometido tal feito. Tais comentários remetem, novamente, ao que a sociedade considera ser os direitos humanos defendidos por Marielle Franco. Por outro lado, o autor do fato violento que é representado como a corporificação do “mal”, no fragmento do comentário “[...] o bandido que manteve a mulher está bem longe de ser vítima da sociedade e do capitalismo. E por isso jamais será pego.” (Marielle 3), representado como alguém que não é vítima da sociedade e do capitalismo.

Já no caso sobre Mayara Amaral, a mídia veicula a imagem do criminoso para fazer o espetáculo ou disputar a audiência, colocando esse sujeito como autor de um crime ‘monstruoso’ cometido por um ser anormal e cruel. Podemos observar a influência da mídia na representação do criminoso através do comentário “Tão linda com uma vida toda cheia de planos com certeza ela tinha hummmm sonho aí vem hummmm monstro e a caba com a vida da jovem” (Mayara 1). Ou ainda no comentário onde o criminoso é representado como um demônio, um ser do imaginário que se distancia da figura humana “Covardes são lixos humanos que estraga os homens isso não pode ser chamados de homens e sim de demônios humanos” (Mayara 16).

Nas palavras de Tafuri (2010, p.6), a noção de monstro ou demônios está imbricada na memória coletiva e representa a maldade “[...] O monstro ou demônio ocupa um espaço na memória social, uma vez que traz a imagem de horror e incredulidade [...]”. Sobre o aspecto moralizante, Rodrigues (2004, p.1) declara que “o monstro/demônio é identificado pelos seus atos, suas ações fogem do critério possível ou aceitável pelas pessoas”. Dessa forma, quando os(as) usuários(as) fazem uso de tais nomenclaturas para definir os culpados, é como aparato de conforto mediante esse crime tão bárbaro, negando que uma pessoa comum poderia tê-lo feito, distanciando tal criminoso de seu círculo social.

Os comentários também exploram um momento de loucura do culpado, justificando seu crime por uma desordem patológica, que por muitas vezes é atribuída mediante os conhecimentos do senso comum, como podemos observar no comentário “Campão ta cheio de maniaco. Aposto que são 1 a cada 10” (Mayara 8), e no comentário “Este tipo de gente não pode viver na sociedade...bandidos psicopatas...Ate a onde vamos aguentar” (Mayara 19).

De acordo com Segre (2010), o cidadão busca uma punição igual ou maior ao cometido pelo criminoso, uma espécie de vingança apoiada na ideia de que tais criminosos seriam monstros, desumanos, como apontado pelo comentário “Covardes bichos tem que matar eles também pra sentir também” (Mayara 20).

A mídia exerce um papel importante não apenas ao fabricar os monstros sociais, como ainda incorpora aos crimes juízos de valor (certo, errado, bem, mau etc.). Aspectos relativos à construção social do monstro e da monstruosidade são acionados, representados sobre uma perspectiva simplista de anormalidade, visando estabelecer padrões que contribuem para a desumanização/demonização do sujeito. É o homem comum, o ‘cidadão de bem’, o ‘trabalhador’ que comete essa violência homicida contra uma mulher. O tratamento destinado aos agressores é de loucos e antissociais, quando na verdade são o contrário: homens perfeitamente inseridos em uma sociedade que não dá o menor valor às vidas das mulheres.

A análise dos resultados obtidos demonstrou que a elaboração das representações sociais de violência contra a mulher dos(as) usuários(as) se ancora numa imagem do culpado manipulada pela mídia, na qual se sobressai a imagem da vítima, desencadeando sua invisibilidade, afastando o foco da mulher vítima e colocando-o no homem agressor.

6.1.2 Questões políticas e partidárias.

A invisibilidade da vítima Marielle Franco está atrelada à questões políticas e partidárias, que por trás de seu cargo político e de sua escolha partidária os(as) usuários(as) do *Facebook* minimizam a imagem da vítima com esse aspecto. O uso desse aspecto como forma de invisibilizar a vítima está atrelada à perspectiva que a sociedade detém sobre a política do país, nada mais do que uma guerra pelo poder. Não existe objetividade ou imparcialidade, torna-se uma obrigatoriedade ajudar o lado político escolhido quando o assunto é política.

Observa-se então, conforme os dados encontrados, que a imagem de Marielle Franco, identificada nos comentários analisados, se reporta nos discursos sobre sua trajetória de militância e sobre o partido ao qual era filiada. Um dos programas do partido é justamente a defesa dos direitos humanos, que tem sido alvo de afirmações distorcidas na mídia e, conseqüentemente, em outras instituições sociais. Dessa forma, de acordo com Marques, Pessotti e Féres (2014):

A falácia existente de que os direitos humanos servem única e exclusivamente para defender criminosos e seus atos começou a se difundir no Brasil no início dos anos 80, através de programas de rádio e tabloides policiais. Era vivido o início da pós-ditadura, e os conservadores promoviam tais programas sensacionalistas para mostrar que o novo governo instaurado não conseguiria conter a criminalidade (MARQUES; PESSOTTI; FÉRES, 2014, p.76).

Ante o exposto, percebe-se que a mídia propagou o discurso que se constitui em representação social compartilhada nas mídias sociais, que referendam políticas de diferentes posicionamentos. Assim por um lado a esquerda como defensora dos direitos humanos, que nada mais é do que os direitos que são reconhecidos a qualquer pessoa e em qualquer situação. E de outro, a direita (os conservadores) que atribui um significado negativo à Declaração dos Direitos Humanos, geralmente associado à ideia de proteção de criminosos em detrimento do cidadão que não comete crimes. Podemos encontrar tais elementos nos comentários “A defensora dos Manos foi morta por armas que a PM não tem acesso, mas sim os traficantes do RJ e a culpa é de quem?? Esquerdistas até no momento de acordar e fazer diferente são uma piada” (Marielle 14) e no fragmento do comentário “Quero ver o Partido dela defender os bandidos agora dizendo q são APENAS vítimas da sociedade.” (Marielle 17). Ou nos trechos dos comentários “espero que esse episódio sirva de exemplo para a parcela que tanto defende esses marginais ou "vítimas

da sociedade" #ficaadica" (Marielle 18), "pq bandido bom é bandido protegido pelo seu partido e direitos humanos" (Marielle 20) e "PSOL é o maior aliado dos direitos humanos (aquele mesmo que defende bandido) e agora? Quando os responsáveis forem presos vocês irão na delegacia exigir os direitos deles?" (Marielle 2).

Além dos fragmentos nos quais se evidenciam que a morte de Marielle Franco servirá para o partido colocar em prática de maneira mais fácil os posicionamentos que defende, como no comentário "A morte dessa mulher é um prato cheio para os colegas de militância, vão explorar 100% a imagem dela" (Marielle 23) e "irão usar esta morte para empurrar ainda mais Políticas que protegem Bandidos e desmoralizam a Polícia" (Marielle 25).

O partido que Marielle Franco era filiada tem se firmado nos mesmos posicionamentos propostos pela esquerda brasileira: "o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao longo de mais de uma década de existência, tem se afirmado como a verdadeira alternativa de esquerda programática, capaz de pensar saídas efetivas para a população brasileira"²¹. Podemos evidenciar seu apoio ao Estatuto do Desarmamento, conforme o comentário "[...] Pessoal do desarmamento avisem aos senhores criminosos qual vcs defendem tanto que é proibido ter armas, e que assassinato ainda é crime nesse país." (Marielle 10), identificando, novamente, elementos que garantem alusão que o partido está em consonância com a defesa de criminosos que fazem uso ilegal de armas para cometerem assassinato e que eles sairão impunes.

Diante disso, Marques, Pessotti e Féres (2014) afirmam que a situação na qual o país se encontra, apesar de falaciosa, se instalou como verdade quase absoluta na sociedade. Devido a governantes inertes e leis inoperantes, os criminosos acabam tendo penas brandas demais e, ao fim de sua reclusão, quando deveriam estar ressocializados, voltam, na grande maioria das vezes, a infringir as leis.

Podemos então perceber que, com os comentários analisados, a nitidez das desavenças partidárias em nosso país, motivadas por veiculações midiáticas tendenciosas de ambas as partes, se sobressai em uma discussão sobre um assassinato e a indignação sobre a exaltação desnecessária de caráter político e partidário em uma notícia de assassinato vem por meio do trecho do comentário "Sério que duas pessoas são assinadas e as pessoas ligam para direita e esquerda???[...]" (Marielle 5).

²¹ Fonte: <http://psol50.org.br/partido/historia/>

Pode-se dizer que a discussão pautada nos aspectos políticos e partidários estão em evidência na morte de Marielle Franco, não só por ela estar ligada a esse meio e fazer parte de um partido com posicionamentos que são compreendidos de modo distorcido pelos diferentes grupos sociais, mas também porque seu assassinato ocorreu no início da campanha eleitoral para a presidência do Brasil. Dessa forma, existem fragmentos de comentários que associam um determinado candidato com intenções na disputada da corrida presidencial, como podemos observar nos comentários “Vejo bolsonecas rindoesperar o que de idiotas idólatras de armas ?” (Marielle 13) e “Só eleitores de Bolsolixo desdenhando e ironizando a morte da vereadora. Vcs merecem aquela anta como presidente” (Marielle 26).

Os comentários mencionados fazem alusão aos projetos defendidos por um dos candidatos ao pleito eleitoral e são postados com a intenção de demonstrar que existem divergência de ideais entre os posicionamentos da direita e da esquerda brasileira. Muitos desses comentários são afirmações distorcidas da verdade, uma narrativa conveniente para persuadir as pessoas a defenderem sua “verdade”. Não há nenhum interesse em cooperar para quem sabe, produzir uma sociedade melhor, apenas em defender um posicionamento político sem trazer quaisquer benefícios sociais.

Nesse cenário de conflito político, os participantes e defensores de seus lados manifestam suas representações sobre a morte de Marielle Franco pautadas nas questões políticas e partidárias. A formação das representações sociais depende da qualidade e dos tipos de informações que circulam sobre o objeto social, sendo assim, a ênfase dos(as) usuários(as) nas representações sobre questões políticas e partidárias ao invés de representações de visibilidade da vítima é resultado de uma notícia veiculada que enfatiza tais aspectos. As análises demonstram que a vítima de violência é invisibilizada não só por representações sobre o culpado, mas também por pautas que os(as) usuários(as) dão mais credibilidade e importância em seus debates do que é a violência de gênero.

6.2 Eixo – A vítima de feminicídio

Este eixo reúne duas categorias, a culpabilização da vítima e a desqualificação da vítima, trazendo elementos de como a mulher é vista socialmente mesmo diante de sua morte.

6.2.1 Culpabilização da vítima

Essa categoria reúne conteúdos que expressam dúvidas quanto a integridade da vítima. É possível perceber que a intenção dos comentários é atingir a honra da vítima, revelando a perspectiva moral do comentário que se vincula às representações sociais referendadas por uma cultura orientada por ideologia patriarcais. Ver o comportamento da vítima e não do criminoso é comum na sociedade de cultura patriarcal. Culpabilizar a mulher é torná-la mais uma vez a vítima de uma situação na qual já se encontra. De acordo com Cardoso (2015), culpar a vítima trata-se de uma prática social e discursiva que reafirma o *status quo* da hegemonia por intermédio de discursos que construam um entendimento de que a vítima foi responsável por causar a violência contra si mesma ao agir ou se comportar de determinada maneira em relação ao seu agressor – por se portar de forma desviante à norma.

A culpa, quando depositada na mulher vítima de violência, confere legitimidade à violência perpetrada, removendo o destaque da atuação do agressor e redirecionando-a para a mulher, que termina sendo enquadrada como cúmplice da violência por ela mesmo sofrida.

Para Peixoto e Nobre (2015), “é perceptível no cotidiano que, quando alguém fica sabendo de algum caso de violência contra uma mulher, é comum se buscar uma justificativa para tal atrocidade no comportamento anterior dessa mulher” (PEIXOTO; NOBRE, 2015, p.232). Podemos observar elementos que buscam no comportamento das vítimas justificativas para que seu assassinato não tivesse acontecido, por meio do fragmento do comentário “[...]Se ela tivesse dado um abraço no assassino, dado flores, chamo ele para abraçar a lagoa Rodrigo de Freitas, soltado pomba branca, feito caminhadas pela paz, nada disso teria acontecido. [...]” (Marielle 9).

Os conteúdos dos comentários analisados revelam que as representações se pautam na visão patriarcal ainda vigente na sociedade, visão essa já discutida nesta pesquisa com base nos estudos de Saffioti. Assim, uma sociedade que apresenta esse tipo de valor admite que uma mulher só merece conduzir seus comportamentos sem questionamentos se seguir um certo padrão de conduta definido pela sociedade. A posição de vereadora coloca Marielle ainda mais em alvo de questionamento e de culpabilização pelo seu assassinato, uma vez que, diante cenário de relações de poder, uma mulher não deveria ocupar o cargo que ocupava.

A investigação realizada e análise dos resultados expressos pelos comentários revelam estereótipos que associam o homem ao espaço público e o espaço privado à atuação da mulher, conduzindo a uma hierarquização decorrente da existência das atribuições sociais definidas para cada sexo, colocando a mulher sempre à prova do que fez ou deixou de fazer para ter sido vítima de tal crime, elemento esse identificado nos comentários apresentados: “[...]Agora vai saber com que ela mexeu, ou o que ela deixou de fazer para mandarem matá-la [...]” (Marielle 8), “Até agora fico me perguntando pq essa moça tão jovem morreu assassinada. O que ela fez? [...]” (Marielle 4), “[...] Por que ela foi executada??? O que ela estava fazendo que fez com que alguém mandasse executá-la??? [...]” (Marielle 6) e “Ninguém merece morrer, ainda mais assim, entretanto, as coisas são como um velho ditado diz: “quem dorme com cobra amanhece picado.” (Marielle 18).

Nesse caso, fica evidente que a atuação de Marielle Franco em um cargo político, ou seja, um lugar que não pertence ao feminino, como estabelecido socialmente, levou ao seu assassinato. Por não saber com quem e com o que estava se envolvendo, ficando também evidente no caso de Mayara Amaral, onde ao entrar para a vida pública com participação em uma banda, acabou se envolvendo com quem não conhecia, o que culminou a sua morte, como justificado no comentário “No mundo de hoje todo cuidado é pouco...como que sai com gente que não conhece” (Mayara 14)

A atuação da mulher em espaços ditos masculinos confronta as práticas e valores patriarcais, levantando suspeitas sobre sua índole e considerando esse o motivo para que se concretizasse seu assassinato. De acordo com Cardoso (2015), observa-se que ainda existe a circulação de discursos que corroboram com a percepção social preconcebida de que a vítima tenha algum nível de cumplicidade ou causalidade em relação ao ato por ela sofrido.

A conduta da vítima acaba sendo uma causa decisiva na ocorrência ou não de um crime, isto é, pode-se dizer que as representações da violência acabam sendo transferidas para a conduta da vítima. O discurso transmitido pela mídia faz com que os(as) usuários(as) rotulem a vítima e a inferiorize, julgando-a por uma violência que sofreu.

A culpabilização da vítima pelos(as) usuários(as) em seus comentários reafirma as representações de mulher pautadas nos estereótipos de gênero, quando a vítima é uma mulher que foge dos padrões considerados a serem seguidos socialmente, ela é tida como culpada e como causadora, saindo da posição de vítima para acusada.

6.2.2 Desqualificação da vítima

Os conteúdos sobre feminicídio que vêm sendo produzidos e divulgados pela mídia muitas vezes formam conhecimentos rasos sobre a tipificação do crime e acabam por desqualificar a mulher, visto que faltam informações para desenvolver conclusões mais completas. A desqualificação do feminino revela aspectos relevantes vinculados às questões de gênero. Para Segato (2016), a desqualificação da mulher ocorre pela chamada “pedagogia da crueldade”, em que a mídia “ensina” o público a não ter empatia para com as mulheres vítimas de feminicídio. Podemos visualizar esses aspectos em fragmentos nos comentários “morre uma esquerdopata mimizenta e antes de concluir as investigações já acusam os policiais...ah me poupe?” (Marielle 19) e “olha o nome do crime, kakakakakakaaakkkakaka sim, elas são semi deuses” (Mayara 22).

A mulher aparece com uma imagem fragilizada nos dois comentários citados no parágrafo anterior. O de Marielle a coloca como uma mulher que gosta de reclamar, fazer chororô e é cheia de frescuras pelo uso da gíria “mimizenta”. Seria esse o adjetivo empregado devido às causas que defendia, por isso também é chamada de “esquerdopata”. Já no caso de Mayara, o(a) usuário(a) satiriza a tipificação do crime de homicídio contra a mulher, colocando um ser superior por ter tal tipificação, usando uma denominação masculina ao referir-se às mulheres. Podemos observar então, mais uma vez o masculino se sobrepor ao feminino.

Considerando os contextos dos casos analisados e na sociedade contemporânea, é possível argumentar que ainda existe uma forte banalização da imagem da mulher e da violência que esta sofre, acarretando uma intolerância aos lugares que ocupa, causas que defende e até mesmo políticas públicas específicas das mulheres. Essa sociedade intolerante ao protagonismo feminino está baseada na organização social de gênero onde mulheres não devem se sobrepor aos homens.

E lembrando os estudos de Bourdieu (2002) que afirma que as mulheres que não seguem as atribuições sociais impostas ao feminino, apresentando a postura de submissão na qual, padroniza seu comportamento, como sorrir, baixar os olhos, aceitar interrupções, como se feminilidade se medisse pela arte de se fazer pequena, de ser frágil, não são reconhecidas pelos seus grupos na sociedade patriarcal na qual vivemos. Diante disso, os(a) usuários(a) encaram essa realidade ao proferirem comentários sobre os casos fragilizando a imagem das vítimas, como no comentário “Tadinha foi morta pelos

anjinhos vítimas da saciedade que ela própria defendia” (Marielle 20), nos trechos dos comentários direcionado à Mayara “Coitada da menina foi atraída por um zé ruela desses aí” (Mayara 14) e no comentário “não haverá justiça para a pobre Mayara, mesmo que os réus sejam condenados as penas máximas” (Mayara 25),

A sociedade construiu um modelo de mulheres fragilizadas, representadas pela expressão “mulher é sexo frágil”, assim elas são sempre vítimas em potencial, que vieram para ser submissas do homem e submeterem-se à violência. Torna-se um erro fragilizar as mulheres vítimas de violência, deixando-as no lugar de coitadinhas. A vulnerabilidade empregada às mulheres vítimas de violência está atrelada pelas relações desiguais de poder, quando empregadas à elas a atribuição de subordinadas.

Ponto culminante da desigualdade entre homens e mulheres é justamente o de fragilizá-las e fortalecer os homens na sociedade patriarcal, ou seja, o homem exercer o poder e o domínio sobre a mulher, caracterizando uma relação hierarquizada de poder que se estabelece entre os sexos e, em se tratando de violência de gênero, tal processo se torna mais evidente, podendo chegar assim ao crime de ódio contra mulheres por razões de seu gênero, o feminicídio. Assim como pontua Garita (2012, p.16), “o feminicídio é um crime de ódio contra as mulheres, como o conjunto de formas de violência que, por vezes, terminam em assassinatos e, até mesmo, em suicídios”.

A pouca divulgação sobre a temática de violência contra a mulher, em especial sobre o feminicídio, e a sua banalização, pode ser um fator para que os(as) usuários(as) discordem da existência desses casos, como podemos observar nos comentários “Não é feminicídio...É homicídio o nome desse crime bárbaro...Atentado contra a vida humana. Ela não foi morta simplesmente por ser mulher” (Mayara 28) e no comentário “O equívoco por parte das especialistas femininas é querer atribuir a todo crime de homicídio cometido contra sexo feminino como feminicídio.” (Mayara 29).

De acordo com Fernandes (2015), o homicídio pode ser motivado por impotência, ciúme, egocentrismo, possessividade, prepotência e até vaidade, mas somente é feminicídio se é praticado em razão do gênero feminino.

A família de Mayara foi peça fundamental para o reconhecimento de seu crime como feminicídio, somente após a postagem da carta da irmã da vítima (já mencionada no capítulo 5, páginas 93-94) onde os termos feminicídio e estupro foram utilizados. Até então, matérias dos web jornais se limitaram a descrever o crime e reforçar a versão de roubo seguido de morte. Deixando de lado a possibilidade de, por estar no mesmo

município em que aconteceu o crime, buscar novas fontes, contextualizar melhor o fato e questionar a versão das instituições oficiais.

A mudança na cobertura mudou somente depois das intensas reivindicações nas redes sociais causada pela carta postada no *Facebook* pela irmã da vítima, o que indica um forte engajamento das redes no conteúdo jornalístico. Isso reforça cada vez mais a participação e vigilância do público no trabalho midiático. Ainda que o julgamento do caso pelo tribunal do júri tenha ocorrido após o levantamento dos dados, é relevante mencionar que a morte de Mayara Amaral foi tipificada como feminicídio juridicamente no desfecho do julgamento do caso e o assassino foi condenado com as atribuições previstas no Código Penal brasileiro para tal crime.

Já o caso de Marielle Franco, mesmo que seu crime não tenha sido tipificado como feminicídio, nesta pesquisa é enquadrado feminicídio corporativo, pois foi assassinada devido ao espaço que conquistou no público e pelas causas na qual defendia, um assassinato esquematizado por uma organização criminal. Ambas na luta para o fim da subjugação feminina ao homem. Um assassinato envolto pela cultura patriarcal presente na sociedade e outro pelas relações de poder hierarquizadas e consolidadas nas desigualdades de gênero.

6.3 Eixo – Sobre o crime

Este eixo remete a forma o crime contra a vida dessas mulheres é compreendido, tendo como base como e o que mídia veicula sobre crimes e o que os(as) usuários(as) interpretam sobre o fenômeno da violência.

6.3.1 Julgamento virtual

A sociedade atual demonstra fascínio por fatos relacionados a algum crime, especialmente pela forma como a mídia narra esses acontecimentos. Tendo como orientação tal afirmação, percebeu-se nos comentários dos(as) usuários(as) que os mesmos chegam a se colocarem na atribuição de Juízes(as), passando a condenar o réu, sem, muitas vezes, entendimento de todo o processo legal. Condenando-o muito antes da citação, da audiência e da sentença. Podemos observar essa mudança de atribuições, de um(a) usuário(a) comum para um “juiz(a)” virtual do culpado nos fragmentos dos

comentários “[...]Quero eles presos, não me importo por qual "ídio" que seja!” (Mayara 23) e no comentário “[...]tem que matar eles também pra sentir também” (Mayara 20).

Além de se colocarem com tais atribuições de juízes(as), os(as) usuários(as) acreditam na força e na veracidade de seus julgamentos virtuais para conseguir fazer justiça, como no comentário “Tenho certeza que a justiça vai ouvir as vozes da pessoas que formam a sociedade e vai tomar as devidas providências!!!” (Mayara 26).

A sensação de impunidade do sistema penal brasileiro faz com que os cidadãos clamem cada vez mais por justiça e, por vezes, acreditem como se fossem a lei, para denunciar, julgar e condenar. A execução de justiça nos casos fica por conta da população. Nessa linha, Budó (2006) resume a atuação da população influenciada pela mídia mal-intencionada, referindo que “se percebe nos dias atuais uma forma não institucionalizada de executar penas sem processo” (BUDÓ, 2006, p. 12)

O público alvo atingido pelo jornalismo midiático recebe influência na formação de suas opiniões, pois a mídia ao mesmo tempo em que informa, acaba por formar opiniões, condição que pode provocar ancoragens e objetivações de representações sociais. Muitas especulações sobre o assassinato de Marielle Franco e Mayara Amaral foram levantadas, podendo identificar algumas delas por meio dos comentários sobre Marielle “Negó tá rindo achando que foi bandido “vítima da sociedade” que matou a vereadora. Sinto muito acabar com a “piada” de EXTREMO mal gosto de vocês, mas basta ler a matéria para ver que, ao que parece, foi execução. E à queima-roupa” (Marielle 3) do fragmento do comentário “Sim foi uma execução!!! [...]” (Marielle 6), do comentário “Não roubaram nada, não levaram o carro. Isso é queima de arquivo, morte mandada [...]” (Marielle 8).

No caso Mayara Amaral, as especulações vêm por meio da cena do crime e das motivações que levaram à sua morte, ambas questionando o que foi veiculado pela mídia, como no comentário “Cara, eles saíram do Motel com o corpo da vítima, e ninguém no motel percebeu nada? O quarto estava limpo, depois do crime? A atendente não perguntou da acompanhante? Tá muito mau contada essa história” (Mayara 17) e no comentário “Latrocínio?? Matar pra roubar um gol 1992, sendo ele um cara de boa família (\$) e com um emprego fixo... Estranho né” (Mayara 24).

Dentre as especulações, repercutem nos comentários as ligações com as militâncias de Marielle para acarretar seu assassinato, como no comentário “Infelizmente ela foi vítima do próprio mostro que alimentava” (Marielle 18) e no comentário:

“Seria a relatora para apurar irregularidades na Intervenção Federal no Rio”.
 “Denunciou há três dias a ação violenta da polícia numa comunidade em Acari, onde dois jovens foram assassinados, colocando em xeque todo um batalhão.”
 Uma parlamentar, da cidade cartão postal do país, ASSASSINADA por investigar e denunciar ações corruptas / criminosas do Estado..... O Brasil não é para amadores (Marielle 15).

Ao mesmo tempo que os(as) usuários(as) possuem hipóteses sobre o ocorrido pautados no que a matéria no esquema de imagens publicadas nas matérias selecionadas, com elementos identificados no comentário “A legenda dá a entender que a placa do carro do assassino foi identificada, mas na verdade se refere à placa de um segundo carro que estaria envolvido, é isso? Tomara que esteja de fato envolvido, é uma pista importante” (Marielle 28).

Dessa forma, a imprensa passa a exercer um papel universal de notificar, publicar, investigar e condenar, trazendo inúmeros elementos do crime em suas notícias ficando o resultado deste aglomerado de informações: confusão e desinformação do público consumidor, como podemos ver nos comentários do caso Marielle, que ainda encontra-se sem desfecho, porém com opiniões formadas sobre os suspeitos a partir do que se foi publicado, como no comentário “A Globo tá doidinha pra falar q os assassinos são policiais...estão dizendo explicitamente que foi emboscada [...]” (Marielle 17) no comentário “[...] agora será que a POLICIA do RJ esta inocente para responder isto sem problema.” (Marielle 6) e no comentário “Eu só quero ver o que esses justiceiros do facebook irão falar quando ficar confirmado que foi a Polícia que executou essa mulher. Quem é que não está vendo que isso foi trabalho de Polícia! !!!!!” (Marielle 30)

Os comentários revelam que os(as) usuários(as) possuem opiniões contrárias sobre o assunto, que podem ser resultados da veiculação de informações distorcidas, fazendo o uso do impiedoso jornalismo sensacionalista, como já explicitado anteriormente neste estudo, deixando de lado os escrúpulos que regem a prática da atividade, para veicular notícias tão somente com o escopo de lucrar em cima de uma exagerada versão dos fatos.

De acordo com Campos, Melo e Silveira (2015), devido ao alto poder da mídia em produzir e fazer circular material simbólico, não há como negar a influência que esses textos exercem na formação de opinião sobre os fatos. Os meios de comunicação sempre desempenharam um papel decisivo na formação da opinião das pessoas.

Não restam dúvidas, após a análise de tais elementos, de que os fatos que são publicados na mídia contribuem para que o público que a segue se posicione frente ao

que a mídia deseja. A mídia se mantém como resultado da massa populacional que toma tais fatos como verdade absoluta e, acriticamente, repassa a informação recebida como uma verdade.

6.3.2 A violência representada e vivida

A violência sempre fez parte da experiência humana. Seu impacto pode ser mundialmente verificado de várias formas. A violência identificada nos comentários analisados sobre as mortes de Marielle e Mayara está presente em todos os segmentos da sociedade, manifestando-se de diversas formas e gerando impactos e consequências sociais. Uma das justificativas para a ocorrência de tais crimes é uma onda de violência que assola as cidades brasileiras, como a cidade de Campo Grande, local do assassinato de Mayara Amaral.

De acordo com Santos (2009), a violência no contexto urbano vem sendo foco da atenção dos moradores das grandes, médias e pequenas cidades. Não importa o tamanho destas para que delitos, de variados tipos, ocorram, o que deixa os moradores apreensivos em relação às causas de tanta violência. Podemos identificar essa apreensão no comentário: “Meu Deus o que tá acontecendo na nossa cidade. Cada dia uma notícia mais triste que a outra.” (Mayara 2).

Para Sonoda, Assis e Schenker (2016), a violência vivida cotidianamente leva os indivíduos cercados por esse fenômeno a diversas “estratégias” de sobrevivência comportamentais e sociais que são utilizadas lidar com esse fenômeno que se espalha pelo tecido urbano da cidade. Dessa forma, o comentário a seguir possui elementos de tal estratégia adotada por um(uma) usuário(a) do *Facebook*: “Eu tinha tanto medo de ir passear em São Paulo por causa da violência. agora a violência veio pra campo grande aff” (Mayara 3).

O fenômeno da violência provoca nos indivíduos mudanças em sua rotina cotidiana, justificada pelo medo. Segundo Pedrazzini (2006), os moradores precisam, antes de tudo, viver. O estado caótico e violento do espaço urbano não lhes convém e nem contribui para que suas atividades, formais ou informais, sejam realizadas.

Em muitos casos encontramos pessoas sem nenhuma experiência direta com esta violência, mas que no final das contas compartilham das mesmas angústias e sentimento de insegurança e medo de quem já foi vítima do fenômeno. Segundo Pontes e Dias (2012), o sentimento gerador do medo se configura na representação de um fantasma

urbano que emerge da mente humana a partir das sensações presentes e projeções futuras. Tais sentimentos são identificados no comentário: “Meu Deus tenha MISERICORDIA de cg do mundo” (Mayara 4) e no comentário “A violência criminal é uma praga que atinge a todos no Brasil, por variados motivos. A dor que causa é imensa para cada uma das pessoas próximas às vítimas” (Marielle 13).

A dimensão emocional que aparece nos comentários desempenha papel significativo na construção das representações sociais e pode mobilizar o indivíduo em direção a determinados objetos ou fenômenos sociais ou provocar o afastamento destes. Os sentimentos são elementos mediadores que facilitam a construção das representações, visto que permitem a aproximação ou o afastamento do indivíduo em relação aos elementos de sua realidade, bem como possibilitam a compreensão de elementos que compõem o contexto social.

Os conteúdos expressos pelos(as) usuários(as) diante da violência revelam a ocorrência de maior indignação diante do fenômeno da violência dirigida à mulher, conteúdo que mais uma vez retoma a questão da condição de fragilidade do feminino. Mas também os comentários revelam o posicionamento do grupo de usuários(as) frente à violência. Considerando que as representações sociais em uma de suas dimensões contemplam o posicionamento das pessoas ou grupos, a indignação revela esse posicionamento. A indignação diante do caso de feminicídio de Mayara Amaral desperta inúmeros sentimentos em diversas áreas do convívio social, como no comentário “Meu Deus!!! qta violência está acontecendo... [...] misericórdia fico indignada com tanta brutalidade.” (Mayara 7). No fragmento do comentário “[...] quanta violência escondida num ser humano [...]” (Mayara 6), no comentário “Quanto mais eu conheço alguns ser humano eu amo mais os animais !” (Mayara 12) e no comentário “Que absurdo gente o povo ta cada vez mais perversos nos crimes aonde vamos parar” (Mayara 13).

Identificam-se no comentário Mayara 7, sob a perspectiva de gênero, elementos que denotam a dominação do homem perante a vítima, por trazer “tanta brutalidade”. Dessa forma, de acordo com Oliveira e Cavalcanti (2007), a posição de submissão da mulher se encontra cristalizada nas relações de gênero, ou seja, parece ser natural essa hierarquia e, conseqüentemente, o uso da força para mantê-la. É paradoxal esse modelo relacional uma vez que, apesar de ser conferido ao homem o “poder”, este por si só não é suficiente, necessitando ser garantido pela força física masculina.

Analisando o comentário 6 na perspectiva dos estudos de gênero, pode-se inferir que a violência não estava escondida, mas ocorre de maneira silenciosa, pois para se

chegar ao desfecho de crime contra a vida de uma mulher, uma série de violências podem ter ocorrido anteriormente ao fato consumado. De acordo com Silva, Coelho e Caponi (2007), a violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e consequência. O autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação.

A violência silenciosa é denominada violência psicológica que, para Meireles (2018), se caracteriza por condutas como: humilhar, ameaçar, isolar de amigos, controlar e oprimir. Seus efeitos podem ser tão devastadores quanto as outras formas de violência, trazendo grande repercussão na saúde mental da mulher.

De acordo com Maira, Carvalho e Aguiar (2015), o sentimento de indignação surge quando o sujeito considera que um direito foi desrespeitado, quando se é vítima ou testemunha de uma ação considerada imoral ou injusta. O sentimento de indignação participa efetivamente na construção e na formação de um valor moral. Refere-se, essencialmente, a um conteúdo moral que estaria em jogo: a justiça. Tal elemento é evidente no comentário: “Só tragédia. a impunidade só gera mais violência.” (Mayara 9), onde a impunidade diante da violência gera indignação.

A descrença na vítima, a sua invisibilidade, as atribuições do culpado invertida com as da vítima, a banalização da violência e de sua gravidade são algumas das características que ilustram o *modus operandi* de uma cultura que subjuga a mulher e lhe impõe um lugar de inferioridade. Essas representações foram analisadas a partir da formação das categorias citadas acima, a partir do viés da perspectiva de gênero, que nos levam às conclusões apresentadas na próxima sessão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada teve como eixo orientador a pergunta: a maneira que a imagem da mulher é veiculada na mídia contribui para a formação da compreensão e do posicionamento dos usuários sobre essa tipificação da violência dirigida contra a mulher?. Assim, a análise dos casos de feminicídio de grande repercussão midiática de Marielle Franco e Mayara Amaral nos revela como a mídia, estudada especificamente por meio dos comentários registrados no *Facebook* frente as matérias veiculadas pelos *web* jornais, contribui para a formação e objetivação de representações sociais na sociedade.

Considerando o objetivo geral de analisar as representações sociais sobre o feminicídio nos posicionamentos dos(as) usuários(as) do *Facebook* por meio dos conteúdos de seus comentários em notícias veiculadas em páginas oficiais de dois *webs* jornais, os dados revelam que a mídia exerce a função de mediadora entre o leitor e a realidade, possuindo assim um poder na formação de opiniões e interpretação de tal realidade. É importante ressaltar que a produção de discursos midiáticos é feita por indivíduos e seres sociais que carregam suas interpretações e, logo, as representações sociais que construíram e aderiram durante sua vida. O público que consome a informação é quem interpreta a partir de suas próprias representações aquilo que é veiculado.

Destaca-se que as representações sociais são constituídas pelo sujeito na relação com a cultura e com a história, demarcando nesta pesquisa, sua constituição pelas mídias como elementos culturais, uma vez que possuem o poder de influência na formação dos saberes dos sujeitos. As representações, portanto, tratam-se de conhecimentos que circulam no cotidiano e são apreendidos pelos sujeitos como saberes espontâneos e que são incorporados no processo identitário e no comportamento dos mesmos.

Outro fator diz respeito àquilo que se constitui como o senso comum (saber social, adquirido com convívio e as experiências sociais dos sujeitos) encontrado na praticidade das representações sociais e que também pode redundar os discursos da mídia. A produção midiática pode contribuir para a efetivação deste senso comum, e logo, das representações sociais.

Dessa forma, frente aos resultados obtidos e à análise que se procedeu, embasada no aparato teórico que fundamenta esta pesquisa, conclui-se que as representações sociais dos(as) usuários(as) do *Facebook* sobre o feminicídio decorrem das atribuições sociais de gênero instauradas por meio das relações de poder marcadas no gênero, produzidas na sociedade e reforçadas na mídia, uma vez que essas mulheres se encontram, conforme

demonstrado nos comentários analisados, invisibilizadas, culpabilizadas, desqualificadas e fragilizadas diante de sua morte.

Para corroborar que tais atribuições às vítimas são decorrentes de uma legitimação das representações sociais de gênero, ressaltam-se a seguir os sentidos e significados da violência de gênero dirigida à mulher e sobre o feminino evidenciados e identificados nas análises das categorias extraídas dos comentários dos(as) usuários(as) do *Facebook* sobre as veiculadas pelos *web* jornais em suas páginas oficiais.

Tem-se, em um primeiro momento, que evidenciar que os casos de Marielle Franco e Mayara Amaral possuem articulações e distanciamentos, onde cada uma delas se enquadra em uma atribuição social imposta sobre o feminino. Marielle Franco, era uma mulher de posicionamento político, com diversas lutas e enfrentamentos sociais e Mayara Amaral uma mulher do campo acadêmico, com uma carreira musical a ser consolidada, ambas na esfera pública, ou seja, espaços referendados por representações sociais e de relações hierarquizadas dos gêneros que não pertencem ao feminino. Como descrito por Silva (2017), o sistema patriarcal forja subjetividades distintas para homens e mulheres e as enclausuram no espaço privado do lar e da família. Tal afirmativa pode parecer ultrapassada ao observarmos a presença feminina nos espaços públicos, principalmente assumindo postos de poder. Porém, os avanços e espaços alcançados pelas mulheres não garantem e nem significam que os princípios patriarcais foram expurgados da nossa sociedade contemporânea. A clausura patriarcal ultrapassa os limites do lar e se faz presente simbolicamente e de modo estruturante nas instâncias da organização social.

Um forte elemento de análise foi a representação da mulher invisibilizada, onde diversos fatores foram postos como mais importantes nos debates dos(as) usuários(as) frente ao ocorrido do que a própria vítima. A invisibilização de ambas as vítimas deu pela maior repercussão da imagem dos assassinos, seja ela vinculada à aspectos negativos ou positivos. A mulher na sociedade é corriqueiramente posta em segundo plano, mesmo diante de sua morte e isso ocorre devido ao lugar que a mulher é colocada socialmente, isto é, sempre um lugar de desvalor com relação ao homem como consequência de uma sociedade regida pelo machismo e pela ordem patriarcal.

Ambas as vítimas estavam na luta por seus espaços sociais, de diferentes formas, e é por almejarem a conquista desses espaços na sociedade que foram culpabilizadas por seus próprios crimes. As representações de culpabilização da vítima recaem sobre seus comportamentos que não estavam de acordo com as atribuições sociais de uma mulher

impostas socialmente, ou seja, estavam no lugar errado, na hora errada e com pessoas erradas.

É pela mídia reafirmar tais representações pautadas nos estereótipos de gênero que essas mulheres foram desqualificadas por serem mulheres, pelos lugares que ocupavam e pelas lutas e trabalhos que realizavam. Marielle Franco foi invisibilizada e culpabilizada pelas questões políticas e partidárias, como se quisessem minimizar todo o seu feito enquanto parlamentar, desqualificando-a enquanto mulher que ocupa um cargo de tamanha importância no país.

A desqualificação de Mayara Amaral vem após a tipificação de seu caso como feminicídio, onde nos comentários dentro dessa categoria fica visível o não entendimento por parte dos(as) usuários(as) sobre tal tipificação, colocando-a como banal. Mayara também é vista como uma mulher fragilizada, colocada num lugar de subordinada diante de seu algoz, cenário comum dentro das relações hierarquizadas de gênero vigente sistema opressor que ainda sustenta o imaginário social de fragilidade e incompetência das mulheres.

Além das representações sociais formuladas a partir das categorias produzidas, foi possível identificar como essas categorias estão em constante relação, pois elas expressam, por meio dos comentários, a relação universal (significado) – particular (sentido) que reiteram comportamentos e práticas sociais, e que estão presentes na formação das representações sociais dos sujeitos.

Dentre os casos selecionados, nenhum deles é retratado na matéria selecionada como feminicídio, mesmo que a Lei Feminicídio, que inclui a modalidade de homicídio qualificado contra as mulheres, esteja sancionada desde o ano de dois mil e quinze. Diante disso, a mídia reduz essas mulheres a um corpo morto em um texto que fala mais sobre o autor do crime e as formas de ocorrências de seu assassinato do que sobre a vítima, consistindo assim em uma maneira de mercantilizá-las e objetificá-las. Elas passam a servir apenas para preencher espaço em uma página ou garantir mais cliques em um site.

O foco do jornalismo acaba por ser apenas noticiar mais um crime, produzir mais um texto, e não discutir a partir do fato a problemática da violência e como este fenômeno atinge pessoas em situação de desigualdade social imposta por uma perspectiva patriarcal e machista das construções das atribuições sociais de gênero. Raramente a imprensa estimula a reflexão sobre as causas da violência contra as mulheres. Sabe-se que muitas dessas mortes envolvem um contexto de desrespeito e menosprezo à condição feminina, por vezes até de misoginia e ódio.

Como contribuição desse estudo, propõe-se que estudos futuros tenham como eixo debater o papel do Estado na segurança pública, nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, aos processos educativos que contribuem para diminuir, ou até mesmo eliminar a violência contra a mulher, o feminicídio e entre outros problemas sociais que envolvem as relações de gênero.

Aos meios midiáticos propõe-se mostrar como a sociedade vem falhando ao educar meninos e meninas para se relacionarem de forma respeitosa e não-violenta. Como construtor e destruidor de preconceitos e estereótipos culturais que moldam visões e comportamentos, o jornalismo pode contribuir para a promoção de debates mais aprofundados sobre as raízes da violência contra as mulheres e a importância de uma educação que aborde a igualdade de gênero e o respeito à diversidade e aos direitos humanos, que poderão provocar rupturas nas estruturas de antigas representações, possibilitando a construção de novos significados e processos que podem desencadear novas formas de compreender tal realidade.

REFERÊNCIAS.

ABRIC, J.C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. Tradução de Pedro Humberto Faria Campos. In: MOREIRA, A. S. P. e OLIVEIRA, D. C. (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia, AB. 1998.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres: feminicídio**. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

ALMEIDA, A. M. O. **A pesquisa em representações sociais: Proposições teórico-metodológicas**. In SANTOS, M. F.; ALMEIDA, L. M (Orgs.). Diálogos com a teoria das representações sociais. Alagoas: UFAL/UFPE, p.119-160, 2005.

AMARAL, R. M. Representações sociais e discurso midiático: como os meios de comunicação de massa fabricam a realidade. **Revista Lâmina**, v. 1, p. 1-15, 2005.

ANDRADE, C. J. M., FONSECA, R. M. G. S. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 42 (3), p. 591- 595. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a24>>. Acesso em: 03 março 2019.

ARAÚJO, M. de F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. Psicol. Am. Lat., México, n. 14, 2008.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro. São Paulo, Civilização Brasileira, 2009.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.117, p.127-147, 2002.

AQUINO, Q. B. de; KONTZE, K. B. **O feminicídio como tentativa de coibir a violência de gênero**. Fadisma Entrementes. 12^aed. 2015.

BAPTISTA, M. T. D. S. **O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia**. Memorandum, v.2, p. 31-38. 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARUS, M. J. **A violência complexa, paradoxal e multívoca**. In M. Souza, F. Martins, & J. N. G. Araújo (Eds.), Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

BARROS FILHO, C. de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995.

BELELI, I. **Mulheres e relações de gênero: poder simbólico, mídia e arte**. In: BRABO, T. S. A. M. Gênero, educação, trabalho e mídia. São Paulo: Ícone. 2010.

BENEVIDES, M. **Educação em direitos humanos: do que se trata?**. Biblioteca digital interna da subsecretaria de direitos humanos da SEADHES, 2007.

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estud. Av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006>. Acesso em: 03 março 2019.

BOURDIEU, P. **Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

BORIS, G. D. J. B. **Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza**: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade. In: AMARAL, C. C. G. *et al.* Teoria e práxis dos enfoques de gênero. Salvador: REDOR, 2004.

BUDÓ, M. D. Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. **UNIrevista** – Vol.1, nº3, 2006.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, vol. 1, nº 3, julho 2006.

BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher. Relatório Final. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104. Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

BITTONI, D. H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009

CAMARGO, B. V. Estudo histórico e conceitual do seminário “Epistemologie et représentations sociales” de Serge Moscovici e Denise Jodelet de 1994. **Psicologia e Saber social**, 2016.

CAMPOS, C. L. O.; MELO, B. R. de.; SILVEIRA, T. E. F. da S. Narrativas de um crime: a personificação do criminoso e da vítima nas tramas midiáticas. **Revista Linguagem**. v. 22, n. 1. 2015.

CANAVILHAS, J. M. **Webjornalismo**: Considerações gerais sobre jornalismo na web. 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>>. Acessado em: 02 de março de 2019.

CARDOSO, I. C. B. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 150 p.

CARVALHO, A. S.; FREIRE, S. de M. Midiatização da Violência: os labirintos da construção do consenso. **Textos & Contextos (Online)**, v. 7, p. 151-164, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view>

File/3944/3208>. Acesso em: 03 março 2019.

CASTRO, L. A. de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (org.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CHAVES, F. N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 2015, Manaus. **Anais...** Manaus: Ufac, 2015, p. 1-13. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0606-1.pdf>>. Acesso em: 03 março 2019.

CIAMPA, A. C. **Identidade humana como metamorfose**: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido na modernidade. Interações, 1998.

CIAMPA, A. da. C. **Identidade**. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (org.) Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIAMPA, A. da. C. **A estória do Severino e a história de Severina**. 5ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COLEHO, V. P. *et al.* Reflexões sobre a violência: poder e dominação nas relações sociais de sexo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 471-479, 2014.

COSTA, M. E. **Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade**. Lisboa: INIC, 1991.

COSTA, C. de L. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos Pagu**, vol. 2, 1994.

COUTINHO, M. C. **Trabalho e construção da identidade**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 4, n.1, p. 29-43, jan./jun. 1999.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. Curitiba, 2014. Disponível em<<http://www.direito.ufrpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DUARTE, N. **Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo**. Perspectiva, Florianópolis, n16, p. 99-116, 1998.

FARR, R. M. **De las representaciones colectivas a las representaciones sociales**: ida e vuelta. In: CASTORINA, J. A. (org). Representaciones Sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles. Barcelona: Gedis editorial, 2003.

FERREIRA, G. C. Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.3, p.208-231, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

FINAMORE, C. M., CARVALHO, J. E. C. **Mulheres candidatas**: relações entre gênero, mídia e discurso. *Estudos Feministas - Florianópolis*, 14 (2), p.347-362, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a02v14n2.pdf>>. Acesso em: 03 março 2019.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: meios de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**, 28 (1), p. 151-162, 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100011>. Acesso em: 03 março 2019.

FLORES, T. M. **As pessoas idosas e suas representações sobre sexualidade e envelhecimento**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFMS, 2015.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (6), p. 41-69, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 março 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23ªed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora. 2003.

GADOTTI, M. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher, 2007.

GARCIA, L.; FREITAS, L; HÖLFMANN, D. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Ver. Panam Salud Publica**. 2015.

GARCÍA, X. L. *et al.* **Conclusiones**. In: *Convergencia Digital. Reconfiguración de los medios de comunicación en España*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela, 2010.

GARITA, A. **La regulación del delito de femicidio/feminicidio en América Latina y el Caribe**. Panamá: Únete para poner fin a la violencia contra las mujeres, 2012.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, I. S. **Feminicídios e possíveis respostas penais**: dialogando com o feminismo e o direito penal. *Gênero & Direito*, Periódico do Núcleo de Estudos e

Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas, João Pessoa, n. 1, p. 188-218, 2015.

GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P. A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

GUARESCHI, P. A. **A produção dos sujeitos**: a tensão entre cidadania e alienação. In: Conselho Federal de Psicologia. Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

GUARESCHI, P. A. **O Direito Humano à Comunicação – Pela democratização da mídia**. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2014.

GREGÓRIO, J. O. A Relação entre a Mídia e o Crime: Um estudo bibliográfico sobre a mídia, demonstrando como os noticiários retratam do crime violento e as consequências disso para a Segurança Pública. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor**, Vitória da Conquista, v.7, n.1, p.63-72, jan./jun. 2014.

HERMIDA, A. Twittering the News. **Journalism Practice**, v. 4, n.3, p. 297-308, 2010.

HINE, C. Etnografia Virtual. Londres: SAGE Publications, 2000.

HONG, S. Online news on Twitter: Newspapers' social media adoption and their online readership. **Information Economics and Policy**, n. 24, p. 69–74, 2012.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. EDUERJ. 2001.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JODELET, D. **Imbricações entre representações sociais e intervenção**. Tradução de Eugênia Paredes. In: MOREIRA, A. S. P; CAMARGO, B. V. (Orgs.). Contribuições para a teoria e o método de estudos das representações sociais. João Pessoa: Universitária – UFPB, 2007.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JODELET, D. A fecundidade múltipla da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik. Coedição: Centro Moscovici/ UnB. 2011.

JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros:** intersubjetividade, espaço público e representações sociais. (org.) In: GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, S. *Textos em Representações Sociais*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Re(des)cobrando o outro:** para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

KOŁODZY, J. Convergence explained. Playing catch-up with news consumers. In: GRANT, A. E.; WILKINSON, J. S. (ed.). **Understanding media convergence. The state of the field**. New York: Oxford University Press, 2009.

KIRKPATRICK, David. *O efeito facebook*. Tradução: Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KOZINETZ, R.V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line*. Trad: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRUG, E. G. *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LANE, S. T. M. **Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Editora 34 Ltda, 1999.

LIMA, C. A. **A importância da internet!**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9888/9888_4.PDF> Acessado em: 07 março de 2019.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero:** significados das experiências vividas por mulheres agredidas. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2009. 241 p.

LOURO, G. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G. L. “**A emergência do gênero.**” In: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 5ª ed. Petrópolis, Editora Vozes. 2003.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 2007.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

MACHADO, L. Z. Gênero: um novo paradigma?. **Cadernos Pagu.** Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998.

MACHADO, L, Z. **Perspectivas em confronto:** Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo. Brasília, 2000.

MACHADO, R. **Por uma genealogia do poder.** In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 12ªed. Rio de Janeiro: Graal, ano 1996.

MAIRA, F.; CARVALHO, I. L. de.; AGUIRAR, J. G. R. O jovem e o sentimento de indignação. Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara - Faculdade de Ciências e Letras Curso de Pedagogia, 2015. 6 p.

McQUAIL, D. **McQuail’s mass communication theory.** 4th ed., London: SAGE, 2000.

MAGALHAES, J. H. G. Vygotsky e Moscovici sobre a Constituição do Sujeito. **Psicol. pesq.** Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 241-251, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198212472014000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2019.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, jun. 2002.

MARQUES, M. I. F.; PESSOTTI, V. de. A.; FÉRES, R. P. Desmistificando os Direitos Humanos no Brasil. **Revista Científica Eletrônica UniSEB.** n. 3. Ano 2. Ribeirão Preto, p. 71-78, 2014.

MATIOLLI, O. C.; RUIZ, J. M. **Violência Psicológica e Violência Doméstica.** In: ARAÚJO, M. de F.; MATIOLLI, O. C. Gênero e Violência. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

MELLO, M. D.; TOIGO, M. D. A Imagem do Crime e da Violência através da Imprensa na Cidade de Marília-SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: Acesso em fevereiro de 2018.

MENEZES, T. D. Identidade e subjetividade: uma reflexão sobre o que é ser mulher. **Revista Letra Capital**, v. 1, n. 1, jan./jun, p. 70-91, 2016.

MERKLE, E. R., & RICHARDSON, R. **Digital dating and virtual relating:** Conceptualizing computer mediated romantic relationships. *Family Relations*, 49, 187-192. 2000.

MIELNICZUK, L. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Calandra, 2003.

MIELNICZUK, L. Webjornalismo de Terceira Geração: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web. 2004. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre: Intercom, 2004.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor da saúde. **Cadernos de Saúde**, v. 20, n 3, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História ciência saúde-Manguinhos. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

MIRANDA, S. F. Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5 - n. 2, p. 124-137, jul./dez. 2014.

MIRANDA, C. M. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 445, dezembro. 2017.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do Sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 613-622, 2011.

MORAN, J. M. **Os meios de comunicação na escola**. 1991. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_09_021_a_028.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2019.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, S. **As representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Tradução do grupo leitura "Ideologia, comunicação e representações sociais". Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise sua Imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORENO, R. **A imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Publisher, 2012.

MOTA, C. **Jornalismo: discurso, narrativa e cultura**. In: PEREIRA, F.; MOURA, D.; ADGHIRNI, Z. (Org.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, p. 205-217, 2012.

MORIGI, V. J. Teoria Social, Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos. **Revista Eletrônica e-compos**, n. 01. dezembro de 2004.

NUCCI, G. de S. Código penal comentado: estudo integrado com processo e execução penal. 6ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2006.

OLIVEIRA, A. C. G.; COSTA, M. J. S.; SOUSA, E. S. S. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista Tema**, v. 16, n. 24/25, janeiro a dezembro de 2015.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. [online]**. vol.17, n.1, pp. 39-51. 2007.

OLIVEIRA, E. **Gênero, violência contra a mulher e teatro do(a) oprimido(a): construindo novas possibilidades de pesquisa e intervenção social**. Tese apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. (org.) **Psicologia social contemporânea**. Livro-texto. 8. ed. Petrópolis: Vozes. 2003.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e Saúde**. Genebra: 2002.

PASINATO, W. **Oito anos de Lei Maria da Penha.**: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, Aug. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

PASSINATO, W. "Feminicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, Dec. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332011000200008&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PEREIRA, C. N. A. **Violência contra a mulher e mídia: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras, 2011.

PEIXOTO, A.; NOBRE, B. A responsabilização da mulher vítima de estupro. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 227-239, 27 maio 2015.

PINHO, J B. **Jornalismo na Internet**: Planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: 5/6 Summus. 2003.

POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Revista Esferas**. Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013.

PONTES, M. V. A.; DIAS, L. F. A. A precarização da vida na era do medo: quem é o inimigo? Quem é você?. **Cadernos Graduação**. N. 1, ano 1, 2012.

PORTO, M. S. G. **A violência entre a inclusão e a exclusão social**. Tempo soc., São Paulo, v. 12, n. 1, maio 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100010&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 03 março 2019.

PRIMO, A.; TRÄSEL, M. R. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. **Contracampo** (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009.

RECUERO, R. **A nova revolução**: as redes são as mensagens. 2011. disponível em:<<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>>. Acessado em: 05 de março de 2019.

RODRIGUES, W. **É doido, mas não é maluco: matou 41, mas sabe ficar quietinho quando pressente o perigo**. Jornal Pequeno, São Luis, 22 ago.2004.

ROLIM, M. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazillian Studies, 2006.

ROMERO, T. I. **Sociología y política del feminicidio**: algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext

&pid=S0102-69922014000200004>. Acesso em: 15/02/2019.

RONDELLI, E. **Imagem violência e práticas discursivas**. In: PEREIRA, C. A. M. et al. (Org). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco. 2000.

RUSSEL, D; RADFORD, J. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Nova York: Twayne Publishers, 1992.

RUSSEL, D. **The Origin And Importance Of The Term Femicide**. Dez. 2011. Disponível em: <http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998.

SÁ, S. **O samba em rede: Comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

SAFFIOTI. H.I.B. **O poder do macho**. 3ª ed. São Paulo: Moderna. 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA S.S. de. **Violência de gênero — poder e impotência**. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

SAFFIOTI. H.I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>> acesso em: 14 dezembro de 2017.

SAFFIOTI, H.B.I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, L. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias a cibercultura**. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 3. ,1993.

SANTOS, I. R. da. Aspectos da violência urbana. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA n. 5/6 p. 237-250, 2009.

SANTOS, J. V. T. dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 1, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

SCOTT, J. **Os usos e abusos do gênero**. Tradução de Ana Carolina Eiras Coelho Soares. 2012.

SCHWIND, H. D. **Kriminologie: eine praxisorientierte Einführung mit Beispielen**. 7. ed. Heidelberg: Kriminalistik Verlag, 1996.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia** – ensayos sobre gênero entre antropologia, psicoanálisis y derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SEGATO, R. L. **Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. La lucha por el derecho como contienda en el campo discursivo.** In: SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016, p. 127-152.

SEGRE, M. **Criminogênese.** In: Saúde Mental, Crime e Justiça. São Paulo: Ed. EDUSP, 2010, p.37- 49.

SEPULVEDA, D.V. A banalidade do mal: o excesso de violência na mídia. **In:** 10º Interprogramas de mestrado em comunicação da faculdade Cásper Líbero., 2013, Paraná. **Anais...** Paraná: Faculdade Cásper Líbero, 2013. p. 1-13. disponível em:< https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Denise-Vilche-Sepulveda_FCL.pdf> acessado em: 31 de maio de 2018.

SHINN, T. Desencantamento da modernidade e da pós modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Revista "Scientile" Studia**, São Paulo, v.6, n.1, 2008.

SIEMENS, G. **Conectivismo:** Uma Teoria de Aprendizagem para a Idade Digital. 2004. Disponível em: <<http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo%5Bsiemens%5D.pdf>> Acessado em: 05 de março de 2019.

SILVA, C. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção de igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco.** 5ª ed. 2011.

SILVA, E. M. O. Como aprende o nativo digital: reflexões sob a luz do conectivismo. **Revista Intersaberes.** V. 9, n. 17, 2014. Disponível em:<<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/545/367>>. Acessado em: 06 de março de 2019.

SILVA, I. P. A. da. **Reflexões sobre família, conjugalidade e patriarcado.** Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

SILVA JÚNIOR, J. A. da. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo.** 2001 As agências de notícias como estudo de caso. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acessado em: 5 de março de 2019.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.

SILVA, R. L. da; *et al.* Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV.** v. 7, n. 2, p. 445-468. 2011. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>>. Acesso em: 03 março 2019.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, p 73 a 102, 2007.

SILVEIRA, I. O.; RABINOVICH, N. R. **A imagem da mulher na mídia impressa brasileira e sua idealização na cultura**. São Paulo. 2010.

SOARES, M. C. **Representações da cultura mediática**: para a crítica de um conceito primordial. Trabalho apresentado ao GT Cultura das Mídias. XVI Compós, UTP, Curitiba, 2007. Disponível em: <www.compos.org.br/data/biblioteca_204.pdf>. Acessado em: 26/02/2019.

SOBRINHO, D. A. **Espreme que sai sangue**: Um Estudo de Sensacionalismo na Imprensa. São Paulo: SUMES, 1995.

SONODA, K. da. C. L.; ASSIS, S. G. de.; SCHENKER, M. Estratégias de enfrentamento da violência urbana por ativistas sociais do rio de janeiro. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 749-767, 2016.

SOTERO, F. **Futuro da Internet e as Redes Sociais**. p.2, 2009. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16465551/Futuro-Da-Internet-e-Redes-Social>>. Acessado em: 08 de março de 2019.

SOUZA, F. F. N. de. Os manos não são humanos direitos?. In. VIII SEAD, O político na análise do discurso: contradição, silenciamento e resistência, 2017, Recife. **Anais...** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, p. 1-6. 2017.

SPADONI, L.; ZANATTA, A.; ANDRADE, A. K. R. de Aproximações e divergências: diálogos possíveis entre Vygotsky e Moscovici. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. v.14, n.37 2017.

STREY, M. N. **Gênero**. In: STREY, M. N. (Org.). Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TAFURI, L. **Quando a morte vira espetáculo: análise do discurso do caso Isabela Nardoni**. Disponível em: <www.cielli.com.br/downloads/526.pdf>. Acesso em: 28 de junho 2019.

TELES, M. A. de A; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna. Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa (4ª ed.). Petrópolis: Vozes. 1995.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Revista Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

TORRES, C. **A bíblia do marketing digital**. 1ª edição. São Paulo: Novatec, 2009.

VÁSQUEZ, P. T. **“Feminicidio”**. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de Las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. 1º ed. México: OACNUDH, 2009.

VIEGAS, P. R, e RECUERO, R. **A questão do ódio nos sites de rede social**. Site Oficial Raquel Recuero. Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2014/10/aquestao-do-odio-nos-sites-de-rede-social.html>>. Acesso em: 04 março 2019.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos mentais superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed. 2003.

VYGOTSKY, L.S. **Método de Investigación**. In: L. S. VYGOTSKI, Obras Escogidas III. Madrid: Machado Grupo de Distribución, 2012.

VYGOTSKY, L. S, e LURIA, A. R. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño**. Madrid: Fundación infancia y aprendizaje. 2007.

WEBER, C. T. Formatos hipermidiáticos e redes sociais: apropriações em três webjornais de referência Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZAGO, G.; BASTOS, M. Visibilidade de Notícias no Twitter e no Facebook: Análise Comparativa das Notícias mais repercutidas na Europa e nas Américas. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 116-133, 2013.

ZAGO, G.; SILVA, A. Consumo de Informações em Sites de Redes Sociais: Jornalismo, Redes Sociais e Economia da Atenção no Twitter. In: VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2014, Paraná. **Anais...** Paraná, Universidade Tuiuti do Paraná, 2014, p. 1-14.

ZANELLA, A. V. Subjetividade, alteridade, educação infantil: problematizações à luz da teoria histórico-cultural. **Revista Educativa. Goiânia**, v. 16, n. 2, p. 245-258, jul./dez. 20